



COMECE A NAVEGAR 

ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CUIDADO INTEGRAL E DIREITOS JÁ!

EVENTO REALIZADO EM 22 E 23 DE OUTUBRO DE 2025, BRASÍLIA (DF)



trilhasdecuidadonasruas.ensp.fiocruz.br



trilhasdecuidadonasruas@gmail.com



[@trilhasdecuidadonasruas](https://www.instagram.com/trilhasdecuidadonasruas)

Wiki Favelas • https://wikifavelas.com.br/index.php/Trilhas_de_Cuidado_nas_Ruas

Realização

Trilhas de Cuidado nas Ruas

Trilhas de Cuidado nas Ruas

Coordenação Geral

Elyne Engstrom

Equipe

Alda Lacerda

Alessandra Mattos

Alisia Lopes

Daniela Barbosa

Denise Paiva

Gilney Costa

Igor Cruz

Joana Mostafá

Leticia Lourenço

Luciano Oliveira

Marcelo Pedra

Marco Natalino

Mirna Teixeira

Pamella Oliveira Stella Santos

Design Instrucional

Igor Cruz

NAVEGAR



Catologação na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

S471s Seminário Internacional Pessoas em Situação de Rua: Cuidado Integral e Direitos já! Anais. (22-23 out.: 2025 : Brasília-DF).
Anais do Seminário Internacional Pessoas em Situação de Rua: Cuidado Integral e Direitos já! / Trilhas de Cuidado nas Ruas. — Rio de Janeiro, RJ : IPEA, Fiocruz, SUS, Brasil. Ministério da Saúde, Governo do Brasil do lado do Povo Brasileiro, 2026.
184 p. : il. color. ; fotos ; PDF ; 10.536 kb

ISBN: 978-85-9511-053-3

1. Pessoas em Situação de Rua. 2. Vulnerabilidade em Saúde.
3. Violência. 4. Política Pública. 5. Sistema Único de Saúde. 6. Cuidados Primários à Saúde. 7. Saúde Mental. 8. Direitos Sexuais e Reprodutivos.
9. Direitos Humanos. I. Título.

CDD – 22.ed. – 362.592

ESCOLHA O MÓDULO

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

FIOCRUZ

SUS 35 ANOS
MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

◀ VOLTAR AO INÍCIO

INTRODUÇÃO

PROGRAMAÇÃO

SÍNTESE DE MESAS

APRESENTAÇÃO
DE TRABALHOS

CARTA
DO SEMANÁRIO

TRABALHOS
APROVADOS

INTRODUÇÃO

Moradores de rua, quem vive em abrigos ou por reconhecer o direito à cidadania, denominamos “*peças em situação de rua*” (PSR), são denominações para um contingente expressivo de pessoas que estão nas ruas por diferentes motivos. São assuntos que ocupam os noticiários e são focos de programas públicos de diferentes concepções, muitas vezes em abordagens autoritárias e discriminatórias. Trazer outros olhares para estas pessoas, considerando seus contextos de vida e suas necessidades, foram motivações para organização deste Seminário. Uma visão propositiva para políticas públicas baseadas no direito à cidade e à cidadania, moradia, saúde, justiça social. Políticas inter-setoriais com participação social conformam-se em cuidado integral. Este é o debate.

O contingente de pessoas em situação de rua nas cidades e a complexidade das causas relacionadas à tal situação são discutidas por governos e pela sociedade na atualidade no Brasil e no mundo. A importância de debater políticas e estratégias efetivas para o cuidado integral às PSR, baseadas na compreensão do **Direito humano** à saúde e a vida, no direito à moradia digna, que contribuam para a formulação de soluções coordenadas com diversos setores e atores envolvidos foram concepções estruturantes do **Seminário Internacional Pessoas em Situação de Rua: Cuidado Integral e Direitos Já!**

O evento, realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2025, reuniu pesquisadores, gestores públicos de diferentes níveis, profissionais de diversos setores e pes-

soas com trajetórias de rua e de movimentos sociais – em especial representantes do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua/Nacional), construindo-se espaços de reflexão ética e política sobre o cuidado integral.

Contamos com apoio da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) do Ministério da Saúde e do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). Destacamos ainda, o apoio da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fiocruz, da Escola de Governo da Fiocruz Brasília e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), integrantes do Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas e promotores do Seminário.

As mesas temáticas aprofundaram questões estruturais como a invisibilidade dessa população nas estatísticas vitais e sistemas de informação, aspectos do maior risco de mortalidade, agravos da saúde, a necessidade da moradia, geração de renda e proteção social, a abordagem específica de gênero - as mulheres nas ruas, as violências, o papel de setores como a Assistência Social e a Justiça na proteção social das PSR e a valorização da participação social na construção das políticas públicas promotoras de equidade e inclusão.

O objetivo principal foi compartilhar conhecimentos e experiências nacionais e internacionais das Américas, em apoio à implementação de políticas públicas brasileiras, para fortalecimento do **Plano Ruas Visíveis** do governo federal.

Morar nas ruas é um fenômeno mundial, complexo, multifatorial, que incide sobre várias nações, de modos diferentes, independentemente do seu nível de

desenvolvimento econômico, tornando-se na atualidade, uma questão (não apenas, mas também) de saúde pública global, segundo o World Population Review publicado em 2024. Sobre as desigualdades na saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, relatórios da situação mundial destacam que milhões de mulheres e meninas não foram atendidas por causa de sua identidade ou local de nascimento, evidenciando as barreiras relacionadas à imigração, ao racismo, ao sexismo e a outras formas de discriminação, como obstáculos ao progresso das mulheres na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente aquelas em situação de rua.

A experiência internacional apresentada no Seminário por pesquisadores de países como México, Venezuela, Colômbia e Argentina ofereceram subsídios para discussão de políticas e ações no Brasil. Do mesmo modo que em um dos painéis, apresentou-se relatório sistematizado da situação das PSR em países da OCDE, tendo como enfoque a proposição de um novo objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, pacto global para a agenda 2030 mundial – específico para a PSR.

Foram dois dias de intensos debates, reunindo pessoas comprometidas em difundir conhecimentos, provocar reflexões, compartilhar relatos de pesquisas e de experiências de várias localidades do país, em encontros que apontaram para a urgência de ações coordenadas e efetivas para o cuidado integral. Garantia dos direitos já!

A magnitude e o crescimento do número de pessoas em situação de rua (PSR) é uma realidade em todo o território nacional, especialmente nos centros urbanos e na região Sudeste. O Observatório Nacional de Direitos Humanos/MDHC,

com base nas pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social, estima que cerca de 330 a 350 mil indivíduos vivem nas ruas no ano de 2025, número que dobrou entre o período de 2018/2025.

Trata-se de grupo populacional heterogêneo - diferentes faixas etárias, gêneros, origens e histórias de vida, que têm em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular.

São pessoas que utilizam os espaços públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória, segundo a definição expressa na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), que foi publicada em 2009.

A multicausalidade do estar nas ruas, ou seja, os motivos da realização, evidenciam a complexidade da questão. As iniquidades sociais que os acometem e os tornam sujeitos em sofrimento social, são efeitos das relações desiguais de poder construídas historicamente na sociedade. E muitas vezes se expressam em discursos de ódio, preconceitos, estigma e violências que perpetuam o ciclo perverso de exclusão social.

A invisibilidade nas estatísticas oficiais, nos censos demográficos imprecisos, dificulta a implementação de políticas públicas efetivas, agrava a exclusão e o processo de vulnerabilização destas pessoas, submetidas à inúmeros agravos que comprometem as condições de saúde e de vida.

Tal complexidade exige uma abordagem interdisciplinar e intersetorial para a superação da exclusão, das barreiras de acesso às políticas e serviços básicos, como a saúde, a moradia, a proteção social, o trabalho e renda, a educação, a participação da justiça, a documentação e a outros programas sociais. Superar as barreiras de acesso aos serviços com a ação intersetorial é estruturante para o que se entende por cuidado integral. É fundamental considerar a diversidade e a complexidade desta população na formulação de políticas públicas, o que exige abordagens sistêmicas, integradas e coordenadas com diferentes setores, incluindo a participação social.

Implementar políticas públicas que minimizem tais iniquidades e promovam direitos e o cuidado integral às PSR é um grande desafio para o Brasil e para o mundo.

O Plano Ruas Visíveis, iniciativa intersetorial lançado em dezembro de 2023 pelo governo federal para efetivação da PNPSR (2009), define programas estruturais, intersetoriais, destacando a Moradia Cidadã e outras políticas convergentes. No âmbito do SUS, destacam-se a Política Nacional de Atenção Básica (Brasil, 2011) e a criação das equipes Consultório na Rua (eCR), além da Rede de Atenção Psicossocial. Presentes ainda no Plano, os serviços do Sistema Único de Assistência Social (CRAS, CREAS, Centros POP, Programa Bolsa Família). O Plano trouxe uma potente perspectiva de articulação governamental – induzido pela esfera federal, com necessidade de adesão dos entes municipais e estaduais – com objetivo de alcançar o envolvimento e participação do conjunto da nação. Há que se destacar que o Judiciário brasileiro tem se revelado fortemente comprometido com a garantia de direitos e a efetiva proteção social a

esse segmento historicamente alijado e “invisível”, destacando-se a publicação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976, de 2023.

Na atualidade, em que o terceiro governo do presidente Lula conclama o mundo para a uma Aliança Global contra a pobreza e a fome, para o alcance dos ODS e para a Justiça Ambiental, nada é tão impostergável como um olhar e ações efetivas junto às PSR, assim como para outros segmentos igualmente desprotegidos como refugiados, desabrigados por desastres da natureza, populações quilombolas e indígenas.

Ter um olhar generoso para as experiências internacionais e nacionais que apontem caminhos para a superação das desigualdades e promovam cuidado integral, baseado no direito humano à vida e no compromisso incondicional com à dignidade humana, estiveram presentes neste seminário.

O evento foi um convite aos parceiros e parceiras interessadas em construir uma Rede Colaborativa promotora de cuidado, proteção social e direitos às PSR.

Este documento traz uma síntese das apresentações realizadas nos dois dias de evento, que contou com a presença de cerca de 300 participantes, além daqueles que assistiram de forma virtual. A íntegra da transmissão dos painéis, bem como a programação do evento está disponível a seguir. Boa leitura!

Elyne Engstrom

OBJETIVO

Apresentar concepções e experiências internacionais de implementação de políticas e programas voltados para o cuidado integral (intersectorial) às pessoas em situação de rua (PSR), para fortalecimento do Plano Ruas Visíveis do governo federal do Brasil.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

Programação



Seminário **Internacional**

Pessoas em situação de rua:
cuidado integral e direitos já!

Fiocruz Brasília, Brasília (DF)

22 — 23.out.2025

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

FIUCRUZ

SUS 35
ANOS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



[◀ VOLTAR AO MENU](#)

[NAVEGAR](#)

Programação

Nosso seminário busca inspirar uma nova compreensão social sobre a população em situação de rua, reconhecendo suas subjetividades, histórias e potências; inovar nas formas de cuidado integral e nas respostas intersetoriais; influenciar políticas públicas e práticas institucionais com base nos direitos humanos e na justiça social; e incluir, de forma ativa e participativa, pessoas, movimentos sociais, instituições, entidades e coletivos na construção de redes colaborativas que fortaleçam o pertencimento, a dignidade e a transformação coletiva na busca de uma dimensão nacional e internacional!

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

22/10
QUARTA-FEIRA

8h - 9h

ACOLHIMENTO, CREDENCIAMENTO E CAFÉ DA MANHÃ COLETIVO

9h - 10h

MESA DE ABERTURA - AUDITÓRIO



Alexandre Padilha

Ministério da Saúde



Fabiana Damásio

Fiocruz Brasília



Anderson Miranda

*Coordenador-Geral do
CIAMP-Rua Nacional*



Macaé Evaristo

*Ministério de Direitos
Humanos e Cidadania*



Marco Menezes

*Escola Nac.de Saúde Pública
Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz)*



Ana Pimentel

Deputada Federal



Laís Abramo

*Secretária Nac. de Cuidados
e Família do Ministério de
Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e
Combte à Fome*



Luciana Servo

*Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (IPEA)*



Elyne Engstrom

Trilhas de Cuidado nas Ruas

22/10
QUARTA-FEIRA

10h - 12h30

MESA REDONDA INTERNACIONAL - AUDITÓRIO

QUE MUNDO É ESSE? REALIDADES E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO PARA PROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



Diana Alarcón González

Doutora em Economia pela Universidade da Califórnia (EUA), especializada em relações internacionais, desenvolvimento econômico e análise de políticas.



Isabel Licha

Doutora em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris I, especializada em política social, gestão social e desenvolvimento humano



Elyne Engstrom

Pesquisadora da ENSP/Fiocruz e Trilhas de Cuidado nas Ruas

(MEDIÇÃO)



Sônia Fleury

Pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos Antônio Ivo de Carvalho da Fiocruz nos temas de democracia, proteção social e federalismo. Coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco.



Rômulo Paes

Pesquisador da Fiocruz Minas Gerais e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

DEBATEDOR

12h30 - 13h30

ALMOÇO

22/10
QUARTA-FEIRA

13h30 – 15h PAINEL I – AUDITÓRIO

NÃO SOMOS INVISÍVEIS: INFORMAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.



Marco Natalino

*Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (IPEA)*



Flavio Lino

*Secretário Executivo do Movimento
Nacional de População de Rua do Rio
de Janeiro (MNPR/RJ)*



Rinaldo Artes

*Doutor em Estatística pelo
IME/USP e filiado ao INSPER*



Carla Bronzo

*Fundação João Pinheiro
(MEDIÇÃO)*

15h – 15h30 TRILHAS CONVIDA – AUDITÓRIO



Aldaíza Sposati

*Professora titular sênior da PUCSP e autora
da Lei Municipal de 1997 sobre Direitos da
População em Situação de Rua.*



Cristiane Xavier

*Subcoord.do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro e membro integrante
da Com. de Defesa dos Direitos da Pop.em Situação de
Rua do Conselho Nacional de Direitos Humanos.*

22/10
QUARTA-FEIRA

15h30 - 16h30 PAINEL II - AUDITÓRIO

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: CUIDADO INTEGRAL, MATERNIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA.



Lara Flor Richwin

Universidade de Brasília (UNB)



Florencia Montes Paez

Organización No Tan Distintas - Mujeres y Disidencias en Situación de Calle



Joana D'arc Bazílio

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua Nacional) e Movimento Nacional da População em Situação de Rua.



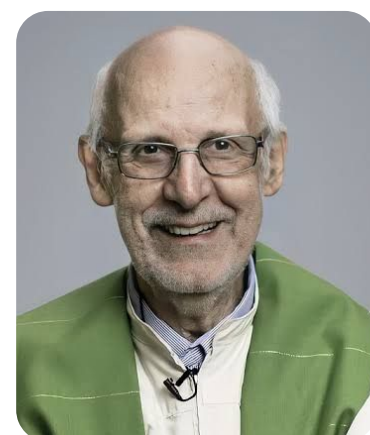
Pamella Oliveira

*Trilhas de Cuidado nas Ruas
(MEDIÇÃO)*

22/10
QUARTA-FEIRA

16h30 – 17h

TRILHAS CONVIDA – AUDITÓRIO



Padre Júlio Lancellotti

Pedagogo e padre da igreja católica. É pároco da igreja São Miguel Arcanjo, em São Paulo. Responsável por ações sociais com população em situação de rua.

17h – 18h

PAINEL III – AUDITÓRIO

O DIREITO À PROTEÇÃO SOCIAL E AO CUIDADO EM SAÚDE NO BRASIL.



Ana Luiza Caldas

Secretária de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.



Luciano Oliveira

*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
(MEDIÇÃO)*

23/10
QUINTA-FEIRA

9h - 10h30 PAINEL IV - AUDITÓRIO

EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO I.



Alderon Costa

Jornalista, editor do jornal O Trecheiro e membro do Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa da População em Situação de Rua.



Hugo Fagundes

Programa Seguir em Frente (Rio de Janeiro).



Daniel Souza

Rede Nacional de Consultórios na Rua.



Maria Caetano

Vila do Reencontro (São Paulo).



Leticia Vieira

Trilhas de Cuidado nas Ruas (MEDIAÇÃO)



Gilney Costa

Trilhas de Cuidado nas Ruas (MEDIAÇÃO)



Lilian Gonçalves

Coordenação de Acesso e Equidade da Secretaria de Atenção Primária à Saúde

23/10
QUINTA-FEIRA

10h30 – 12h PAINEL V – AUDITÓRIO

EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO II.



Roberto C. Angulo

Secretario Distrital de Integracion Social, Alcaldía Mayor de Bogota



Ravena Lima

Moradia Assistida (Salvador)



Mirna Teixeira

Trilhas de Cuidado nas Ruas (MEDIAÇÃO)



Paula Escobar

Consultora de Proteção Social no Banco Mundial



Marcelo Pedra

Trilhas de Cuidado nas Ruas

12h – 12h30 TRILHAS CONVIDA – AUDITÓRIO



Philippe Leite

Economista sênior em Proteção Social do Banco Mundial

23/10
QUINTA-FEIRA

12h30 – 13h30 ALMOÇO

13h30 – 15h PAINEL VI – AUDITÓRIO

O PAPEL DA JUSTIÇA NA ATUAÇÃO A PSR.



Luciana Ortiz

Juíza Federal do Estado de São Paulo, juíza auxiliar da Presidência do CNJ e coordenadora do Comitê Pop Rua Jud Nacional do CNJ.



Giovana Mello

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



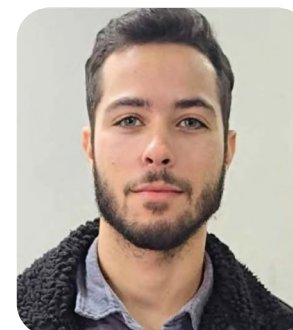
Jorge Fernandes

Gestor da ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.



Raquel Chrispino

Juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e membro dos Comitês Pop Rua Jud Nacional/CNJ e Estadual



Igor Rodrigues

Advogado, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e autor de diversos livros sobre a situação de rua. (MEDIÇÃO)

15h – 15h30 TRILHAS CONVIDA – AUDITÓRIO



Luciano Oliveira

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).



Valeria Gonelli

Coordenadora da Proteção Social Especial de Média Complexidade, da Secretaria Nacional de Assistência Social

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

23/10
QUINTA-FEIRA

15h30 – 15h45 MESA REDONDA – AUDITÓRIO

DESAFIOS E POTÊNCIAS DO PLANO RUAS VISÍVEIS COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA



Maria Luiza Gama

*Departamento de Políticas
Públicas para a População
em Situação de Rua (MDHC).*



Laureci Dias

*Conselheira do
CIAMP-RUA Nacional*



Sheila Costa Marcolino

*Conselheira do CIAMP-RUA Nacional
(MEDIÇÃO)*

16h45 – 17h45 DEBATE E ENCERRAMENTO



Ana Luiza Caldas

*Secretária de Atenção Primária
à Saúde do Ministério da Saúde.*



Elyne Engstrom

Trilhas de Cuidado nas Ruas

23/10
QUINTA-FEIRA

Apresentação de relatos de pesquisa e experiências

8h - 10h

SALA 6 – CAROLINA MARIA DE JESUS

EIXO TEMÁTICO: MULHERES E VIOLÊNCIA

- 1282430 – Fórum maternidade, drogas e convivência familiar: um relato de experiência sobre cuidado intra e intersetorial.
- 1244085 – Chá de bebê: entre o afeto e a prevenção encontros que mudam histórias antes mesmo do nascimento.
- 1267091 – Ser sujeito na rua: a mulher em situação de rua e usuária de álcool e outras drogas na sua escolha pela maternidade e os impasses das políticas públicas.
- 1281819 – Essa carta é pra você: (des)humanização e alteridade na relação com a situação de rua no Rio de Janeiro.
- 1254236 – Amor rualizado: um estudo em representações sociais com pessoas em situação de rua.
- 1236706 – Entre o medo e o cuidado: vínculo e vulnerabilidade na gestação na rua.
- 1283349 – Promessas vazias: desafios de uma política pública desconectada da realidade do uso de drogas.
- 1273678 – A invisibilidade da violência contra a mulher em situação de rua na cracolândia.
- 1281023 – Da invisibilidade à cidadania: a jornada de uma mulher em situação de rua em Araruama/rj, o papel do SUAS e demais políticas intersetoriais.
- 1279564 – Registro único das violências contra pessoas em situação de rua na argentina: construção e resultados de uma ferramenta de visibilização e cuidados.

23/10
QUINTA-FEIRA

Apresentação de relatos de pesquisa e experiências

8h - 10h

SALA 7 - XICA MANICONGO

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS E CUIDADO

1273564 - **Nas fronteiras do cuidado: as experiências dos redutores de danos no espaço da rua.**

1280292 - **Uso de tecnologia leve para possibilitar cuidado de caso complexo invisibilizado na saúde de uma pessoa em situação de rua.**

1281129 - **Integração de políticas para pessoas em situação de rua: a experiência do Programa Recomeço e do Centro Integrado em Niterói-RJ.**

1261122 - **Diagnóstico e articulação intersetorial na proteção à população em situação de rua em campo grande: desafios e propostas.**

1277379 - **Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS): ação intersetorial para a garantia de direitos e acesso à moradia digna em Campo Grande - MS.**

1277825 - **Inverno Acolhedor - ponto de apoio no frio em Campo Grande: articulação intersetorial para a proteção da população em situação de rua.**

23/10
QUINTA-FEIRA

Apresentação de relatos de pesquisa e experiências

8h - 10h

SALA 7 - XICA MANICONGO

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS E CUIDADO

1282120 - **Sem consultório na rua e sem centro pop: arranjos e desencontros da intersetorialidade no acesso à saúde da população em situação de rua no sertão pernambucano.**

1282241 - **Colab POP RUA: narrativas sobre os desafios e possibilidades ao fortalecimento e implementação das políticas públicas para população em situação de rua em Maceió-AL.**

1277068 - **Equipe itinerante de saúde mental: caminhos possíveis para o cuidado com pessoas em situação de rua com transtorno mental grave em Salvador-BA.**

1277976 - **Do local ao nacional: a experiência do Rio Grande do Sul na formulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População em Situação de Rua.**

1283075 - **Saúde e Assistência Social: práticas intersetoriais no atendimento à população em situação de rua.**

23/10
QUINTA-FEIRA

Apresentação de relatos de pesquisa e experiências

8h - 10h

SALA 9 – TEREZA DE BENGUELA

EIXO TEMÁTICO: TRANSVERSAL

127565 – **Da farmácia até a calçada: o caminho dos medicamentos até a população em situação de rua.**

1275748 – **A construção de indicadores para monitoramento do processo de trabalho da equipe de consultório na rua: uma abordagem sociopolítica.**

1280984 – **O censo da população em situação de rua do Recife e seus desdobramentos político e científicos.**

1281127 – **Guia do Programa Habitação Primeiro: trajetória, práticas, resultados e desafios.**

1237630 – **Banho pra geral.**

1283777 – **Consultório na rua: um relato de experiência dos benefícios da relação entre as pessoas em situação de rua e os animais de rua.**

1283188 – **Kalotanásia no consultório na rua: a boa morte nas ruas de São Paulo.**

1237509 – **Desigualdade racial no acesso à saúde de pessoas em situação de rua uma análise crítica.**

1280137 – **A tuberculose na população em situação de rua no Brasil: constatando iniquidades em saúde.**

1279581 – **Trançando a rua: educação popular antirracista com pessoas em situação de rua em um Centro POP.**

**22 e
23/10**

Exposição "Arte no Trecho"

A exposição Arte no Trecho surgiu de uma oficina realizada no Centro Pop de Taguatinga (DF) nos dias 24 de setembro e 1º de outubro de 2025, com o propósito de trazer a voz e a experiência da população em situação de rua para o Seminário Internacional Trilhas de Cuidado, em sintonia com o lema "Nada sobre nós sem nós" do MNPR. A atividade, conduzida pela Escola Nacional Pop Rua com apoio do NuPop/Fiocruz Brasília, reuniu 27 participantes em um espaço de criação e acolhimento, resultando em pinturas, desenhos e colagens sobre temas como fé, tempo, saudade e redução de danos, utilizando o papelão como suporte simbólico. As obras apresentadas refletem as histórias e sensibilidades de pessoas em situação de rua, afirmando sua autonomia e contribuindo para a pluralidade e riqueza dos debates do seminário.

LOCAL: CAFÉ CIÊNCIA E CULTURA – FIOCRUZ BRASÍLIA
HORÁRIO DE VISITAÇÃO: DAS 8H30 ÀS 17H30

Exposição virtual "Amor de Papelão"

A exposição "Amor de Papelão" reúne 12 imagens extraídas da pesquisa etnográfica da tese de doutorado, intitulada "Amor de papelão": trajetórias de casais em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro" e do documentário com mesmo título (em andamento), os quais abordam os aspectos subjetivos das relações conjugais vivenciadas no contexto da rua, bem como o modo de vida, os desafios do cotidiano presentes na improvisação da casa, do local para o banho e atendimento das necessidades fisiológicas, do preparo do seu próprio alimento, a escolha do lugar seguro para dormir e a ocupação do espaço urbano de um modo geral.

LOCAL: AUDITÓRIO FIOCRUZ BRASÍLIA



[◀ VOLTAR AO MENU](#)

[NAVEGAR](#)

SÍNTESE DAS MESAS

Seminário **Internacional**

Pessoas em situação de rua:
cuidado integral e direitos já!

MESA DE ABERTURA

Convidados:

- **Alexandre Padilha** – Ministério da Saúde (representado no vídeo de Ana Luiza Caldas – Secretária de Atenção Primária à Saúde)
- **Macaé Evaristo** – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- **Fabiana Damásio** – Fiocruz Brasília (representada por Gustavo Matta)
- **Marco Menezes** – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
- **Luciana Servo** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- **Anderson Miranda** – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua)
- **Ana Pimentel** – Deputada Federal
- **Laís Abramo** – Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- **Elyne Engstrom** – Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas

Texto síntese da mesa:

A mesa de debate reuniu autoridades para discutir caminhos possíveis na garantia de direitos da população em situação de rua (PSR), reafirmando a necessidade de políticas públicas intersetoriais, sustentadas por um projeto de país comprometido com dignidade, democracia e justiça social, sobretudo que reconheça a PSR como sujeito pleno de direitos. A defesa da vida, da dignidade e da participação social compôs o eixo central das discussões.

Anderson Miranda abriu o debate destacando o papel do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) e a força dos movimentos sociais na construção de políticas voltadas à PSR. A partir de sua trajetória pessoal de 35 anos nas ruas, ressaltou a importância da intersetorialidade e denunciou os estigmas associados ao uso de drogas e álcool, frequentemente utilizados para desqualificar esses sujeitos. Para ele, a situação de rua não é um problema, mas uma resposta possível diante de adversidades estruturais e individuais.

As falas convergiram para a ideia de que enfrentar a situação de rua significa, antes de tudo, reconhecer o direito básico de existir e de viver com dignidade. Ana Pimentel recolocou a centralidade do sujeito nas políticas públicas e defendeu que a proteção da PSR deve ser compreendida como fundamento de um projeto radical de país, aquele que afirma a dignidade humana e recusa a violência política, a exclusão e a instabilidade democrática. Para ela, defender a PSR é defender a vida em seu sentido mais amplo e, portanto, defender a própria democracia.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

A ministra Macaé Evaristo aprofundou essa reflexão ao evidenciar que, muitas vezes, a situação de rua precede o reconhecimento da pessoa como cidadã. Denunciou o olhar social que desumaniza e retira a dignidade, ressaltando que é preciso garantir, antes de tudo, o direito de existir, de amar, de viver com segurança e de acessar saúde, educação e moradia. Afirmou que a PSR é tratada como “os outros”, aqueles que ficam fora do escopo da colonialidade, marcados pela negritude, migração, informalidade e ausência de meios de produção.

Marco Menezes trouxe a perspectiva internacional, destacando as relações entre justiça socioambiental, saúde e desigualdades na América Latina. Enfatizou o papel da academia e das instituições de pesquisa em produzir conhecimento comprometido com a realidade e articulado aos movimentos sociais, como condição para o fortalecimento da soberania nacional.

Luciana Servo apresentou a parceria com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) na produção de evidências para qualificar o debate público e orientar decisões governamentais. Defendeu um modelo de desenvolvimento inclusivo, que reconheça os agentes políticos e garanta visibilidade e participação dos sujeitos diretamente envolvidos nas políticas.

Na mesma direção, Laís Abramo apontou o seminário como espaço técnico e político de diálogo com os movimentos sociais. Destacou o papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Cadastro Único, que desde 2009 possui um instrumento específico para PSR, dos serviços de acolhimento, do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada como garantias fundamentais de proteção social. Informou, ainda, o compromisso do governo federal com a

recomposição e ampliação dos recursos destinados ao SUAS.

Gustavo Matta reforçou a importância dos espaços de participação social e da interlocução internacional, alertando para que não banalize os conceitos de interdisciplinaridade e intersetorialidade. Defendeu a proteção social e apontou a necessidade de aprimorar políticas existentes por meio de pesquisas engajadas e articuladas aos movimentos sociais, evitando disputas institucionais por recursos.

Por fim, Elyne Engstrom ressaltou que a construção de políticas públicas para o cuidado integral à PSR exige união entre diversos setores e a participação da sociedade, com uma base comum de valores que sustentem um projeto coletivo de sociedade e de cuidado, baseada no direito humano à vida e à cidadania.

Representando o ministro da Saúde Alexandre Padilha, a secretária de Atenção Primária à Saúde, Ana Luiza Caldas, gravou um vídeo para os participantes do evento.



Assista ao vídeo em: https://www.instagram.com/reel/DQZ-S1WA-rUr/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%-3D%3D



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

Pontos para reflexão!



É importante ampliar estudos e evidências que sustentem políticas intersetoriais qualificadas para a PSR. E diante disso, identifica-se a necessidade de criar uma Secretaria Nacional de Políticas para a População em Situação de Rua, capaz de articular ações entre diferentes ministérios e superar a fragmentação das políticas atuais.

A soberania nacional só se concretiza com democracia substantiva e, sobretudo, sem deixar ninguém para trás. A defesa da vida, em seu sentido pleno, deve orientar um projeto democrático que inclua a PSR como parte essencial de um país justo, igualitário e solidário.

É fundamental avançar em pesquisas engajadas com movimentos sociais, fortalecendo a produção de conhecimento comprometida com a realidade das ruas.

MESA REDONDA INTERNACIONAL

QUE MUNDO É ESSE? REALIDADES E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO PARA PROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Convidados:

- **Diana Alarcón González** - Doutora em Economia pela Universidade da Califórnia (EUA), especializada em relações internacionais, desenvolvimento econômico e análise de políticas.
- **Isabel Licha** - Doutora em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris I, especializada em política social, gestão social e desenvolvimento humano.
- **Sônia Fleury** - Pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos Antônio Ivo de Carvalho da Fiocruz nos temas de democracia, proteção social e federalismo. Coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco.
- **Rômulo Paes** - Pesquisador da Fiocruz Minas Gerais e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
- **Elyne Engstrom** - Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas.

Texto síntese da mesa:

Fazer uma introdução de quem participou presencial (e remoto e a disponibilização de materiais (video Isabel Licha e texto de apoio disponibilizado e publicado a posteriori por Sonia Fleury)

A mesa de debates apresentou diferentes perspectivas nacionais e internacionais sobre a população em situação de rua (PSR), destacando a complexidade estrutural, subjetiva e política que conforma esse fenômeno e os desafios para sua superação.

Diana Alarcón, que participou por meio de webconferência, apresentou a experiência da Cidade do México, estruturada no Modelo 4A de Inclusão Social, voltado a romper de forma integral o ciclo da vida nas ruas. Baseado em uma abordagem de direitos, cidadania e autonomia, o modelo desenvolve processos graduais que incluem acolhimento, atenção, ativação e acompanhamento. O atendimento é personalizado, com metas pactuadas a médio e longo prazo, articulando serviços de saúde, documentação civil, fortalecimento de vínculos e reconstrução de projetos de vida. A implementação é monitorada por indicadores e censos municipais que orientam planejamento e ajustes.

Na sequência, foi apresentado o vídeo em enviado por **Isabel Lichia**, que destacou, no âmbito global, um projeto voltado ao desenvolvimento de mecanismos de articulação interinstitucional e metodologias integradas de atuação sobre a PSR. Reconhece como um problema a nível global, identifica fatores estruturais, institucionais e individuais que originam e perpetuam o problema

— pobreza, desigualdade, falta de moradia e fragilidade das redes de cuidado — gerando invisibilidade e criminalização. O documento sistematizado inclui exemplos internacionais de políticas eficazes e discute temas contemporâneos como mudanças climáticas e digitalização, além de revisitar marcos teóricos para repensar os modelos de cuidado ainda em disputa.

Sonia Fleury trouxe uma análise crítica, partindo da pergunta “que mundo é esse?”. A autora retoma Foucault e analogias históricas como a lepra para discutir a construção social do “outro indesejado”, produzido por mecanismos de exclusão, governamentalidade e controle dos corpos. A PSR aparece como expressão de hierarquizações sociais que seleciona quem é reconhecido como cidadão. Ela defende a construção de “trilhas” — que é alternativo ao conceito de “trilhos”, que representam os caminhos socialmente construídos e aceitos — como caminhos alternativos e possíveis, assentadas no cuidado, na solidariedade e no comum, além de um Estado pedagógico inspirado em Paulo Freire, capaz de escutar, dialogar e construir a partir do que parte da sociedade. Também enfrentar medos sociais que, quando manipulados, geram violência. Sua análise resalta fatores estruturais como o capitalismo financeirizado, a informalidade, o aumento do endividamento da população e a política de combate às drogas, que contribuem para a produção sistemática da PSR.

Por fim, Rômulo Paes analisou a PSR como fenômeno complexo e com desafios, presente nas cidades desde os primeiros registros sobre cidades, ainda que em contextos e fatores geradores distintos. Destacou as transformações demográficas, como as mudanças de arranjos familiares, a queda no número de filhos, famílias menores, desobrigação das famílias de cuidado às pessoas vulnerabilizadas dessas famílias — idosos, doentes crônicos e em sofrimento mental —, o hipercapitalismo e suas exigências de performance, que ampliam sofrimento mental e a solidão. Apontou o paradoxo entre a redução da pobreza absoluta e o aumento da PSR, resultado da insuficiência e desconexão das políticas públicas ofertadas. Para ele, é fundamental ampliar a produção de dados e fortalecer políticas transversais, integradas e criativas.

As discussões finais evidenciaram a ausência de políticas preventivas robustas, a necessidade de incluir habitação, trabalho e renda em discussões que tem principalmente atores da saúde e da assistência social, e o reconhecimento das dimensões de raça e eugenia na compreensão da complexidade da PSR.

A professora Sonia Fleury, com base na sua apresentação, elaborou um artigo e disponibilizou-o para divulgação:

<https://trilhasdecuidadonasruas.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2025/12/sonia.pdf>

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



Pontos para reflexão!



Para compreender a complexidade da PSR, para além das questões individuais, deve-se debruçar também nos processos estruturais que atravessam economia, política, território, subjetividade e dinâmica social. Há uma produção sistemática da situação de rua, alimentada pelo capitalismo financeirizado, pelo trabalho informal e pela precarização generalizada da vida e das relações, dentre outros diversos fatores.

Não basta ampliar políticas: é preciso qualificá-las, integrá-las e ousar em novas estratégias.

Inspirada em Paulo Freire, a proposta de um Estado que “ouve antes de comunicar” aponta para uma política que seja formadora, dialógica e produtora de emancipação. A PSR expõe o mal-estar social e enfrentá-lo exige um Estado que também produza sentido, solidariedade e esperança.

A produção de dados contínuos e qualificados é indispensável para diagnóstico, planejamento e monitoramento. Sem dados, a PSR permanece invisível e as políticas seguem insuficientes.

Por fim: há políticas preventivas suficientes? O Estado ainda opera mais em respostas emergenciais do que na prevenção?

PAINEL

NÃO SOMOS INVISÍVEIS: INFORMAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Convidados:

- **Marco Natalino** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- **Flavio Lino** - Secretário Executivo do Movimento Nacional de População de Rua do Rio de Janeiro (MNPR/RJ)
- **Rinaldo Artes** - Doutor em Estatística pelo IME/USP e filiado ao INSPER
- **Carla Bronzo** - Fundação João Pinheiro

Texto síntese da mesa:

Foi destacada a produção e a integração de dados para compreender a realidade da PSR e fundamentar políticas públicas e discussões baseadas em evidências. Marco Natalino apresentou os primeiros resultados de uma pesquisa inicial, da Fiocruz e do IPEA, que integra registros administrativos de mortalidade e dados do CadÚnico para analisar a morbimortalidade da PSR no Brasil. Sua apresentação retomou a trajetória histórica da pauta, desde o Massacre da Sé até, mais recente, iniciativas como o projeto Ruas Visíveis que determina o diagnóstico permanente da PSR. Como parte dos resultados, mostra que a mortalidade dessa população é drasticamente superior à da população geral e

à da população de baixa renda. Em 2024, a probabilidade de uma pessoa em situação de rua morrer foi 348% maior que a da população geral e 223% maior que a população de baixa renda. No mesmo ano, 6003 pessoas em situação de rua vieram a óbito, revelando um excesso de mortes, 4664 a mais do esperado.

Rinaldo Artes complementou a discussão com uma análise longitudinal do sistema de abrigamento da cidade de São Paulo, utilizando bases administrativas como o SISA e o SISRua, próprios do município. Os dados de 2013 a 2023 mostram padrões de permanência distintos no sistema, desde pessoas que utilizam abrigos por poucos dias até outras que permanecem por anos. Em outra análise, identificou-se que cerca de 40% das pessoas que saem por motivos de moradia retornam posteriormente ao abrigamento, indicando fragilidades nas políticas de permanência fora das ruas e sugerindo a necessidade de estratégias preventivas e integradas.

Flavio Lino trouxe uma perspectiva internacional ao apresentar dados consolidados no âmbito do G20 e dos BRICS, mostrando que mais de 6 milhões de pessoas vivem nas ruas nos países dos blocos. Destacou diferenças conceituais e de visibilidade entre os países, bem como o crescimento da PSR em outras nações como Estados Unidos, França e Reino Unido. Ao relacionar o tema com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, identificaram os que perpassam as questões da PSR, mas enfatiza que não é citada em nenhum deles e provoca o assunto para a urgência do reconhecimento internacional do problema.

Encerrando a mesa, Carla Bronzo ressaltou que os dados apresentados, na-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

cionais e internacionais, evidenciam fraturas sociais profundas e um cenário complexo que exige respostas que se aproximem da intersectorialidade. Destacou a necessidade de políticas que superem os estigmas e a exclusão, enfrentem desigualdades estruturais e se construam a partir da escuta qualificada da realidade vivida pela PSR.

Pontos para reflexão!

A produção e integração de dados tornam visível uma realidade historicamente negligenciada.

O excesso de mortalidade da população em situação de rua expressa desigualdades estruturais e a negação sistemática de direitos básicos.

O enfrentamento da situação de rua demanda políticas intersectoriais, baseadas em evidências e orientadas por justiça social e escuta qualificada.



TRILHAS CONVIDA

- **Cristiane Xavier** – Subcoordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e membro integrante da Com. de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Texto síntese da mesa:

A defensora pública, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, marcou sua atuação no campo da capacitação, informação e monitoramento de políticas para a PSR. Defendeu a transparência das instituições públicas e a necessidade de que o Estado esteja presente nas ruas, alinhando sua atuação às necessidades reais dessa população. Apresentou o projeto NUDEHD Pop Rua Itinerante, que articula ações da Defensoria com outras instituições públicas e com a sociedade civil.

Afirmou que a efetividade das leis já existentes depende de organização e vontade política e, ao refletir sobre as violações cotidianas enfrentadas pela PSR, como a violência letal, o abandono, a ausência de identificação de corpos, a falta de documentação e as dificuldades de sepultamento, aponta-os como elementos que aprofundam a invisibilidade, facilita fraudes e compromete a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Pontos para reflexão!



A garantia de direitos da população em situação de rua depende do Estado presente, transparente e comprometido, capaz de enfrentar as diversas violências e a invisibilidade.

A criação de fundos nacionais, estaduais e municipais dedicados à população em situação de rua se afirma como condição estratégica para assegurar continuidade, prioridade e responsabilidade compartilhada nas políticas de cuidado, proteção e direitos.



TRILHAS CONVIDA

- **Aldaíza Sposati** - Professora titular sênior da PUCSP e autora da Lei Municipal de 1997 sobre Direitos da População em Situação de Rua.

Texto síntese da mesa:

Aldaíza Sposati argumenta que o debate sobre cuidados à população em situação de rua deve partir das condições objetivas das políticas públicas e dos direitos humanos e sociais.

Retoma o termo “situação de rua”, criado para reduzir estigmas, mas que pode deslocar o foco do direito à moradia ao enfatizar a condição e não a violação. Para ela, o direito deve anteceder o cuidado.

Aponta que os serviços destinados à PSR são majoritariamente geridos por organizações sociais, sem padrões unificados de atendimento, nem integração territorial com outros setores. Soma-se a isso a diversidade dos modos de viver e ocupar a rua, que exige respostas públicas também diversas. Critica a lógica habitacional orientada pelo mercado e as limitações do IBGE, que tendem a invisibilizar quem não está “sob um teto”, apesar de existir vida e vínculos nas ruas. Para a PSR, há relações sociais, mas não tetos, o que resulta em contradição entre a extrema exposição nas ruas e sua invisibilidade estatística.

Finaliza discutindo os mecanismos de financiamento via fundos destinados à assistência social.

Pontos para reflexão!



A lógica habitacional orientada pelo mercado reforça desigualdades ao transformar moradia em mercadoria e dificultar que ela seja efetivamente reconhecida como direito fundamental.

É preciso incorporar as relações e as formas de sociabilidade existentes nas ruas na formulação de políticas públicas e na produção de dados para PSR.

É possível garantir direitos em uma estrutura que opera de forma desarticulada e com ausência de articulação territorial?



PAINEL

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: CUIDADO INTEGRAL, MATERNIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA.

Convidados:

- **Iara Flor Richwin** - Universidade de Brasília (UNB)
- **Joana D'arc Bazílio** - Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAM-P-Rua Nacional) e Movimento Nacional da População em Situação de Rua.
- **Florencia Montes Paez** - Organización No Tan Distintes - Mujeres y Disidencias en Situación de Calle
- **Pamella Oliveira** - Coletiva Trilhas de Cuidado nas Ruas

Texto síntese da mesa:

A mesa discutiu as múltiplas violências e desigualdades que atravessam a vida de mulheres em situação de rua, destacando as interseccionalidades nas dimensões de gênero, raça e classe.

Pamella Oliveira retomou o conceito de interseccionalidades como chave analítica para compreender a experiência dessas mulheres, marcada pela sobreposição de opressões estruturais.

Florencia Montes Paez apresentou a experiência argentina do coletivo trans-feminista *No Tan Distintes*, composto por mulheres e crianças em situação de rua. O grupo desenvolve ações de cuidado integral, casas coletivas, projetos socioprodutivos e formações transfeministas, além do espaço *La madre que no fui*. Explicou os quatro modelos de abordagem construídos ao longo de 15 anos — assistencialismo, oficinas, institucional/de direitos e autogestão — que coexistem para garantir estratégias amplas. Destacou a necessidade de transformar metodologias de acompanhamento, incorporando as experiências das mulheres trans e suas formas de produzir cuidado.

Iara Flor Richwin apresentou sua experiência baseada na prática clínica com mulheres em situação de rua, enfatizando a maternidade como experiência frequentemente atravessada por violência institucional, especialmente pela retirada compulsória de filhos. Introduziu o conceito de hierarquias reprodutivas, que atribui valor diferenciado às maternidades conforme raça, classe e condições de vida. Defendeu que, mesmo na rua, a maternidade pode abrir caminhos de reconstrução de futuro, abertura para novas perspectivas de vida e fortalecimento coletivo.

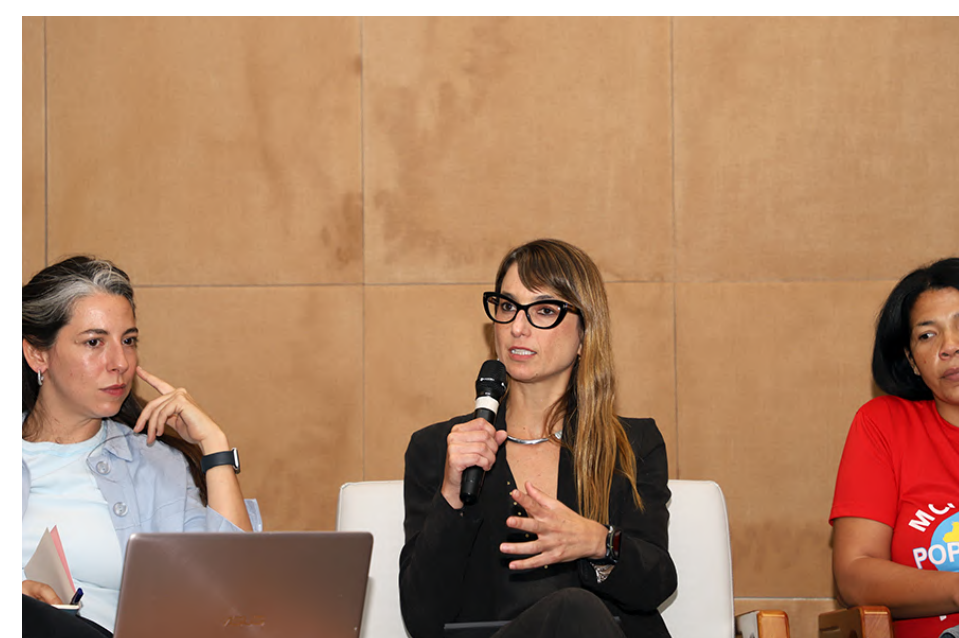
Joana D'Arc Bazílio, mulher com trajetória de rua e militante de movimento social, trouxe a centralidade da experiência vivida. Relatou as perdas impostas pela maternidade deslegitimada e afirmou o cuidado com suas filhas e a luta política como forças que lhe sustentam. Destacou a urgência de que mulheres em situação de rua ocupem espaços de diálogo e discussões para reivindicar direitos e construir políticas públicas efetivas para mulheres que vivem ou viveram nas ruas.

Pontos para reflexão!

O protagonismo das mulheres com trajetória de rua revela que nenhuma política será efetiva sem incorporar suas vozes, necessidades e modos próprios de existir. É a partir delas que caminhos de dignidade para mulheres desse grupo podem ser construídos.

A experiência da maternidade nas ruas também pode produzir força, reconstrução e novas possibilidades de futuro quando sustentada por redes de apoio e práticas comunitárias.

A realidade das mulheres em situação de rua evidencia que o cuidado só se torna possível quando reconhece as interseccionalidades que moldam suas vidas. Caminhar na perspectiva de gênero, raça e classe é condição para qualquer política pública que pretenda ser justa.



TRILHAS CONVIDA

- **Padre Júlio Lancellotti** - Pedagogo e padre da igreja católica. É pároco da igreja São Miguel Arcanjo, em São Paulo. Responsável por ações sociais com população em situação de rua.

Texto síntese da mesa:

O Padre Júlio Lancellotti enfatizou o papel fundamental da ajuda comunitária e das organizações da sociedade civil no enfrentamento das desigualdades que atingem a população em situação de rua. Criticou os discursos baseados no neoliberalismo, na meritocracia e no individualismo, que transformam o capitalismo em uma espécie de religião na qual o capital é divino e os pobres são sacrificados. Apontou que, nessa lógica, as políticas públicas operam na manutenção da miséria e não na sua superação.

Defendeu que a sociedade civil não se conforme diante dessa lógica, concludando-a a questionar, resistir e recusar a adesão a práticas que naturalizam a violência. Propôs uma revisão das práticas domesticadas que aceitam a máquina de extermínio, afirmando a necessidade de voltar o olhar para as pessoas, e não para o poder ou o capital. Destacou, ainda, a importância da autocrítica, da ética e da humanização. E lembrou que, embora as estruturas institucionais sejam necessárias, elas devem estar a serviço da sociedade e não o contrário.

Pontos para reflexão!

Caminhamos em uma sociedade que nos retira a utopia e fragiliza nossa capacidade de sonhar e humanizar. Diante disso, a luta coletiva e histórica exige coragem e compromisso para combater as opressões e violências.

Alimentar quem tem fome é um ato político e libertador, que desafia a opressão, a lógica neoliberal e afirma a vida.



PAINEL

EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO I - RESPOSTAS INSTITUCIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERSETORIAIS JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Convidados:

- **Alderon Costa** - Jornalista, editor do jornal O Trecheiro e membro do Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa da População em Situação de Rua.
- **Hugo Fagundes** - Programa Seguir em Frente (Rio de Janeiro).
- **Daniel Souza** - Rede Nacional de Consultórios na Rua.
- **Maria Caetano** - Vila do Reencontro (São Paulo).
- **Lilian Gonçalves** - Coordenação de Acesso e Equidade da Secretaria de Atenção Primária à Saúde
- **Gilney Costa** - Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas
- **Leticia Oliveira** - Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas

Texto síntese da mesa:

Alderon Costa - Jornalista, Editor do Jornal “O trecheiro” e membro do Fórum da Cidade de São Paulo em defesa da população em situação de rua;

Inicia sua fala advertindo a audiência de que, em sua exposição, traria história e vivência, e não gráficos ou estudos. Para ele, morar na rua não é uma escolha: “as pessoas precisam ser reconhecidas na sua dignidade”. Essa é a ideia que fundamenta a proposta de trabalho do jornalista, sobretudo nas regiões do Brás e de Santo Amaro, em São Paulo, e no Glicério. Recupera a imagem do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns para tratar do papel da Igreja no contexto da década de 1970, período em que a instituição reafirmava seu compromisso com os mais pobres. Para ele, Arns representava esse ideário por sua defesa dos perseguidos pela ditadura militar, pela defesa intransigente dos presos e, também, pelo fato de ter vendido os imóveis que possuía para a construção de centros comunitários na periferia.

A partir de sua experiência, Alderon Costa chamou atenção para o fato de que sua primeira escola de convivência com a rua ocorreu durante a distribuição de sopas. Segundo ele, é urgente valorizarmos outras metodologias, que coloquem a população em situação de rua como protagonista da produção de saberes e da construção da formulação de políticas voltadas a elas. Essa proposta metodológica de “construir com...” ancora-se na pedagogia freudiana, que entende a experiência concreta de homens e mulheres singulares como sua matriz pedagógica. Inspirado pelos livros “Somos um povo que quer viver”, “Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!” e “Comunidades dos sofrendores da Rua” — este último autoral —, discute fundamentos para uma política estruturante de cuidado em que a acolhida se faz sem curriculum, o direito à convivência em sociedade se torna uma aposta radical, e o vínculo e à valorização da trajetória de cada pessoa é permanente.

Durante sua fala, Alderon exibiu dois vídeos. No primeiro, a Irmã Ivete chamou atenção para o fato de que a pessoa em situação de rua pode ser reconhecida ao se olhar para os pés. No segundo, foi apresentada uma crítica ao modo como o Estado opera políticas que aprofundam desigualdades. No campo da experiência, Alderon informou que os trabalhos em curso vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Ponto de Apoio à População em Situação de Rua, na Chapelaria do Brás, nome adotado para não permitir a identificação da população em situação de rua. Além disso, Alderon citou o trabalho realizado com o jornal O Trecheiro, destacando sua última edição, que aborda as condições de vida dos indígenas em situação de rua, ressaltando o esforço de pesquisa realizado, inclusive com levantamento de dados.

Para Alderon, é necessário construir uma agenda para tratar dessa questão, que tem crescido de forma cada vez mais significativa em São Paulo. Ressaltou ainda que o site do jornal passou por uma reformulação e que há uma biblioteca disponível com edições desde 1992, possibilitando a quem desejar pesquisar a história da população em situação de rua. Durante sua exposição, Alderon recuperou a medida cautelar da ADPF, que chama atenção para possíveis fatores capazes de auxiliar a saída das ruas, como emprego fixo, moradia permanente, benefícios, dentre outros. Finalizou com um vídeo que registra a fala de pessoas em situação de rua sobre o significado da rua para elas, destacando que, para essas pessoas, a rua não é boa o tempo todo, mas também não é apenas um espaço de sofrimento.

Em sua fala, Hugo Fagundes chamou atenção para o fato de que a constituição do programa “Seguir em Frente” representou uma tentativa de produzir res-

postas ao crescimento exponencial do número de pessoas em situação de rua. Argumentou que a história da psiquiatria é marcada por violência, exclusão e sofrimento. É nesse sentido que, a partir de seu lugar de fala antimanicomial — enquanto gestor responsável pelo fechamento de 13 hospitais psiquiátricos —, buscou lançar diferentes olhares sobre a iniciativa da Saúde Mental/SMS/PCRJ.

Reconheceu que o censo bianual apresenta distorções, mas defendeu a importância da trajetória histórica que ele permite construir, ao criar parâmetros de análise. Com base nos dados do censo de 2022, Hugo Fagundes expôs que a cidade do Rio de Janeiro possui 7.272 pessoas em situação de rua, enquanto, segundo o CadÚnico, esse número estaria entre 14 e 15 mil pessoas.

Recuperou a história de um pedreiro que, após perder o emprego, não conseguiu se recolocar no mercado de trabalho e, aos 62 anos, acabou indo parar na rua, apesar de desejar trabalhar e ter acesso a um abrigo. Chamou atenção, ainda, para um conjunto de situações com as quais as equipes precisaram lidar, como a presença de cães e, em alguns casos, a escassez de serviços de acolhimento voltados a determinados grupos populacionais em situação de rua, como os idosos.

Segundo o psiquiatra, o Programa Seguir em Frente tem como objetivo promover uma saída qualificada da situação de rua. Informou que, à época do Seminário, o Rio de Janeiro contava com 40 CAPS, sendo 38 municipais e dois universitários, além de 260 leitos em CAPS III e 98 residências terapêuticas — destacando que todos os hospitais psiquiátricos haviam sido fechados e que

600 pessoas residiam nessas unidades. Hugo Fagundes argumentou que o trabalho dos profissionais de saúde é direcionado ao sofrimento humano.

Apontou, como desafios centrais, a necessidade de garantir um local adequado para o atendimento dessas pessoas, a reconstituição da história de cada sujeito e a possibilidade de, a partir disso, construir vínculos de trabalho. Relatou também as dificuldades enfrentadas para a implantação do Programa em uma região central da cidade, onde moradores passaram a hostilizar os usuários e a responsabilizá-los por problemas ocorridos na região.

Para Hugo Fagundes, a Reforma Psiquiátrica deve ser compreendida como um campo de disputa — especialmente ideológica — em uma sociedade que ainda não aceita a diversidade. Nesse contexto, apresentou a Residência e Unidade de Acolhimento Sonho Meu, onde também funciona o CAPS AD III Dona Ivone Lara. As URS contam com 25 beliches por unidade, sendo 10 URS, o que totaliza 500 vagas em um serviço de acolhimento institucional de porta aberta.

Segundo Hugo Fagundes, nos três primeiros meses do programa (fase 1), o usuário recebe uma bolsa-estágio no valor de R\$ 1.024,65, destinada a pessoas que atuam na manutenção das instalações da própria unidade. Na fase 2, o usuário pode estagiar na rede de saúde, como auxiliar de serviços gerais ou colaborador da manutenção predial, passando a receber R\$ 1.518,00. Desde o início do Programa, 7.869 pessoas foram cadastradas no prontuário eletrônico, das quais 4.401 foram acolhidas.

Daniel Souza parte do lugar de alguém que trabalha, mas também milita em defesa da garantia de direitos de direitos à população em situação de rua. Sua fala nos questionou a pensar sobre quem são e por quais razões as pessoas estão em situação de rua. Para responder à sua própria provocação, Daniel Souza rompe com a noção amplamente divulgada, estereotipada e, também, equivocada que tende a associar pessoas em situação de rua e uso de drogas. Para ele, historicamente, a população em situação de rua tem sido pensada a partir de um lugar de muita moralidade: são os “vagabundos”, os “cracudos”, os “zumbis”. Mas, com alguma variação, essa população também é pensada do ponto de vista de uma visão espiritual que compreende os usos de substâncias psicoativas e/ou a situação de rua como pecado, doença. No caso da justiça, o olhar é punitivo. E a saúde olha como doença. Em todas essas visões, prevalece o apagamento do sujeito, sua autonomia, a capacidade de autodeterminação do modo sobre como caminhar pela vida.

Em sua fala, Daniel advogou sobre a necessidade racializar o debate sobre a população em situação de rua. Questiona seus ouvintes sobre a cor de quem está em situação de rua, nos manicômios, nos presídios. Recorre ao conjunto de leis produzidas ainda no período colonial para pensar a produção do crime jurídico antinegro, isto é, a ideia de um crime perfeito, cometido antes mesmo de ser efetivamente praticado – Lei de Terras, lei que proibiu negros de frequentar escolas.

Em retrospectiva aos seis anos de governos conservadores no Brasil, Daniel Souza recuperou o bordão “Ninguém solta a mão de ninguém”, mas questionou quem segurava a mão da população em situação de rua. Quem está em situação de rua tem sido, historicamente, destituído de sua condição de humanida-

de. Sua fala denunciou a focalização do cuidado, inclusive na Atenção Primária à Saúde à população em situação de rua, como se essa população fosse uma responsabilidade apenas das equipes de consultório na rua. Para ele, o preconceito vem também da gente que trabalha no setor saúde.

É um equívoco pensar, no contexto de um sistema público universal, integral e equânime, que a população em situação de rua é uma responsabilidade exclusiva das equipes de consultório na rua, argumenta Daniel Souza. Existem barreiras de acesso que fazem com que a pessoa em situação de rua nem chegue a ser acessar a unidade: o controlador de acesso, o segurança, a proibição de entrada com o PET.

Daniel Souza recuperou a trajetória histórica da construção da política dos consultórios na rua, observando que, anteriormente, elas estavam ligadas à saúde mental, aos CAPS AD, aos programas de redução de danos. Nesse sentido, explorou as diferenças conceituais e estratégicas entre Consultórios de Rua e Consultórios na Rua. Aponta um conjunto de desafios ainda não superados, mesmo após 14 anos desde a criação das equipes de consultórios na rua, como, por exemplo, a questão do direito à maternidade de mulheres em situação de rua.

Para ele, a rua tem cor, e isso não é coincidência, mas projeto. O trabalho de cuidado não dá pra ser pensado apenas no setor saúde. É preciso pensar e trabalhar complexamente, articulando outros setores. Estamos vivendo grandes quilombos ainda, e a rua é esse quilombo, ainda, de resistência.

Maria Caetano, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social da ci-

dade de São Paulo, apresentou a experiência do Programa Municipal Vila dos Reencontros, um programa municipal, instituído em janeiro de 2023 pelo Decreto 62.149. Um programa, segundo ela, intersecretarial, no qual cada secretaria tem suas competências e responsabilidades, sendo a Secretaria de Desenvolvimento Social responsável pelas vilas e auxílio social das Vilas do Reencontro.

Segundo Maria Caetano, o Programa Vila dos Reencontros tem como eixo estruturante as ideias de cuidado e conexão, com o objetivo de construir caminhos de dignidade e autonomia para a população em situação de rua. Segundo ela, o desafio está na oferta de cuidados que superem a fragmentação e o isolamento entre diferentes serviços e estratégias. A Vila do Reencontro é uma proposta de cuidado e garantia de direitos inspirada no modelo Housing First, mas não é uma proposta universal.

A Vila do Reencontro é basicamente para usuários que possuem algum grau de autonomia para gerenciar uma casa. Então, a metodologia do programa é baseada na proposta da cogestão, na qual a família, ao adentrar a Vila do Reencontro, se inscreve em algum coletivo. Eixos do Programa:

- Cuidado: atendimento do usuário e da família, para levantamento das demandas básicas e psicossociais;
- Conexão: fortalecimento das redes de apoio;
- Oportunidade: inclusão socioproductiva.

Maria Caetano fez uma apresentação da infraestrutura e das equipes responsáveis pelo acompanhamento em cada módulo. Em sua fala, chamou atenção para o fato de que o programa precisou se readaptar para atender a uma nova demanda: famílias em situação de rua com mais de 4 integrantes, o que fez com que fossem criados módulos com 36 m², ao invés da exclusividade que havia de módulos de apenas 18 m², além de atender a pessoas com deficiência. Todas as unidades são equipadas com banheiro, pia, cama de casal, beliche e berço, ventiladores e guarda-roupas, para além de utensílios e enxoval.

O programa também oferta atividades socioeducativas e acompanhamento psicossocial. Os módulos possuem endereço e número, possibilitando aos residentes receberem encomendas e correspondências. O projeto desenvolve também uma feira organizada pelos residentes. Até a data da realização do seminário, mais de 500 pessoas deixaram o programa. Havia 96% de ocupação, 658 famílias usando os serviços do programa.

Falar sobre as políticas de cuidado requer garantir a voz dos usuários dessas políticas. Uma das primeiras ações nesse sentido da coordenação foi a reativação do comitê técnico voltado para a discussão do cuidado à população em situação de rua. A partir daí, um processo de reconhecimento e escuta real e sensível das demandas dessa população pode retomar seu espaço na agenda nacional. Foram identificados 12 movimentos sociais representativos da população em situação de rua.

Segundo Lilian Gonçalves, a ideia é que esse espaço não seja como o Conselho Nacional de Saúde, isto é, deliberativo, mas um espaço de produção de con-

senso, participativo da gestão com relação às demandas pelos movimentos sociais-populares. Outro ponto importante é que a articulação feita para dentro, intrasetorial, com os movimentos, também tem a representação intersetorial dos movimentos.

A responsabilidade pela superação da situação de rua é de todos os setores. Reconheceu que, apesar dos serviços de saúde se orientarem pelo ideal de humanidade e solidariedade, é também neles que se expressa a aporofobia, o que reflete a história brasileira de escravização e seu legado escravocrata.

Pontos para reflexão!



Morar na rua não é uma escolha;

É preciso entender a Reforma Psiquiátrica como um campo de disputa ideológica, em uma sociedade que não aceita a diversidade e que sua essência é o cuidado em liberdade;

É um equívoco pensar, no contexto de um sistema público universal, integral e equânime que a população em situação de rua é uma responsabilidade exclusiva das equipes de consultório na rua.

A responsabilidade pela superação da situação rua é de todos os setores.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



PAINEL

EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO II.

Convidados:

- **Roberto C. Angulo** - Secretario Distrital de Integracion Social, Alcaldia Mayor de Bogota
- **Paula Escobar** - Consultora de Proteção Social no Banco Mundial
- **Ravena Lima** - Moradia Assistida (Salvador)
- **Marcelo Pedra** - Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas
- **Mirna Teixeira** - Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas

Texto síntese da mesa:

A mesa reuniu experiências nacionais e internacionais voltadas ao cuidado integral da PSR, com ênfase em modelos inovadores de habitação, articulação intersetorial, produção de dados, gestão de casos e fortalecimento da participação social. As apresentações evidenciaram a centralidade da moradia, da redução de danos, da governança integrada e do protagonismo da própria população em situação de rua como elementos estruturantes de políticas públicas mais efetivas e humanizadas.

Roberto Angulo, secretário distrital de Integração Social de Bogotá, apresentou o processo de redesenho da política de atenção à população em situação de rua na capital colombiana, fundamentado no conceito de exclusão extrema. Para além da pobreza, a exclusão é compreendida como a acumulação de privações econômicas, sociais e de participação, associada à perda da residência fixa e à itinerância urbana. A partir de um censo realizado em 2024, Angulo destacou que a situação de rua na cidade de Bogotá apresenta-se como uma condição crônica. O início precoce dessa trajetória, a forte relação com conflitos familiares e o consumo problemático de substâncias, além dos efeitos sobre a saúde física e mental. A reestruturação da política é baseada em um ecossistema de serviços que utiliza a moradia como ponto de partida, articulando diferentes soluções habitacionais, atenção sócio-sanitária, inserção produtiva e participação comunitária. Alguns desafios apontados são a sustentabilidade financeira, o aumento da população idosa em situação de rua e o reforço de estratégias de prevenção.

Paula Escobar, consultora de proteção social do Banco Mundial, trouxe uma análise comparada de experiências internacionais, destacando tendências e aprendizados de países de alta e média renda. Foram apresentados os principais modelos de política habitacional, contrapondo o modelo “escada”, baseado em condicionalidades, ao modelo “Housing First”, que prioriza o acesso imediato à moradia com acompanhamento contínuo. Foram destacados os efeitos benéficos desse modelo na permanência habitacional, na redução do uso de serviços de emergência e na redução de gastos públicos. Enfatizou, ainda, a relevância da gestão de casos personalizada, da adequação das soluções às

demandas particulares de cada indivíduo e da prevenção como uma estratégia econômica, que abrange políticas de moradia, assistência social, saúde e enfrentamento da violência doméstica. Casos como Finlândia, Estados Unidos, França e Cidade do México ilustraram diferentes arranjos de governança, financiamento e articulação interinstitucional.

Ravena Lima apresentou a experiência do projeto Moradia Assistida de Salvador, inspirado no Housing First e construído a partir da atuação do movimento social de pessoas em situação de rua. O projeto tem como foco prioritário pessoas em situação de rua crônica, com trajetória de uso de substâncias e baixa adesão aos modelos tradicionais de acolhimento. A iniciativa oferece moradia imediata, mobiliada e custeada pelo poder público, juntamente com suporte psicossocial contínuo, pautado na redução de danos, no trabalho social com famílias e no cuidado compartilhado em rede. Ravena destacou os resultados do projeto piloto, como a permanência da maioria das famílias, o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, o aumento do acesso à saúde, educação e trabalho.

O Colaboratório Nacional Pop Rua foi apresentado por Marcelo Pedra. Uma iniciativa construída em parceria entre Fiocruz, movimentos sociais, instituições de ensino e órgãos governamentais, com atuação em 14 capitais brasileiras. O colaboratório articula polos descentralizados compostos por equipes mistas, incluindo pessoas com trajetória de rua, uma Escola Nacional Pop Rua e um grupo de pesquisa. Seu objetivo é oferecer suporte institucional, capacitação técnico-política, influência política e geração de conhecimento com base na realidade dos territórios. Foram apresentados dados que evidenciam o alcan-

ce das ações, o protagonismo da população em situação de rua nos processos formativos e a produção de materiais estratégicos, como guias intersetoriais e cadernos metodológicos, com ênfase em temas como redução de danos, habitação, participação social e intersectorialidade.

No encerramento da mesa, Mirna Teixeira apresentou o **Catálogo de Experiências de Cuidado Integral à População em Situação de Rua**, desenvolvido pelo coletivo **Trilhas de Cuidado nas Ruas**. O catálogo tem como objetivo sistematizar, dar visibilidade e promover a troca de experiências intersectoriais em âmbito nacional, envolvendo iniciativas de saúde, proteção social, educação, moradia e geração de renda. A metodologia adotada prioriza experiências baseadas no cuidado de baixa exigência, na autonomia e na inclusão social, reunindo tanto ações governamentais quanto da sociedade civil. O catálogo se destaca como ferramenta dinâmica, colaborativa e estratégica para fortalecer as redes de cuidado, criar políticas públicas equitativas e promover práticas inovadoras de cuidado integral.



Acesse o catálogo:

<https://trilhasdecuidado-nasruas.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2025/10/catalogo-experiencia-trilhas-cuidado.pdf>

Pontos para reflexão!

A mesa reafirma que a situação de rua constitui um fenômeno estrutural, resultante da articulação entre profundas desigualdades sociais, falhas nos sistemas de proteção, precarização da vida urbana e fragilidade das redes de cuidado. Nesse contexto, a moradia emerge como um elemento central, porém insuficiente quando não associada a acompanhamento contínuo, estratégias de redução de danos, garantia de acesso a direitos e promoção da participação social.

As experiências apresentadas evidenciam que políticas públicas eficazes exigem integração intersetorial, gestão de casos qualificada, produção sistemática de dados e reconhecimento do protagonismo da população em situação de rua. Mais do que ampliar a oferta de serviços, torna-se fundamental qualificar as estratégias existentes, investir em ações preventivas e construir modelos de governança capazes de articular, de forma consistente, o Estado, a sociedade civil e os movimentos sociais.

Por fim, a mesa suscita uma importante reflexão ao questionar em que medida os sistemas públicos têm priorizado respostas preventivas e estruturantes, em detrimento de ações emergenciais que, embora necessárias, não são capazes de interromper a produção contínua da situação de rua.



TRILHAS CONVIDA

- **Philippe Leite** - Economista sênior em Proteção Social do Banco Mundial

Texto síntese da mesa:

Philippe Leite apresentou a perspectiva institucional do Banco Mundial sobre a situação de rua, destacando que o tema não é abordado como uma categoria isolada, mas como parte das políticas de proteção social voltadas às populações pobres e vulnerabilizadas. Segundo o economista, a situação de rua deve ser compreendida como resultado de falhas estruturais acumuladas nos sistemas de proteção social, e não como uma condição individual ou circunstancial.

O economista ressaltou que a assistência social, embora essencial, é insuficiente para enfrentar um problema de complexidade, que envolve fatores como habitação, emprego, documentação, acesso à informação e eficácia dos serviços públicos. Diante desse cenário, defendeu a necessidade de uma abordagem sistêmica e intersetorial, capaz de articular diferentes políticas públicas de forma integrada. Destacou ainda que o sistema de proteção social brasileiro é relativamente robusto, mas enfrenta desafios em relação ao acesso, à qualidade do serviço e à integração entre os serviços. Apontou ainda, a importância de fortalecer serviços que sejam acessíveis e humanizados, evitando que a ausência de documentos, endereço ou outras exigências operem como barreiras ao atendimento.

Por fim, ressaltou que o Banco Mundial atua em parceria com governos em níveis municipais, estaduais e federal, apoiando iniciativas em diferentes territórios e promovendo a troca de experiências e boas práticas, com ênfase na prevenção e superação da situação de rua e na promoção da inclusão social.

Pontos para reflexão!



Evidencia-se a necessidade de examinar de forma crítica a capacidade dos sistemas de proteção social em responder, de maneira integrada e preventiva, às múltiplas vulnerabilidades que atravessam as trajetórias das pessoas em situação de rua. Mais do que ampliar ofertas setoriais, o grande desafio consiste em superar barreiras institucionais, burocráticas e operacionais que limitam o acesso a direitos e fragmentam a atenção, contribuindo para a produção e a permanência da situação de rua. Nesse sentido, torna-se essencial analisar como os serviços públicos podem atuar de forma articulada, acessível e orientada pela dignidade, fortalecendo estratégias preventivas e promovendo processos efetivos de reintegração social.

PAINEL

O PAPEL DA JUSTIÇA NA ATUAÇÃO A PSR.

Convidados:

- Luciana Ortiz - Juíza Federal do Estado de São Paulo, juíza auxiliar da Presidência do CNJ e coordenadora do Comitê Pop Rua Jud Nacional do CNJ.
- Raquel Chrispino - Juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e membro dos Comitês Pop Rua Jud Nacional/CNJ e Estadual
- Giovana Mello - Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) .
- Igor Rodrigues - Advogado, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e autor de diversos livros sobre a situação de rua.
- Jorge Fernandes - Gestor da ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

Texto síntese da mesa:

O painel discutiu o papel do sistema de justiça na atuação junto à população em situação de rua, situando-o como uma instância importantíssima de garantia de direitos, mas também como espaço que revela as limitações e insuficiências das políticas públicas e dos sistemas de proteção social.

Na abertura, **Igor Rodrigues**, mediador da mesa, ressaltou que o aumento da presença de pessoas em situação de rua nos tribunais e instituições de justiça é sintoma do esgotamento de respostas estruturais do Estado. Argumentou que a judicialização ocorre, em geral, quando os sistemas de saúde, assistência social, habitação e trabalho falham de forma recorrente. O mediador problematizou a frequente caracterização da situação de rua como um fenômeno “multicausal”, afirmando que, embora correta em termos descritivos, essa perspectiva tende a minimizar as responsabilidades políticas e a ocultar suas origens estruturais. Afirmou ainda que a condição de rua deve ser compreendida como expressão da crise contemporânea de cidadania, da precarização do trabalho e da incapacidade do modelo econômico de assegurar inclusão social para parcelas significativas da população.

Na mesma direção, **Luciana Ortiz** apresentou a atuação do Conselho Nacional de Justiça no enfrentamento das violações de direitos da população em situação de rua, com destaque para a criação e o fortalecimento do Comitê Nacional PopRuaJud. Ressaltou o compromisso do Judiciário com a promoção dos direitos humanos e a importância de uma atuação que transcenda a lógica puramente judicial, incorporando a articulação interinstitucional, a escuta qualificada e o diálogo com os territórios. Enfatizou que o Judiciário pode contribuir para o enfrentamento da violência institucional, para a defesa do direito à cidade e para a indução de políticas públicas mais integradas, sem perder de vista seus limites institucionais.

Giovana Mello trouxe a perspectiva do Ministério Público, enfatizando o papel da instituição na defesa de direitos coletivos e difusos da população em situa-

ção de rua. Enfatizou a relevância da produção, sistematização e integração de dados como requisito para a criação de políticas públicas eficazes, ressaltando a invisibilidade estatística dessa população, especialmente no que se refere ao monitoramento de óbitos e às causas de morte. Argumentou que a ausência de dados confiáveis compromete estratégias de prevenção e reforça respostas meramente emergenciais, defendendo maior integração entre os sistemas de saúde, assistência social e direitos humanos.

A experiência do Comitê Estadual de Erradicação do Sub-registro no Rio de Janeiro foi compartilhada por Raquel Chrispino, enfatizando a garantia do direito à documentação civil como eixo estruturante da cidadania. Descreveu a atuação territorializada por meio do ônibus da Justiça Itinerante, que permite o acesso ao registro civil e à regularização documental de pessoas em situação de rua e outros grupos em extrema vulnerabilidade. Ressaltou que a ausência ou perda de documentos impede o acesso a políticas públicas básicas, como saúde, assistência social e previdência, configurando uma forma extrema de exclusão. Apontou ainda desafios relacionados à implementação da Carteira de Identidade Nacional, à exigência de biometria para acesso a benefícios sociais e à necessidade de fortalecimento da atuação intersetorial.

Para finalizar o painel, Jorge Fernandes apresentou a atuação do Poder Judiciário Trabalhista no atendimento à população em situação de rua, destacando a Resolução nº 425 do CNJ como marco para uma atuação mais integrada e sensível. Sua fala teve como eixo a criação do Manual Básico de Atendimento à População em Situação de Rua, concebido como ferramenta prática de letramento institucional para qualificar o atendimento cotidiano nos tribunais. O

manual foi desenvolvido com o apoio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), responsável pela metodologia de elaboração.

O autor ressaltou que a população em situação de rua deve ser compreendida como parte da solução, enfatizando que o contato direto com essa realidade fortaleceu a empatia institucional e a articulação interinstitucional. A experiência também evidenciou o impacto do trabalho em rede, ao permitir a superação de entraves burocráticos e a ampliação do acesso a direitos, como no caso do Benefício de Prestação Continuada.

Pontos para reflexão!



O sistema de justiça tem papel relevante na garantia de direitos da população em situação de rua, ao passo em que também é responsável por evidenciar falhas estruturais das políticas públicas. A judicialização, porém, não substitui respostas estruturantes, sendo imprescindível a adoção de estratégias integradas, preventivas e intersetoriais, centradas na garantia de direitos.

A documentação civil, a produção de dados qualificados e o letramento institucional mostram-se fundamentais para enfrentar a invisibilidade e as práticas discriminatórias. A experiência apresentada reforça que o trabalho em rede é essencial para superar barreiras de acesso a direitos e qualificar o atendimento à população em situação de rua.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



PAINEL

DESAFIOS E POTÊNCIAS DO PLANO RUAS VISÍVEIS COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA

Convidados:

- **Maria Luiza Gama** - Departamento de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (MDHC).
- **Laureci Dias** - Conselheira do CIAMP-RUA Nacional
- **Sheila Costa Marcolino** - Conselheira do CIAMP-RUA Nacional

Texto síntese da mesa:

A mesa discutiu os avanços, desafios e perspectivas do Plano Ruas Visíveis como estratégia de política pública nacional para a população em situação de rua, com ênfase na participação social, na articulação intersetorial e na efetivação de direitos. O debate foi contextualizado a partir da retomada do CIAMP Rua Nacional em 2023, após período de descontinuidade, destacando o empenho na reconstrução desse espaço democrático e participativo.

Sheila Costa Marcolino, mediadora da mesa, apresentou o papel do CIAMP Rua Nacional (Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional para a População em Situação de Rua) como instância de controle social, supervisão e influência sobre as políticas públicas, enfatizando que o envolvimento da população em situação de rua é um princípio fundamental do

plano. Destacou as dificuldades em atender de forma inclusiva as demandas específicas de mulheres, crianças, adolescentes e famílias, além da urgência de políticas que considerem as desigualdades de gênero, raça e território.

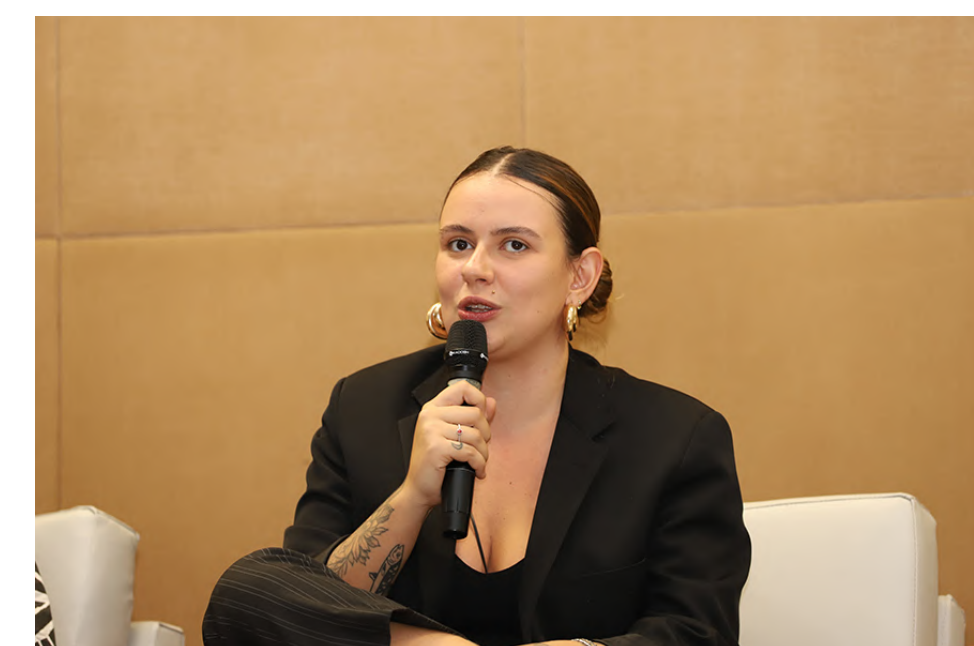
Maria Luiza Gama abordou os eixos estruturantes do Plano Ruas Visíveis, do governo federal, destacando a relevância da colaboração entre União, estados e municípios, do fortalecimento de políticas universais como o SUS e SUAS, e da implementação de mecanismos específicos para garantir o acesso da população em situação de rua a direitos já existentes. Além disso, enfatizou a importância de gerar e integrar dados, especialmente no monitoramento de óbitos e na identificação de lacunas na atenção à saúde, à assistência social e à proteção social.

Laureci Dias trouxe a perspectiva dos movimentos sociais e da vivência nas ruas, ressaltando que a efetividade do plano depende da sua implementação concreta nos territórios. Destacou problemas recorrentes como a violência institucional, a remoção de pertences em ações de “zeladoria urbana”, a ausência de punição a gestores que descumprem diretrizes nacionais e as dificuldades de adesão dos municípios a políticas como a reserva de unidades habitacionais para pessoas em situação de rua.

As falas convergiram ao apontar que, embora o Plano Ruas Visíveis represente um avanço significativo, sua efetividade depende da garantia de um orçamento contínuo, à responsabilização dos entes federados, ao fortalecimento da participação social e à implementação de estratégias preventivas capazes de interromper os ciclos de produção da situação de rua

Pontos para reflexão!

demanda capacidade de articulação interfederativa, compromisso político local e mecanismos de responsabilização. A participação social, especialmente da população em situação de rua e de seus movimentos, é fundamental para a legitimidade, supervisão e melhoria da política. Sem produção de dados integrados, continuidade orçamentária e combate à violência institucional, o plano pode acabar se restringindo a medidas emergenciais, sem promover mudanças estruturais na situação de rua.



APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS APROVADOS

Como ensina o poeta, “(...) a história é um carro alegre / Cheio de um povo contente / Que atropela indiferente / Todo aquele que a negue (...)” (Nascimento, 1978). Estamos diante de um novo tempo histórico, não apenas para a agenda das políticas públicas, que se veem desafiadas a responder a um conjunto de demandas cada vez mais complexas e urgentes, ao mesmo tempo em que reconhecem suas insuficiências e, portanto, a necessidade de articulação e de trabalho em redes.

Aqui e acolá, para não dizer em todo o território nacional, (como buscamos mostrar em nosso catálogo de experiências) brotam práticas, políticas e arranjos institucionais que tensionam os modelos tradicionais de operar junto as populações em situação de rua, apontando para outros modos de operar marcadamente mais integrados, participativos e territorializados de atuação.

Do ponto de vista das populações que fazem das ruas local de moradia - ciganos, indígenas, imigrantes, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, idosos, crianças, pessoas com questões de saúde mental, mulheres, e todas as pessoas consideradas minorias na escala de direitos -, esse momento histórico se assemelha a um “(...) trem riscando trilhos / Abrindo novos espaços / Acenando muitos braços” (Nascimento, 1978).

Assim, corpos historicamente subalternizados, reivindicam o direito de existir, em sentido pleno. E foi se somando as vozes que hoje ecoam na sociedade brasileira reivindicando direitos que o coletivo “Trilhas de Cuidado nas Ruas”, realizou nos dias 23 e 24 de outubro de 2025, na cidade de Brasília, capital do país, o Seminário Internacional Pessoas em Situação de rua: cuidado integral e direitos já, com objetivo de promover trocas de saberes e compartilhamento de experiências nacionais e internacionais o seminário reuniu militantes dos movimentos sociais da população em situação de rua, ativistas dos direitos humanos, pesquisadores/pesquisadoras, profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema de Justiça (Magistrados e membros do poder judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

Ao todo, recebemos para avaliação 136 trabalhos, dos quais 115 foram aprovados para inclusão nos anais do Seminário, sendo 39 deles apresentados nas quatro salas da Fiocruz Brasília, onde o evento ocorreu. Essa forma de organização — estabelecendo quantitativo de trabalhos para publicação em anais e para apresentação — buscou responder a um duplo desafio: o curto período de realização do seminário (apenas dois dias) e os limites da infraestrutura disponível. Ainda assim, os trabalhos foram assinados por 404 autores de diferentes regiões do país.

Para que os trabalhos pudessem provocar reflexão e troca entre autoras/autores e o público que participava do seminário, eles foram organizados em quatro eixos temáticos: mulheres, políticas públicas e cuidado, transverbal, e um eixo de respostas institucionais intersetoriais. No primeiro eixo - mulheres -, foram agrupados trabalhos que colocavam na centralidade da análise e/ou da experiência

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

os desafios enfrentados por mulheres em situação de rua, com atenção às especificidades de gênero, o debate sobre violências e as estratégias de cuidado e proteção a essas mulheres. Dos 39 trabalhos apresentados, 9 retrataram o cotidiano de mulheres em situação de rua, em diferentes perspectivas e cenários.

Já no eixo das políticas públicas e cuidado foram agrupados 10 trabalhos de diferentes regiões do país, que colocaram na pauta do debate os desafios da intersetorialidade, do trabalho em rede e do cuidado. Esses trabalhos abordam experiências desenvolvidas (e em curso) de implementação de políticas voltadas às populações em situação de rua, destacando seu caráter inovador e de integração entre diferentes setores e instituições.

No eixo transversal foram agrupados um conjunto de temas que dizem respeito à população em situação, mas que não dizem respeito diretamente a governabilidade do setor saúde como experiências de acolhimento institucional, moradia. Esse eixo permitiu trabalhar questões mais amplas referentes à inclusão social, à promoção e proteção de direitos.

Por fim, no eixo sobre as Respostas institucionais e intersetoriais que consistiu no debate em torno de quatro experiências de implementação de políticas públicas voltados à população em situação de rua. Esse eixo fez um registro histórico, social e político de iniciativas públicas insurgentes voltadas às populações em situação de rua no contexto de avanço das ideias conservadoras e de retração do Estado de bem-estar social. Foram discutidas a experiência de gestão/governança da agenda da Coordenação de Equidade e Cuidado, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, como o co-financiamento das equipes de consultório na rua, o lançamento da cuidado sob rodas, além da experiência do Consultório na Rua do Rio de Janeiro, o Jornal “O Trecheiro” de São Paulo, a Vila do Reencontro também, em São Paulo e o Programa Seguir em Frente da cidade do Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Milton. **Canción por la unidad latino-americana**. Intérprete: Milton Nascimento; participação de Chico Buarque. In: **Clube da Esquina 2**. [S.l.]: [s.n.], 1978. Faixa musical.



[◀ VOLTAR AO MENU](#)

[NAVEGAR](#)

CARTA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “CUIDADO INTEGRAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR)”: SÍNTESES PARA AÇÃO

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

O Seminário Internacional, promovido pelo Coletivo “Trilhas de Cuidado nas Ruas” foi realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2025, na Fiocruz Brasília. Sua proposição nasce da urgência de afirmar a vida diante de um cenário de desigualdade extrema, violência cotidiana e abandono institucional. A situação de rua é resultado de um projeto de sociedade que produz exclusão, racismo estrutural, precarização do trabalho e negação de direitos básicos.

Teve como potência, o compartilhamento científico, a troca de saberes, onde a diversidade esteve presente na voz e perfil dos participantes, envolvendo gestores de diferentes setores e esferas de governo, especialistas de instituições de ensino e pesquisa do Brasil e de países das Américas, representantes dos movimentos sociais, da sociedade civil e profissionais envolvidos com o cuidado às PSR. Tal abordagem foi fundamental para a aprofundar o debate sobre a visão “integral” do cuidado às PSR.

A discussão do eixo da saúde pública, reafirmou as concepções e práticas sobre o imperativo ético-político para o cuidado Integral. A abordagem em saúde mental, importante para lidar com os sofrimentos daqueles que estão em situação de rua, não pode estar dissociada da compreensão dos territórios de vida, das condições sociais e da invisibilidade civilizatória enfrentada pelas PSR. Exige escuta ativa, enfrentamento de estigmas, formação profissional e integração entre as políticas sociais, reconhecendo que a saúde é um direito civilizatório, entendida em seu contexto social.

A exclusão social apresenta múltiplas determinações e não pode ser enfrentada por políticas isoladas. A intersetorialidade deve operar como princípio organizador do cuidado integral, de modo que saúde, assistência social, educação, segurança, habitação e trabalho construam respostas coordenadas.

A Moradia Digna é um direito e fundamento existencial. Experiências como a “Moradia Primeiro” e o modelo “Housing First” demonstram que ter acesso à casa não é prêmio nem privilégio, mas condição estruturante para a reconstrução de vínculos, para o sentido de vida e para a adesão à outras políticas. A moradia assistida, com apoio de equipes da saúde e da assistência social, por exemplo, emerge como pré-condição para que o cuidado integral se realize, não como etapa final ou recompensa moral. Experiências internacionais foram trazidas para subsídio à políticas e programas de moradia digna no Brasil, onde ainda é necessário avançar na promoção de políticas que tratem a moradia como fundamento existencial de uma vida digna, articulando-a às políticas de saúde, assistência e trabalho.

Reafirmou-se que a população em situação de rua existe, resiste e luta. Não é objeto de políticas públicas, mas sujeito político. O que está em disputa não é assistência, mas direito. Não é favor, é dever do Estado. Diante disso, apresentam-se algumas recomendações políticas e sociais, orientadas pelo compromisso com a dignidade humana, a justiça social e a democracia.

Recomendações no Campo Nacional

É necessário romper com a lógica fragmentada, emergencial e punitiva que historicamente marca as políticas para a população em situação de rua. Recomendamos a criação de uma Secretaria Nacional de Políticas para a População em Situação de Rua, com orçamento próprio e capacidade real de articulação entre saúde, assistência social, moradia, trabalho, direitos humanos, justiça e educação. Sem coordenação e prioridade política, não há resposta estrutural.

Importante o fortalecimento do CIAMP-Rua como instância deliberativa e vinculante, com participação paritária de pessoas com trajetória de rua. Política pública sem participação popular é gestão da exclusão. Nesse sentido, afirmamos o reconhecimento formal dos movimentos sociais, como atores centrais na construção, execução e fiscalização das políticas públicas.

Sem financiamento não existe política pública. Recomenda-se a criação de Fundos específicos para a PSR, nas três esferas de governo, com recursos contínuos, critérios que considerem raça, gênero e território, e financiamento plurianual. A descontinuidade das políticas produz sofrimento, viola direitos e mata.

A moradia precisa ocupar o centro das políticas públicas. Recomendamos a adoção do “Moradia Primeiro” como diretriz prioritária, reconhecendo que ninguém reorganiza sua vida vivendo na rua. Defendemos a ampliação da locação social, o uso de imóveis públicos ociosos e a desapropriação de imóveis abandonados. O acolhimento institucional deve ser provisório, jamais permanente ou punitivo.

Na saúde, é urgente fortalecer as equipes de Consultório na Rua e os demais equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (como os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS), garantindo financiamento, cobertura territorial e integração do setor saúde e a assistência social. O sofrimento psíquico não pode ser tratado como desvio individual, mas como expressão das violências sociais, raciais e institucionais. Saúde é direito incondicional, é democracia.

A violência contra a PSR não é exceção, é regra. Recomendamos a implementação imediata de protocolos nacionais de prevenção, monitoramento e responsabilização, bem como a plena aplicação da ADPF nº 976. Práticas de criminalização, higienização social e extermínio não podem coexistir com políticas públicas democráticas. E ainda, o reconhecimento, fortalecimento e ampliação das iniciativas judiciais que garantem acesso à Justiça e direitos fundamentais à PSR.

Nesse sentido, saudamos a Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, instituída pela Resolução nº 425/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que representa um avanço institucional importante ao assegurar atendimento prioritário, desburocratizado e humanizado da Justiça às PSR. Que tal política seja amplamente implementada e fortalecida em todos os tribunais brasileiros, assegurando a criação e atuação efetiva dos Comitês Locais PopRuaJud, com participação plural, interinstitucional e compromisso com direitos humanos, e que suas ações avancem para além do atendimento jurídico, articulando-se com as políticas de moradia, assistência social, trabalho e saúde.

Reafirmamos a importância de que o Judiciário brasileiro atue como aliado na garantia de direitos, rompendo com práticas discriminatórias e garantindo que as brechas jurídicas e institucionais não continuem a excluir e invisibilizar a PSR.

Também é necessário romper com a invisibilidade. Recomendamos a produção permanente de dados que enxerguem vidas, e não apenas números; a realização do Censo Nacional da PSR, pelo IBGE e ainda o monitoramento das condições sociais e de morbimortalidade da PSR, além da avaliação de políticas e programas voltados para esta população.

Defendemos a inclusão da temática da população em situação de rua na formação de profissionais do SUS, SUAS, Justiça, Segurança pública, Direitos humanos e Educação, para enfrentar o estigma, o preconceito e a violência institucional.

Recomendações no Campo Internacional

A situação de rua é uma questão global. Está ligada às crises climáticas, às migrações forçadas, à financeirização da moradia, às guerras e à precarização do trabalho, dentre outras. Nenhum país resolverá esse problema sozinho. Enfrentá-lo exige compromissos internacionais baseados em direitos humanos e justiça social. Promover espaços de trocas de experiências internacionais contribui para a implementação de políticas públicas no Brasil.

Nesse contexto, recomenda-se valorizar avanços políticos já conquistados no âmbito regional, em especial a deliberação aprovada na 6ª Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável da América Latina e do Caribe (CEPAL), que indicou a criação de uma Comissão Permanente para a População

em Situação de Rua e o apoio à criação de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável específico – o ODS-19. Importante a adesão dos Estados em apoio à nova proposição de ODS, incorporando o debate junto ao MERCOSUL e garantindo-se a participação efetiva dos movimentos sociais neste processo. Esses avanços representam um passo concreto contra a invisibilidade histórica dessa população nas agendas de desenvolvimento.

Reconhecemos que essa conquista é fruto da incidência política dos movimentos sociais, com protagonismo do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro (MNPR/RJ), que atuou diretamente na construção da Carta da Sociedade Civil e dos Movimentos Sociais da América Latina e do Caribe. A integração regional não pode ignorar quem vive nas ruas. Valorizar essa trajetória é reconhecer que direitos se conquistam com luta organizada.

Defendemos o fortalecimento da cooperação internacional e da cooperação Sul-Sul, a criação de espaços permanentes de articulação regional e global e o protagonismo das pessoas com trajetória de rua nos fóruns internacionais. Nenhuma decisão sobre nós pode ser tomada sem nós.

Não haverá desenvolvimento sustentável e democracia enquanto milhões de pessoas forem tratadas como descartáveis. Não deixar ninguém para trás não é discurso: é obrigação política, ética e social.

Carta baseada nas relatorias das atividades do Seminário e elaborada por Denise Paiva e Elyne Engstrom (pelo Coletivo Trilhas de Cuidado nas Ruas) e por Flávio Lino, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Dezembro de 2025.



[◀ VOLTAR AO MENU](#)

[NAVEGAR](#)

SÍNTESE FINAL

Sobre o eixo saúde: cuidado Integral como imperativo ético

A saúde mental não está dissociada das condições de vida e da invisibilidade civilizatória enfrentada pela população em situação de rua. O seminário destacou que o cuidado integral exige escuta ativa, enfrentamento de estigmas e integração com políticas sociais. *A partir das discussões, foi encaminhada à conclusão de que é necessário promover a saúde da população em situação de rua não apenas como ação técnica, mas como reconciliação ética com a dignidade humana, reconhecendo que a saúde é um direito civilizatório e não benefício condicionado ao “comportamento” de alguém.* Além disso, as abordagens de saúde mental devem compreender o sofrimento psíquico como expressão de violências sociais em vez de responder apenas com controle clínico.

Sobre o eixo Moradia: moradia como direito e fundamento existencial

Experiências como a “Moradia Assistida” e o modelo “Housing First” demonstram que a casa não é prêmio nem privilégio, mas condição ontológica para a reconstrução de vínculos, para o sentido de vida e para a adesão a outras políticas. A moradia emerge como pré-condição para que o cuidado integral se realize, não como etapa final ou recompensa moral. A partir das discussões, foi encaminhada à conclusão de que é necessário avançar na promoção de políticas que tratem a moradia como fundamento existencial de uma vida digna, articulando-a às políticas de saúde, assistência e trabalho.

Sobre o eixo direitos humanos: reconhecimento antes de intervenção

Seguindo às discussões realizadas, o reconhecimento social é base para autoestima, agência e justiça social plena. O trabalho, entendido como dimensão central da cidadania, aparece profundamente atravessado pela precarização, pela informalidade forçada e pela ausência de oportunidades estruturadas. A população em situação de rua experimenta múltiplas barreiras que vão da documentação à estigmatização, dificultando a inserção laboral.

As políticas de reconhecimento da pessoa em situação de rua devem perceber os indivíduos como sujeito de direitos, e não como objeto de políticas - o protagonismo político é uma exigência ética que desloca a população de apenas “receptora” para sujeito de políticas públicas, por exemplo.

Sobre o eixo políticas intersetoriais

A exclusão social apresenta múltiplas determinações e não pode ser enfrentada por políticas isoladas. O seminário evidenciou que a intersectorialidade deve operar como princípio organizador, de modo que saúde, assistência, educação, habitação e trabalho construam respostas coordenadas. A partir das discussões, foi encaminhada à conclusão de que é imprescindível fortalecer redes de políticas que dialoguem sem hierarquia de valor ou como um cabo de guerra, pois apenas a interação contínua entre setores é capaz de desmontar a complexidade da exclusão.

Sobre o eixo produção de dados e monitoramento de políticas

O Seminário discutiu a produção de dados, estatísticas gerais sobre a vida, cotidiano, trabalho, renda, raça, vulnerabilidades e até morte. É necessário estabelecer espaços permanentes onde se produzam diagnósticos, metas e avaliação de políticas públicas. Além disso, é necessário desenvolver instrumentos metodológicos de coleta que capturem a realidade real das pessoas em situação de rua, superando as limitações das estatísticas tradicionais que as tornam invisíveis.

Sobre o eixo violência e estigma:

A violência que recai sobre a população em situação de rua está ancorada em narrativas morais que justificam a eliminação simbólica ou física de sujeitos considerados excedentes. A partir das discussões, foi encaminhada à conclusão de que enfrentar a violência exige romper com o estigma, desmontar narrativas eliminatórias e afirmar a humanidade plena dos que vivem nas ruas. O estigma tem operado, neste caso, como dispositivo de desumanização que legitima agressões institucionais, sociais e estatais. Discutir seus fundamentos morais revela as raízes estruturais dessa violência, que opera como mecanismo de expulsão e descarte nas dinâmicas contemporâneas do capitalismo urbano.

Eixo educação e sensibilização

A formação de profissionais e a educação pública emergiram como dimensões centrais para transformar percepções sociais sobre a população em situação

de rua. A partir das discussões, foi encaminhada à conclusão de que é necessário integrar a temática da população em situação de rua na formação dos serviços públicos e na educação democrática mais ampla, fortalecendo uma cultura de respeito, justiça e responsabilidade coletiva. Educar para a alteridade implica superar visões moralistas, culpabilizadoras e punitivas, promovendo compreensão empática e cidadã.

Eixo políticas estruturais e projeto civilizatório

A situação de rua foi debatida como expressão direta de desigualdades estruturais profundas, e não como um evento individual ou accidental. A exclusão urbana funciona como sintoma de um modelo econômico que produz “descartabilidade social”. A partir das discussões, foi encaminhada à conclusão de que é necessário articular políticas que enfrentam causas estruturais — acesso desigual ao trabalho, renda, moradia, saúde, território — e que reposicionam a questão como desafio civilizatório que exige reorientação das prioridades sociais.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TRABALHOS APROVADOS

TÍTULO: “A QUEM PERTENCE A CIDADE?”: RELATO DA OFICINA DE LAMBE-LAMBE DE UM CAPS AD III COMO ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL E PROMOÇÃO DE CIDADANIA.

ID: 1267496

AUTORES: Manuela Silvestre Fernandes Alencar, Laura de Moraes, Raissa Heusi

RESUMO:

TÍTULO

“A quem pertence a cidade?”: Relato da Oficina de Lambe-lambe de um CAPS AD III como estratégia de reabilitação psicossocial e promoção de cidadania.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A experiência se deu no primeiro semestre de 2024, especificamente no mês de maio.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Reestruturação da Oficina de Ocupação Urbana de um CAPS AD III como prática de cuidado territorial e promoção da reabilitação psicossocial

OBJETIVOS

Promover a reabilitação psicossocial de usuários em situação de rua e uso de substâncias; Incentivar protagonismo e cidadania; Ampliar acesso a espaços urbanos e fortalecer redes de cuidado por meio da ocupação e intervenção cultural no território.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Foi realizada uma oficina de lambe-lambes em parceria com um Centro de Convivência e Cultura com intuito de produzir materiais com o tom de expressão e reivindicação das pessoas em situação de rua e usá-los para ocupar o espaço do Setor Comercial Sul, buscando resgatar o vínculo dessa população com a cidade como espaço de pertencimento e direitos, articulando arte, cuidado e o exercício da cidadania.

RESULTADOS

A oficina, ao ocupar o espaço público e promover a expressão, fortaleceu vínculos coletivos, estimulou a autoestima e ampliou o sentimento de pertencimento, atuando no reconhecimento dos participantes enquanto sujeitos. Com isso, afirmou-se justiça espacial, cidadania e combate a discriminações, abrindo espaço para uma clínica que desconstrói identidades estereotipadas, muitas vezes reproduzidas pelas próprias instituições, reafirmando o direito de existir e de serem acolhidos no território.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A experiência, articulando CAPS AD III e Centro de Convivência, mostrou a força do trabalho em rede em ressignificar o lugar social da população em situação de rua. A ocupação urbana através da arte, ancorada em referenciais de autonomia e cidadania, produziu-se questionamentos acerca do estigma e ampliou-se possibilidades de existência e vínculo com a cidade. Assim, a clínica se expandiu para o território, fortalecendo a reabilitação psicossocial e o direito à cidade.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

A oficina reafirma o CAPS como dispositivo estratégico de reabilitação psicossocial e de fortalecimento da cidadania. Aponta-se para a importância de investir em práticas territoriais que ultrapassem os muros institucionais, aproximando usuários da cidade como espaço de cuidado e convivência, e de ampliar parcerias intersetoriais e culturais, garantindo integralidade, fortalecimento das redes e enfrentamento dos estigmas associados à população em situação de rua.

Palavras-chave: reabilitação psicossocial; direito à cidade; população em situação de rua

TÍTULO: “AMOR DE PAPELÃO”: TRAJETÓRIAS DE CASAIS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ID: 1294573

AUTORES: Ana Claudia Silva Figueiredo

RESUMO:

“Esta pesquisa retrata a trajetória de casais em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender a partir das suas narrativas a tessitura dos vínculos afetivo-amorosos construídos neste contexto adverso da rua, marcado pela luta diária da sobrevivência, pelo isolamento e pela solidão, e ao mesmo tempo, como um espaço de construção de redes, afetos e vínculos. As imagens etnográficas que compõem esse trabalho documentam a rua e seus personagens, podendo contribuir para rompimento de estereótipos e para ampliar a percepção sobre o modo de viver na rua e as diferentes relações afetivas que são construídas nesse espaço. As imagens somam-se ainda, às narrativas e constituem o material etnográfico a ser interpretado. Constituem ainda objetivos desta pesquisa, descrever o perfil das relações conjugais (o tipo de aliança estabelecida), as estratégias de manutenção da relação face às questões impostas pela dinâmica da rua e as expectativas dos casais. As narrativas, a observação participante e os registros de imagem, constituem recursos privilegiados de leitura do modo de vida desses sujeitos e suas percepções acerca da vida amorosa. Os resultados desta pesquisa contribuem para alargar o debate sobre a PSR e humanizar a discussão a partir da perspectiva que a

vida amorosa é inerente à vida humana. Amor de papelão, embora tenha uma sonoridade poética, descreve a dura realidade da vida conjugal precária de casais em situação de rua. Entre as suas principais características destaca-se a resiliência e a solidariedade mútua como um traço comum nessas relações. Assim como os casais domiciliados, a conjugalidade é feita de acordos e pactos, considerando a condição em que vivem. As escolhas pelos parceiros se dão com base nos processos identificatórios de afinidades e gostos. As relações estão sujeitas às interferências externas em razão da ausência de privacidade, aumentando as tensões e conflitos. A aparência do corpo e seus odores, com frequência precarizados, assim como a ausência de privacidade imposta pela rua, não determinam o desejo e a atividade sexual. Em que pese as tensões e dificuldades do cotidiano, essas relações em alguma medida representam um sopro de vida ante a morte social desses sujeitos.”

Palavras-chave: Casais; Situação de rua; Relações afetivas; Resiliência

TÍTULO: “EU SOU”: Projeto de valorização da identidade e do protagonismo de pessoas em situação de rua por meio da arte e da oralidade.

ID: 1283568

AUTORES: ANA CARLA DAS NEVES LIMA SANTOS

RESUMO: OBJETO DA EXPERIÊNCIA: Promoção da identidade e da visibilidade de pessoas em situação de rua, por meio de vivências artísticas e construção de narrativas próprias.

OBJETIVOS

Dar visibilidade às potencialidades da população em situação de rua, mostrando, por meio de exposição artística, que são mais que sua condição social atual. Estimular a autorreflexão, o protagonismo e a autoestima. Fortalecer o diálogo com a população domiciliada e a luta por ampliação de direitos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Embora singelo, o projeto superou as expectativas iniciais, alcançando e ampliando seus objetivos. A exposição provocou autorreflexão nos transeuntes que, ao receber miniaturas dos textos autorais, buscavam conhecer as imagens de seus autores. Em vários momentos, esses estavam presentes, favorecendo diálogos, trocas de experiências e a desconstrução de percepções estigmatizadas sobre a população em situação de rua, promovendo integração social e sensibilização comunitária.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

RESULTADOS

Inclusão social e fortalecimento da autoestima por meio de cuidados com o corpo; resgate de pontos de orgulho e possibilidades que subsidiam novos projetos de vida, a partir da autorreflexão sobre trajetórias pessoais; aproximação e diálogo com a população domiciliada sobre temas para além de ausência de moradia e dependência química, promovendo a valorização da potência individual e a desconstrução de preconceitos sobre pessoas em situação de rua.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A execução do projeto confirmou uma hipótese: embora gestores e pesquisadores concordem sobre a necessidade de políticas públicas mais robustas ou de aplicar melhor as existentes para pessoas em situação de rua, é igualmente fundamental desenvolver ações que aproximem a população domiciliada da que vive nas ruas. Isso permite que percebam que todos são sujeitos de direitos, reduzindo preconceitos e estigmas. Na prática, sem apoio comunitário, políticas específicas dificilmente são implementadas.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O projeto foi recentemente executado e ainda se avaliam seus impactos, contudo pode-se afirmar que, além de despertar atenção da população domiciliada, também chamou a atenção de profissionais de outros serviços que atendem pessoas em situação de rua. Está em organização um encontro com a equipe da UPA da área de maior concentração desse público para compartilhar experiências, avaliar fluxos adaptados e fortalecer o engajamento intersetorial.

Palavras-chave: População em situação de rua, Centro POP, Identidade, Protagonismo, Produção artística, Inclusão social, Vínculos comunitários, Expressão pessoal

TÍTULO: A ampliação do acesso à saúde bucal como porta de entrada para garantia de direitos

ID: 1239985

AUTORES: Pedro Antunes Póvoa

RESUMO: Este relato remete ao período de março a agosto de 2025. A experiência consiste na adoção de estratégias para ampliar o acesso à saúde bucal como meio de garantia de direitos. O objetivo deste trabalho é relatar estratégias territoriais e intersetoriais utilizadas para fortalecer o acesso à saúde bucal da população em situação de rua (PSR), promovendo o cuidado, vínculo e contribuindo para a garantia de direitos sociais e de cidadania. A inserção de um profissional cirurgião dentista em uma nova equipe de Consultório na Rua em março de 2025 no município do Rio de Janeiro, possibilitou a elaboração de diferentes estratégias pela equipe para a garantia do acesso à saúde bucal. Esta equipe é responsável pela área de abrangência de 5 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, considerando as particularidades de cada território, foi necessário pensar em estratégias que se adaptassem à realidade local e às diferentes demandas em saúde. Após 5 meses de trabalho, observou-se aumento significativo no acesso à saúde bucal pela população em situação de rua no território, com maior comparecimento às consultas e participação em atividades coletivas de promoção de saúde. O cuidado ofertado na Atenção Básica, com o olhar integral da saúde pela equipe, contribuíram para que os usuários acessassem também outras necessidades de saúde e direitos sociais de cidadania, fortalecendo vínculos e ampliando o cuidado. A experiência evidenciou

que o vínculo e a atuação territorial são fundamentais para garantir o acesso à saúde bucal para PSR. Destacou-se a potência do cuidado em saúde bucal quando articulado com a rede intersetorial. No entanto, persistem desafios como barreiras institucionais, violência no território e fluxos inadequados nas UBS para atendimento dessa população. Conclui-se que a presença do cirurgião-dentista em equipes de consultório na rua potencializa o cuidado, amplia o acesso à saúde e contribui para a garantia de direitos. É fundamental reconhecer a saúde bucal como parte indissociável do cuidado integral e reforçar o compromisso político de incluir, de forma efetiva e estruturada, esses profissionais nas equipes de atenção à população em situação de rua.

Palavras-chave: Saúde bucal, população em situação de rua, integralidade em saúde

TÍTULO: A CARNE MAIS BARATA: O CONTROLE REPRODUTIVO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1276137

AUTORES: Katherine Jeronimo Lima e Antonio Rodrigues Ferreira Júnior

RESUMO: Apresentação/**Introdução:** A sociedade dita quem pode ser uma “mãe legítima” baseada na posição social da mulher. Mulheres em situação de rua, tidas como impróprias para a maternidade, são oprimidas e impedidas de gestar por políticas de controle. Essa opressão é reflexo das desigualdades de gênero em sociedades patriarcais, intensificadas pela intersecção de pobreza e raça, que as torna alvos de submissão e violência.

OBJETIVO

O estudo teve como objetivo: Identificar as manifestações de controle reprodutivo às mulheres em situação de rua, classificando-as como “impróprias” para a maternidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, investigou a experiência de 30 mulheres adultas em situação de rua na cidade de Fortaleza-CE. A coleta de informações incluiu entrevistas individuais semiestruturadas e observação participante, com auxílio de um diário de campo. As entrevistas foram conduzidas em uma Organização da Sociedade Civil (Casa da Sopa) e em espaços públicos. Para a análise, os fragmentos das entrevistas e as anotações

do diário de campo foram examinados pelo método de Análise de Conteúdo de Minayo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (CAAE: 66687817.9.0000.5534).

RESULTADOS

A análise dos relatos revelou a categoria central de “os não direitos: injustiça reprodutiva”. As participantes relataram que, por sua condição, são julgadas e culpabilizadas, sendo vistas como incapazes de gestar ou exercer a maternidade. Os depoimentos apontam para a negação de direitos, como o acesso a serviços e insumos de planejamento reprodutivo, incluindo a recusa de procedimentos como a laqueadura, mesmo em casos de múltiplas gestações. Além disso, sofrem a separação forçada de seus filhos, apesar de almejarem a maternidade. Seus corpos estão sob o constante controle de um sistema que tenta regular sua sexualidade e reprodução, expondo-as a assédio, violência sexual e exploração.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de vivência das mulheres ao fenômeno da situação de rua, as sujeitam às multiplicidades de violência, a um universo de opressões e de desigualdades. Existe o poder de controlar quem são os corpos desejáveis e os indesejáveis. Ademais, o corpo feminino impróprio à reprodução, é impulsionado a situações vulneráveis e sustentado nessa condição, dentro de condições estruturais que atravessam seus modos de vida, como racismo, pobreza e o patriarcado. De maneira que não somente os seus direitos reprodutivos são violados, mas determina a precarização da vida, que retira o direito às condições dignas de viver.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres em situação de rua; Direito reprodutivo.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES PARA MONITORAMENTO DO PROCESSO DE TRABALHO DA EQUIPE DE CONSULTÓRIO NA RUA: UMA ABORDAGEM SÓCIO-POLÍTICA.

ID: 1275748

AUTORES: Cristina Sinclair

RESUMO: INTRODUÇÃO

Este trabalho reconstrói, sob uma perspectiva sociopolítica, a experiência de desenvolvimento participativo de indicadores para equipes de Consultório na Rua (eCnaR), no contexto de um estágio em uma UBS do Distrito Federal. Busca refletir sobre o papel dos indicadores como ferramentas políticas na garantia de cuidado e direitos da população em situação de rua.

OBJETIVO

Analisar a construção participativa de indicadores no contexto das eCnaR, descrevendo etapas da experiência, tensões institucionais e territoriais, e refletindo sobre sua contribuição para políticas públicas mais equitativas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida entre abril e julho de 2025, na UBS 1 Asa Sul (DF), em articulação com a eCnaR. Utilizou observação participante, revisão documental, entrevistas e mapeamento de práticas informais. A vivência foi organizada em quatro etapas: inserção institucional, saídas de campo, análise da articulação intersetorial e sistematização dos achados. Foram acompanhadas

rotinas da equipe, registros de cuidado, formas de vínculo e barreiras estruturais. As entrevistas buscaram captar percepções sobre desafios, estratégias e indicadores possíveis. O processo resultou em uma proposta preliminar de indicadores, construída de forma participativa e situada no território.

RESULTADOS

A análise documental, observações e entrevistas evidenciaram que, na prática, não existem indicadores para eCnaR capazes de registrar vínculos, articulação intersetorial e presença territorial. Observou-se fragilidade na sistematização de rotinas, uso de registros paralelos e estratégias informais de cuidado, como adaptação de roteiros e apoio a trâmites sociais. A proposta preliminar de indicadores prioriza presença territorial, vínculo, resolução clínica e articulação em rede, buscando visibilidade e avaliação sensível às especificidades do trabalho com a população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de indicadores para os eCnaR é uma prática política, que evidencia vínculos, presença territorial e cuidado. Vai além do controle: reconhece trajetórias, escuta e cidadania, valoriza ações informais e produz visibilidade. Indicadores contextualizados disputam o sentido das políticas públicas, fortalecendo o reconhecimento da população em situação de rua e seu direito à saúde.

Palavras-chave: Equipes de Consultório na Rua, Indicadores de monitoramento, Abordagem sociopolítica, População em situação de rua, Atenção primária à saúde.

TÍTULO: A GUARDA CIVIL MUNICIPAL DO RECIFE FRENTE ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA PRÁTICA INTERSETORIAL NA GARANTIA DE DIREITOS E DIGNIDADE HUMANA

ID: 1278395

AUTORES: Ana Alice De Queiroz Ribeiro Barbosa e Thomas Joaz Gonçalves Cabral

RESUMO: **TÍTULO:** A Guarda Civil Municipal do Recife frente às pessoas em situação de rua: uma prática intersetorial na garantia de direitos e dignidade humana. Período de realização: Duração de 04 meses, de agosto a dezembro de 2023. Objeto da experiência: Atuação da Guarda Municipal com pessoas em situação de rua, promovendo o diálogo entre políticas públicas e a garantia de direitos e dignidade.

OBJETIVOS

Instrumentalizar a Guarda Civil Municipal do Recife para uma atuação mais humanizada e integrada com pessoas em situação de rua, considerando suas vulnerabilidades e promovendo acolhimento, diálogo intersetorial e encaminhamento adequado aos serviços públicos. Descrição da experiência: A metodologia baseou-se na realização de Rodas de Conversa com profissionais da Guarda Civil Municipal do Recife, fundamentadas na Educação Popular de Paulo Freire, que valoriza o diálogo como instrumento de conscientização. Esses encontros promoveram uma atuação intersetorial e reflexiva frente à população em situação de rua, ampliando a compreensão sobre suas vulnerabili-

dades, o contexto histórico e as políticas públicas relacionadas.

RESULTADOS

A prática intersetorial fortaleceu o diálogo entre a Guarda Civil e serviços públicos, aumentando a eficácia do atendimento às pessoas em situação de rua. Houve maior reconhecimento das vulnerabilidades, aprimoramento no encaminhamento para serviços e fortalecimento da abordagem humanizada e respeitosa no território. Aprendizado e análise crítica: Identificou-se a necessidade de formação continuada sobre a temática relacionada à população em situação de rua para enfrentar os desafios sociais e garantir a efetividade do atendimento. A prática revelou a importância da colaboração entre setores para superar estigmas, garantindo dignidade e direitos, além de ampliar a compreensão das múltiplas vulnerabilidades dessa população. **Conclusões e/ou recomendações:** Recomenda-se fortalecer a formação continuada da Guarda Civil Municipal e de outras esferas da Segurança Pública em temas sociais, ampliar a integração intersetorial e investir em políticas públicas inclusivas. A atuação deve priorizar o respeito, a escuta ativa e o encaminhamento adequado, promovendo dignidade e cidadania.

Palavras-chave: Segurança pública, população em situação de rua, estigma



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA NA CRACOLÂNDIA

ID: 1273678

AUTORES: Paulo Alves e Hélio Alves

RESUMO: Apresentação

Entre a população em situação de rua no Brasil, o gênero feminino é numericamente inferior ao masculino e essa condição se repete na Cracolândia, onde sua vulnerabilidade aumenta em razão do crack potencializar a agressividade e irritabilidade. Pesquisa qualitativa, de viés fenomenológico, identificou a violência sofrida pelas mulheres, as consequências à saúde mental e o silêncio sobre o tema.

OBJETIVOS

Apurar as violências relatadas pelas mulheres em situação de rua que frequentam a Cracolândia do bairro José Menino, em Santos (SP), e identificar a violência estrutural que as mantêm na condição de insegurança.

METODOLOGIA

Estudo científico dentro de Cracolândia precisa de trabalho prévio, a fim de o pesquisador ser aceito pela coletividade. A iniciativa partiu de servidor municipal que trabalha neste território, construiu banco de dados dos frequentadores e quando chegou a 100 registros identificou 69 homens e 31 mulheres. A pesquisa exploratória de caráter qualitativa, de viés fenomenológico com base teórica de Alfred Schütz, entrevistou 20 mulheres de 20 a 50 anos, aplicando teste de

múltiplas escolhas; o método empregado contempla observação participante, incluindo observações dos comportamentos individual e grupal. Os convites foram aleatórios, adesão voluntária e abordagem individual e anônima.

RESULTADOS

Todas as entrevistadas responderam que foram vítimas de violência na Cracolândia do bairro José Menino, em Santos (SP). Dessas, 85% afirmaram que isso aconteceu mais de uma vez e foi praticado por pessoas diferentes. Nenhuma delas foi socorrida pelo serviço público de saúde ou da assistência social e o impacto na saúde mental é indiscutível. Para 85% a violência foi física, verbal e psicológica, 90% admitiram se sentir sozinhas, 80% foram forçadas a fazer sexo, 75% avaliaram não ter superado o trauma, 75% se sentem tristes por longo período, 70% sentem medo, 70% se sentem ameaçadas. Tanto as agressões quanto seus danos não aparecem em nenhum órgão de monitoramento de violência no país.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infraestrutura precária dos serviços públicos de saúde (Consultório na Rua), com um carro; e o da assistência social, com dois veículos para cobrir os 39 km² de Santos, torna o retorno ao território distante e dificultando a previsibilidade do atendimento. Se no momento de maior necessidade da usuária, o de socorro à violência, o serviço não se mostra presente, isso leva a pessoa em situação de rua a aprender a não contar com o serviço público.

Palavras-chave: Mulher, Violência, Invisibilidade, Cracolândia

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: A OFERTA DE IMPLANTE SUBDÉRMICO DE ETONOGESTREL COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPERIÊNCIA DO CONSULTÓRIO NA RUA NO RIO DE JANEIRO.

ID: 1278690

AUTORES: Fabiana Baraldo Gomes Antunes, Ana Vainer, Raquel de Moraes Barbosa Caprio, Ana Lúcia Dias, Aline Furtado de Mendonça, Claudia Dames de Arruda Lavelle e Angela Mitrano Perazzini De Sá

RESUMO: Período de realização

A oferta do implante subdérmico de etonogestrel iniciou em 2024 e foi ampliada em 2025.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Uso do implante subdérmico de etonogestrel (Implanon NXT®) como estratégia de cuidado para mulheres em situação de rua.

OBJETIVOS

Descrever a adesão ao Implanon como estratégia de cuidado integral para mulheres em situação de rua, considerando suas especificidades, vulnerabilidades e barreiras de acesso aos serviços de saúde, com vistas ao fortalecimento da autonomia reprodutiva e à redução da mortalidade materno-infantil.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A oferta do Implanon pela Atenção Primária em Saúde (APS) é uma das ações do plano de enfrentamento da mortalidade materna. Em 2024, médicos e enfermeiros das equipes de Saúde da Família e do Consultório na Rua (eCR) foram capacitados para inserção do método. A simplicidade do procedimento possibilitou que as eCR realizassem a inserção na rua, nas cenas de uso e nos CAPS ad, dessa forma, ampliando o acesso para além das unidades básicas.

RESULTADOS

Segundo dados do SISAB, entre setembro e dezembro de 2024 foram inseridos 26 implantes, enquanto no primeiro semestre de 2025 foram inseridos 50, pelas eCR. Observa-se que a adesão ao método ocorre de forma gradual nos territórios, estimulada pelo relato positivo entre as mulheres, que compartilham a facilidade de inserção. Paralelamente as equipes têm acumulado vivências e expertise para realizar o procedimento em diferentes contextos territoriais, garantindo maior equidade no cuidado.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

O vínculo estabelecido pelas equipes do Consultório na Rua tem sido fundamental para a adesão ao Implanon. A escuta qualificada, o esclarecimento de dúvidas e o compartilhamento de experiências de outras mulheres favorecem a confiança e a educação em saúde. Persistem desafios na desconstrução de mitos e informações contraditórias, o que exige estratégias contínuas de sensibilização e diálogo.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O novo método foi bem aceito pelas mulheres em situação de rua em função da maior durabilidade na manutenção. A oferta e oportunização da inserção mesmo fora da unidade de saúde também tem sido um facilitador para a adesão. A continuidade desta oferta poderá diminuir a mortalidade materno infantil do município, além de promover proteção, autonomia e qualidade de vida para as mulheres em situação de rua.

Palavras-chave: Implanon, mulheres em situação de rua, consultório na rua

TÍTULO: A POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DO CEARÁ E O PRINCÍPIO DA EQUIDADE

ID: 1281736

AUTORES: Ariadyne Luz e Emanuely Mota Silva Rodrigues

RESUMO: A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), impulsionada pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), foi instituída em 2009 com o objetivo central de garantir o acesso amplo aos serviços e programas que compõem as políticas públicas, dentre eles, os da saúde. Em 2017, o Ministério da Saúde apresenta o princípio da equidade a ser operacionalizado pelo Plano Nacional da Atenção Básica. O presente relato é um recorte da pesquisa realizada para a conclusão da Especialização em Atenção à Saúde, da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará, com o intuito de responder a seguinte indagação: os planos de saúde do estado do Ceará preveem ações para a melhoria do acesso da população em situação de rua à atenção primária em saúde? Teve como objetivo comparar as diretrizes e estratégias previstas nos dois últimos planos estaduais de saúde, que compreendem os anos 2020-2023 e 2024-2027, no que se refere ao princípio da equidade junto à população em situação de rua. No que se refere à metodologia, tratou-se de uma pesquisa documental com análise qualitativa dos referidos planos. Foi realizada nos meses de fevereiro à abril de 2025. Quanto aos resultados, constatou-se que o primeiro plano (2020-2023) não incorporou a população em situação de rua à sua proposta de política, exceto no pe-

ríodo emergencial da pandemia da Covid. O segundo plano em análise (2024-2027) propõe avanços no que se refere a essa população numa perspectiva de equidade. Na categoria Vigilância em Saúde, a população em situação de rua foi citada no que se refere ao público vulnerável à tuberculose. Na categoria Panorama da Atenção Primária em Saúde, apresenta a Célula de Atenção à Saúde das Comunidades Tradicionais e Populações Específicas, compondo a Coordenação da Atenção Primária à Saúde. Na categoria Diretrizes,

OBJETIVOS

Metas e Indicadores quando apresenta uma diretriz sobre o aprimoramento da assistência e das redes, tendo a atenção primária como estratégia do cuidado integral; e como objetivo fortalecer as redes de atenção à saúde de forma equânime; e na categoria Matriz de Coerência com as Demandas da Sociedade quando relaciona o objetivo estratégico de aprimorar a atenção primária à saúde com a diretriz da conferência que trata sobre o fortalecimento da atenção primária pautada na equidade, universalidade e territorialidade. Diante do que foi apresentado, consideramos que a pesquisa teve o seu objetivo alcançado e a Secretaria do Estado do Ceará tem um caminho para a efetivação desse plano até o ano de 2027, pois é a partir da execução do princípio da equidade que as iniquidades sociais diminuirão em nosso país.

Palavras-chave: população em situação de rua; princípio da equidade; atenção primária à saúde

TÍTULO: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ID: 1283169

AUTORES: Marcell Matoso

RESUMO: A saúde é um direito fundamental expresso na Constituição Federal de 1988, e a Organização das Nações Unidas enumera como uma das condições necessárias à vida digna, que implica na garantia de outros direitos básicos, como educação, saneamento básico, atividades culturais, habitação, alimentação e segurança. A população em situação de rua no Brasil integrou, de forma mais expressiva, a agenda pública a partir da elaboração da Política Nacional para a População de Rua no ano de 2009. Mas o direito à saúde ganhou destaque em 2011 com a revisão da Política Nacional de Atenção Básica e a criação do Consultório na Rua na Atenção Primária à Saúde, possibilitando a prestação de assistência voltada ao cuidado integral da saúde da população em situação de rua, e garantia do acesso às ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. O objetivo deste trabalho é analisar como a população em situação de rua utiliza os serviços públicos de saúde ofertados no município de Niterói. O estudo pautou-se em pesquisa qualitativa utilizando como métodos e técnicas: revisão bibliográfica, pesquisa documental, análise de dados secundários e entrevistas. A utilização dos serviços de saúde é um tema complexo e diferentes fatores devem ser considerados: demográficos, estrutura social e crenças em saúde, como também determinantes da oferta e demanda de serviços. Os resultados do estudo apontam que a população em

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



situação de rua de Niterói é um grupo que utiliza pouco os serviços de saúde, existindo um processo de oportunidades diferenciadas que marcam desigualdade e interferem na saúde. Os serviços públicos de saúde no município de Niterói são diversos, de várias complexidades, mas, na sua maioria, não contam com profissionais capacitados para atender a população em situação de rua, ofertando principalmente ações relacionadas às orientações sobre benefícios e programas sociais, além do atendimento social e consulta médica. Estes são os serviços de saúde mais procurados por essa população, além de medicação e atendimento psicológico. Há uma dificuldade de acesso associado ao longo tempo de espera pelo atendimento e também à falta de profissionais. O Centro de Atenção Psicossocial é o serviço de saúde mais frequentado em Niterói e atende à demanda de psicologia e aos problemas de saúde principalmente relacionados com a dependência química, ao alcoolismo, além da procura por medicação. O estudo aponta que a população em situação de rua de Niterói constitui um dos grupos sociais que deveria acessar mais os serviços de saúde.

Palavras-chave: População em situação de rua, utilização dos serviços de saúde, município de Niterói.

TÍTULO: A TUBERCULOSE NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: CONSTATANDO INIQUIDADES EM SAÚDE.

ID: 1280137

AUTORES: Lais de Fátima Silva Menezes, Shirley Verônica Melo Almeida Lima, Thialla Andrade Carvalho, Ana beatriz de lira Souza, Elline Alves Dantas, Rodrigo do Nascimento Lopes, Karla Melo Santos, Kaique Maximo De Oliveira Carvalho e Marco Aurélio de Oliveira Góes

RESUMO: INTRODUÇÃO: A tuberculose (TB) permanece como um desafio global para a saúde pública. A resposta nacional à TB tem evoluído, mas a incidência se mantém concentrada em populações mais vulneráveis, revelando profundas iniquidades em saúde. A população em situação de rua (PSR) é particularmente afetada, apresentando risco significativamente maior de adoecimento e desfechos desfavoráveis.

OBJETIVOS

Caracterizar os casos novos de TB (CNTB) na PSR, identificando possíveis diferenças em relação a população geral.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico com análise dos CNTB na PSR, residentes no Brasil e notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do período de 2016 a 2024, disponibilizados pelo DATASUS. Para o cálculo de incidência foi considerados os dados disponibilizados no painel de

dados População em Situação de Rua do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

RESULTADOS

Foram notificados 20287 CNTB na PSR, correspondendo a 2,9% dos CN de TB notificados no país, sendo 544 (2,7%) imigrantes, enquanto nos demais apenas 0,7% são imigrantes. Na PSR as formas pulmonares foram mais frequentes (92,0%), assim como a confirmação laboratorial (79,4%). A testagem para HIV foi igual à população geral, mas a positividade foi significativamente maior (20,2%). A associação de outros agravos também foi significativamente maior, estando o alcoolismo presente em 53,8%, uso de drogas ilícitas em 56,1%, o tabagismo em 48,3% e histórico de doença mental em 5,9%. Os desfechos foram significativamente desfavoráveis, com baixa cura (31,2%) e alto abandono (34,9%).

CONCLUSÕES

O estudo constatou iniquidades na TB entre a PSR, que apresenta maior incidência, formas mais transmissíveis, alta coinfeção com HIV e outros agravos. Os baixos índices de cura e elevados de abandono revelam falhas no acesso e na continuidade do cuidado, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas de saúde e assistência social focadas nas necessidades específicas dessa população.

Palavras-chave: Epidemiologia, População em Situação de Rua, Desigualdade Social

TÍTULO: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O DESAFIO DO CUIDADO INTEGRAL: DIREITOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA/SEM-ABRIGO ENTRE BRASIL E PORTUGAL.

ID: 1270906

AUTORES: Thamires Vieira Martins de Melo, Lidiane Maria Maciel e Marília G. Silva

RESUMO: APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

A situação de rua é um fenômeno global crescente. Este trabalho analisa a violência de gênero como dimensão estruturante da experiência de mulheres em situação de rua/sem-abrigo. A partir de um estudo de caso ampliado entre Brasil e Portugal, investiga-se como a desarticulação de políticas públicas e a ausência de uma abordagem generificada agravam a vulnerabilidade feminina no território.

OBJETIVO

Compreender as condições de vida e as estratégias de resistência de mulheres em situação de rua/sem-abrigo no Brasil e Portugal, evidenciando a violência de gênero como um desafio central para a garantia de direitos e para um cuidado integral.

METODOLOGIA

Realiza-se um estudo de caso ampliado (Burawoy, 2014) com abordagem qua-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

litativa, a partir de levantamento bibliográfico e análise documental de dados secundários. Foram analisados relatórios e censos sobre a população em situação de rua/sem-abrigo no Brasil (MDHC, 2023; SMADS, 2021; SAGICAD, 2025) e em Portugal (PORTUGAL, 2024), com foco nos marcadores de classe, raça, gênero e migração. A análise busca conectar as dinâmicas socioterritoriais com as políticas públicas, identificando lacunas e desafios para um planejamento urbano sensível ao gênero e aos direitos humanos.

RESULTADOS

Os dados revelam que, embora minoria, as mulheres são desproporcionalmente mais vulneráveis. No Brasil, as mulheres representam 13% da população de rua, mas são 40% das vítimas de violência (MDHC, 2023). Em Portugal, são 28% da população sem-abrigo, com alta concentração de migrantes na Área Metropolitana de Lisboa (20%). A análise aponta que a violência doméstica é um gatilho significativo para mulheres irem para a rua (10% dos casos em SP, contra 1% para homens). No espaço público, seus corpos são objetificados e operam como “moeda de troca”, submetidos a uma constante negociação pela sobrevivência e segurança, essas exposições à violência demandam estratégias específicas de resistência.

CONCLUSÃO

A violência de gênero é um eixo estruturante na vida de mulheres em situação de rua/sem-abrigo. Um cuidado integral e a garantia de direitos demandam políticas interseccionais, sensíveis às vulnerabilidades do corpo feminino no território. A falta de respostas coordenadas perpetua as violações e expõe

a insuficiência das políticas atuais, que se limitam à filantropia em vez de assegurar o acesso a direitos.

Palavras-chave: mulheres em situação de rua; violência de gênero; território; interseccionalidade; Brasil-Portugal.

TÍTULO: ACOLHER e CUIDAR: atuação da equipe de consultório na rua

ID: 1264122

AUTORES: Marilene Rivany Nunes, Luana Oliveira Freitas, Leila Aparecida Ferreira, ANA PAULA PEREIRA, JOHN LUCAS PEREIRA RODRIGUES DE LIMA, ANA CAROLINA MAGALHÃES CAIXETA, Jessica Laís de Oliveira Pimenta, Erica Geralda Rodrigues Leal, Thays Cristiny Simão Melo e Silvana Fonseca Freitas

RESUMO: Período de realização: Desenvolvimento de cuidado da Equipe de Consultório na Rua (eCR) a Pessoa em Situação de Rua (PSR), no período de Janeiro á Junho de 2025, em Patos de Minas - MG. Objeto da experiência: Relatar a vivencia prática da eCR no cuidado com a saúde física, mental e social a PSR.

OBJETIVO

Descrever o tipo e a quantidade de atendimento ofertado, no período de janeiro a junho de 2025, á PSR. Descrição da experiência: A eCR é composta por enfermeiro, psicólogo, assistente social e técnico de enfermagem que percorrer 6 pontos de concentração da PSR, de forma itinerante, com o uso da Van. A eCR realizou cuidados de prevenção de doença e promoção de saúde, além de intervenções de acordo com a singularidade. Assim, foram desenvolvidas a escuta iniciais, atendimento individual e ações de educação em saúde, sinais vitais, curativo e aplicação de auriculoterapia. Todos os atendimentos são registrados no e-SUS AB.

RESULTADOS

A eCR realizou visita regulares nas áreas de concentração da PSR, desenvolvendo cuidado na calçadas e no interior da Van. De janeiro a junho de 2025 foram realizados atendimentos de 247 PSR, sendo 202 homens (73,7%) e 45 mulheres (26,3%), na faixa etária de 18 a 72 anos, a maioria com idade entre 25 a 49 anos. Foram realizadas pela eCR 1.260 consulta individual, 722 aferição de pressão arterial, 705 auriculoterapia, 691 escuta inicial, 222 atividades coletivas, 155 teste rápido para sífilis, HIV e Hepatite B, 65 glicemia, 31 curativo. Aprendizado e análise crítica: A atuação da eCR é fundamental para acolher demandas imediatas, realizar triagens clínicas, procedimentos e encaminhamentos, além de promover a saúde com foco na autonomia e no cuidado em liberdade. A atuação da eCR deve ser pautada na escuta qualificada, vínculo, respeito às singularidades e articulação com a rede. **Conclusões:** A atuação da eCR é essencial para garantir um cuidado integral e humanizado à PSR. Estabelecer metas e indicadores específicos para cada profissional da equipe contribui para o planejamento das ações e acompanhamento dos resultados. Mais importante do que a quantidade de ações realizadas é avaliar a qualidade do acompanhamento oferecido, a efetividade e continuidade dos vínculos. As lições apreendidas: a presença contínua da eCR nas calçadas é fundamental para criar vínculo afetivo e superar a resistência do não querer se cuidar, e que o cuidado só é efetivo quando se considera o contexto de vida da pessoa e a integração com rede intersetorial amplia as possibilidades de cuidado efetivo.

Palavras-chave: Acesso aos serviços de saúde, cuidado primário de saúde, pessoa em situação de rua, promoção de saúde.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: ALÉM DA NOTIFICAÇÃO: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA EM SAO PAULO.

ID: 1283366

AUTORES: Vinicius Ramos Bezerra de Moraes, Lais Paz, Clenilda Aparecida Silva Rodrigues, Marta Marques, Maureen de Alencar Filone, Gabriel Bajadares Silva e Priscila Alves Luz

RESUMO: A violência é um desafio para a saúde pública e para as equipes do Consultório na Rua do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, que atuam em territórios marcados por vulnerabilidades e exclusão. A equipe de Pinheiros construiu uma metodologia própria para enfrentá-la, baseada em territorialização, uso de tecnologias leves e integração em rede. O processo incluiu capacitações internas sobre violência, participação em reuniões de Núcleos de Vigilância em Saúde e territorialização com diagnóstico comunitário, classificação de risco adaptada à população em situação de rua e cartografia dos episódios vividos pela equipe. Foram definidas cinco etapas: acolhimento, atendimento articulado, notificação compulsória, seguimento longitudinal e compartilhamento em equipe. Os resultados mostraram que o acolhimento foi fundamental para a construção de vínculos e elaboração das vivências; o atendimento articulado favoreceu a autonomia e a inserção em redes de apoio; a notificação passou a ser compreendida como ferramenta de cuidado; e o compartilhamento em equipe promoveu suporte entre trabalhadores e produção de respostas coletivas. A experiência evidenciou a violência como fenômeno multifatorial e

recorrente, exigindo práticas que vão além de protocolos, centradas em escuta, vínculo e corresponsabilidade. A metodologia demonstra a potência do trabalho vivo em ato e pode inspirar outras equipes, fortalecendo o SUS como sistema universal e promotor da vida.

Palavras-chave: Habilidades de Enfrentamento, Violência, Vulnerabilidade



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: AMOR RUALIZADO: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1254236

AUTORES: Thomas Joaz Gonçalves Cabral

RESUMO: AMOR RUALIZADO: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Esta pesquisa investigou as representações sociais do amor entre pessoas em situação de rua, compreendendo o amor como uma potência coletiva e ética da ação (hooks, 2001; Vieira, 2019). Em contextos de violências e exclusão social, essas pessoas também constroem vínculos afetivos, revelando vidas e relações complexas para além da mera sobrevivência.

Os objetivos foram analisar as representações sociais do amor entre pessoas em situação de rua, identificando suas dimensões, a influências do contexto de vida nas ruas e como essas representações são compartilhadas e interligadas entre si.

A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa e libertária, centrada no pensamento social das pessoas em situação de rua sobre o amor. Utilizou-se o círculo de cultura como estratégia de aproximação a essas representações (Freire, 2023), estruturado em três momentos: levantamento do universo vocabular acerca do amor facilitado por diálogos e desenhos; discussão da palavra geradora “amor” por meio de contação de histórias orais e/ou desenhadas e a criação de situação sociológica com a intervenção artística por meio da grafita-

gem no muro do Centro Pop Glória, local onde a pesquisa aconteceu. A análise dos dados foi feita com base na Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2011).

Entre as categorias que emergiram, destaca-se o amor como uma prática coletiva que fortalece a vida nas ruas. O amor foi representado como práticas de compartilhamentos materiais e imateriais, como senso de comunidade, cuidado e categoria política que luta pela justiça social, revelando vínculos de solidariedade. Também surgiram categorias do amor como uma moeda de negociação e sobrevivência nas ruas. O amor representado pela família, pelas relações afetivo-sexuais, e espiritual também foram expressas. A natureza e a esperança também foram representadas através da amorosidade. Percebe-se, com isso, a complexidade afetiva e relacional das pessoas em situação de rua.

Pesquisar o amor entre as pessoas em situação de rua revelou práticas de cuidado, partilha e resistência. O amor foi representado como ação coletiva, política e cotidiana que desafia a lógica excludente que nega a esses sujeitos uma vida complexa, costumeiramente resumida à violências, fome e vulnerabilidades. As representações sociais do amor para essas pessoas apontam para relações complexas, afetivas e potentes, mostrando que, mesmo diante da violência e da precarização da vida, há vida, desejo, movimentos de saúde e laços que fortalecem a existência nas ruas, ampliando as possibilidades de uma vida potencializada.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Representações Sociais, Amor, Exclusão Social.

TÍTULO: ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A UOM E A INTERDISCIPLINARIDADE A SERVIÇO DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS EM CAXIAS DO SUL

ID: 1247312

AUTORES: Sandra Lucia Radaelli Trindade, Ingrid Guelf Romani, Vanessa Mendes Palma

RESUMO: Período de realização: Início da experiência no início de 2023 até o presente momento.

Objeto da experiência: Atenção odontológica itinerante a pessoas em situação de rua, com foco na integralidade, interdisciplinaridade e equidade do cuidado em saúde.

OBJETIVOS

Inserir a odontologia no cuidado interdisciplinar da população em situação de rua, promovendo acesso equânime e contínuo à saúde bucal e à reinserção social.

Descrição da experiência: A experiência teve início em 2023, com equipe odontológica integrada ao Consultório na Rua de Caxias do Sul. Os atendimentos com a Unidade Odontológica Móvel ocorrem semanalmente em horários estendidos, com ações clínicas e preventivas em campo.

RESULTADOS

Entre julho de 2024 e julho de 2025 foram realizadas 576 consultas e 1.725 procedimentos odontológicos. Houve também ações coletivas de promoção em saúde bucal e entrega de escovas e fio dental às pessoas em situação de rua. A atenção à saúde bucal, além de aliviar dores e infecções, tem potencial transformador na vida dos atendidos, seja na melhoria da comunicação, da alimentação, na recuperação da dignidade ou mesmo na possibilidade concreta de reinserção no mundo do trabalho. Há relatos de usuários que, após reabilitação protética, conseguiram oportunidades de emprego que antes lhes eram negadas.

Aprendizados e análise crítica: A integração da odontologia à equipe reforça o cuidado interdisciplinar e amplia o vínculo com a população vulnerável, garantindo acesso qualificado e humanizado. Ainda há muitos desafios a serem enfrentados, como a ampliação da carga horária de atendimento odontológico, estabelecimento de parcerias institucionais para reabilitação com outros tipos de próteses além da total, e a ampliação da rede de cuidado integral a partir de uma perspectiva intersetorial.

CONCLUSÕES OU RECOMENDAÇÕES

O atendimento odontológico no Consultório na Rua mostra-se eficaz na redução das desigualdades sociais, com impacto positivo na saúde, dignidade e inclusão social dos usuários. Apesar de ser uma ação recente, com menos de três anos de implantação, o atendimento odontológico às pessoas em situação de rua, por meio da UOM vinculada ao Consultório na Rua, tem se consolidado

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

como uma importante ferramenta de cuidado e transformação. Ao restabelecer a saúde bucal, promove-se também o resgate da dignidade e da esperança. A experiência reafirma a importância da interdisciplinaridade no cuidado às populações vulnerabilizadas e evidencia o papel central do SUS enquanto política pública promotora de justiça social.

Palavras-chave: Saúde bucal, população em situação de rua, UOM, interseccionalidade, acesso à saúde.

TÍTULO: ATUAÇÃO DA PASTORAL DO POVO DE RUA JUNTO À ABESPA NA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VUNERABILIDADE EM TERESINA-PI E ARREDORES

ID: 1278154

AUTORES: João Paulo Carvalho e Silva

RESUMO: A Associação Beneficente São Paulo Apóstolo (ABESPA), criada em 2009, é a entidade mantenedora da Pastoral do Povo de Rua de Teresina, instituída em 2012 pela Arquidiocese, com a missão de oferecer cuidado integral a pessoas em situação de rua e migrantes internacionais, em especial indígenas da etnia Warao, provenientes da Venezuela. Ao longo de 2024, a ABESPA desenvolveu ações contínuas de acolhimento diário, abordagem de rua, oficinas psicossociais, cursos de qualificação profissional, orientação jurídica e segurança alimentar por meio da Cozinha Solidária, com apoio de equipe multidisciplinar e parcerias institucionais. Entre os principais resultados, destacam-se o atendimento de até 166 pessoas por dia em refeições, a capacitação de 60 beneficiários, o acolhimento de 350 migrantes, a reinserção de 25 indígenas no mercado formal, a matrícula de todas as crianças Warao em escolas e a ampliação do acesso a documentação civil e serviços de saúde. A experiência evidencia a relevância de um trabalho integrado e humanizado na promoção da autonomia, da inclusão social e da garantia de direitos, mas também revela desafios relacionados à insuficiência de recursos financeiros, à limitação estrutural e à falta de políticas públicas consistentes para o desligamento planejado dos acolhidos. Conclui-se que a consolidação de parcerias, a ampliação de re-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

cursos e a efetivação de políticas públicas permanentes são fundamentais para assegurar a continuidade e a expansão dessa experiência transformadora em Teresina e arredores.

Palavras-chave: Pastoral do Povo de Rua; Pessoas em situação de vulnerabilidade; Migrantes; Inclusão social; Direitos humanos; Serviços sociais; Qualificação profissional; Garantia de direitos.

TÍTULO: Banho Pra Geral



ID: 1237630

AUTORES: Daniela Greeb, Vanessa Mary Labigalini

RESUMO: O projeto Banho Pra Geral, realizado pelo Instituto de Políticas Relacionais (IPR), busca garantir os direitos humanos da população em situação de rua na cidade de São Paulo, por meio da oferta itinerante de cuidados básicos e ações de cidadania. Criado em 2019, o projeto atua com abordagem socioassistencial, comunitária e de direitos humanos, oferecendo banhos com estrutura adequada, kits de higiene, roupas limpas, refeições, apoio psicossocial, escuta ativa, emissão de documentos, cortes de cabelo e encaminhamentos para a rede pública de serviços.

O projeto responde ao aumento expressivo da população em situação de rua, que chegou a quase 100 mil pessoas apenas em São Paulo em 2025. Essa população enfrenta múltiplas violações de direitos, incluindo ausência de moradia, fome, racismo, estigmatização e exclusão de políticas públicas. Diante desse cenário, o Banho Pra Geral atua em territórios de alta vulnerabilidade, promovendo acolhimento digno, reconstrução de vínculos e acesso efetivo a políticas públicas como saúde, assistência social e cidadania.

A metodologia considera a diversidade do público atendido — pessoas adultas, jovens, mulheres, população LGBTQIA+, migrantes, egressos do sistema prisional, pessoas negras — e adapta sua atuação às especificidades de cada realida-

de. O projeto aposta na escuta ativa e no resgate da autoestima como ponto de partida para o fortalecimento de vínculos e do protagonismo de quem vive nas ruas, promovendo uma abordagem integral, humanizada e transformadora.

Fundado em 2003, o IPR é uma organização da sociedade civil com ampla experiência em gestão de projetos em parceria com o poder público e instituições privadas nacionais e internacionais, como Ministério da Cultura, Prefeitura de São Paulo, Petrobras, Embaixada da Noruega, Fundação Gates, Itaú Social e Instituto Unibanco. Já realizou projetos como Acervo Indígena, Ancestralidade Africana no Brasil, Memória do Esporte Olímpico Brasileiro e Tô na Rede, premiado pelo Instituto Pró-Livro.

Reconhecido institucionalmente, o Banho Pra Geral recebeu o Prêmio 19 de Agosto (2020) e o Selo de Direitos Humanos e Diversidade (2024), ambos da Prefeitura de São Paulo, e conta com mais de 234 mil seguidores nas redes sociais.

O IPR também coordena o Selo da Rua, sua editora própria, dedicada à publicação de obras impressas e digitais de autores historicamente considerados “marginalizados”. Em 2024, lançou o livro “O Psicopata”, de Jaci de Oliveira Júnior, autor em situação de rua, durante a Bienal do Livro de São Paulo. A publicação reafirma o compromisso do projeto com o protagonismo, a escuta e a valorização das vozes invisibilizadas.

Palavras-chave: Banho e auto estima; Direitos humanos; Escuta ativa; Protagonismo.

TÍTULO: CAMINHOS DE CUIDADO: A LUTA POR DIREITOS NA REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

ID: 1274260

AUTORES: Ana Carolina Monteiro Campos, Elisângela da Silva Lima, Karla Bianca Da Silva E Silva, Kelly Kristina Dias Durães, Maria Isabela Braz Silva, Mariana Vitória Guimarães Rodrigues, Vânia de Freitas Lima, Yuri Rodrigues

RESUMO: INTRODUÇÃO

A pesquisa evidencia a falta de preparo técnico, ético e psicológico dos profissionais. Parte deles não é bem preparada durante sua formação acadêmica, o que torna-se um grande desafio a ser amparado. Apesar de existirem vários programas de capacitação, a população em situação de rua ainda é vista como usuária de drogas ou álcool, e não como pessoas que necessitam de cuidados igualitários.

OBJETIVOS

Investigar, por meio de revisão bibliográfica, as barreiras enfrentadas por pessoas em situação de rua no acesso à saúde, relacionando-as aos princípios do SUS e propondo estratégias de melhoria no cuidado.

METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa qualitativa de caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações e documentos oficiais sobre saú-

de e população em situação de rua no Brasil. Foram consultadas bases como SciELO, LILACS e publicações do Ministério da Saúde. A análise buscou identificar barreiras recorrentes e relacioná-las às políticas vigentes, como a PNAB e a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O material coletado foi categorizado em eixos temáticos: obstáculos, políticas e estratégias de melhoria.

RESULTADOS

A revisão apontou como principais barreiras: estigma social, falta de documentos, despreparo profissional, ausência de protocolos específicos e falhas na integração entre serviços de saúde e assistência social. Identificou-se que, embora políticas como o Consultório na Rua existam, sua aplicação ainda é limitada. Persistem lacunas na cobertura territorial, na capacitação humanizada e na articulação intersetorial. As estratégias de melhoria propostas incluem fortalecer equipes móveis, capacitar profissionais e ampliar a educação em saúde direcionada à população em situação de rua.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que garantir o direito à saúde da população em situação de rua exige mais que políticas: requer sua efetiva implementação e integração dos serviços. Recomenda-se investir em capacitação permanente, ampliar o Consultório na Rua, criar protocolos específicos e combater estigmas, assegurando um atendimento digno e inclusivo.

Palavras-chave: Acesso à saúde, vulnerabilidade social, cuidado humanizado.

TÍTULO: CÃOSULTÓRIO NA RUA: CUIDADO EM SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DE SEUS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO.

ID: 1279134

AUTORES: Rodrigo Sette, Marta Marques, Lais Paz, Cleiton Batista do Nascimento, Monique Gouveia de Almeida, Andressa Mendonça Souza, Clóvis Martins, Silvia Souza Silva, Anderlin Krismar Glod Akuna

RESUMO: TÍTULO: CãoSultório na Rua: cuidado em saúde das pessoas em situação de rua e de seus animais de estimação. Período de realização: Iniciada em abril de 2024, a ação segue em andamento nos territórios da Equipe Consultório na Rua do município de SP. Objeto da experiência: Campanha de vacinação e castração de animais de estimação de pessoas em situação de rua, integrando saúde humana, animal e coletiva, além da construção e manutenção de vínculo com os pacientes.

OBJETIVOS

Promover a vacinação e castração de animais de pessoas em situação de rua prevenindo a transmissão de zoonoses, especialmente a raiva. Integrar equipes de saúde, proteger a comunidade e fortalecer vínculos entre profissionais, usuários e animais de companhia. Descrição da experiência: Foram realizadas reuniões com a Vigilância em Saúde para estruturar o projeto, mapeando cerca de 30 cães e 20 gatos no território do Consultório na Rua (CnR) Pari I. Em parceria com a Rede local, Vigilância de Saúde e Supervisão Técnica de Saúde,

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



organizou-se plano de vacinação em pontos estratégicos, abrangendo animais de pessoas em situação de rua (PSR) e munícipes. Também foram feitos encaminhamentos para castração e campanhas educativas sobre prevenção de doenças.

RESULTADOS: Desde a primeira ação, em julho de 2024 foram aplicadas 107 vacinas e feitos 43 cadastros no Registro Geral do Animal. Até o momento, 15 cães de PSR foram vacinados e cadastrados, dos quais 4 já castrados. A ação continua em outros Territórios. Houve ampla conscientização comunitária, avaliação positiva e fortalecimento de parcerias. O projeto foi reconhecido no Congresso Brasileiro de Enfermagem/RJ e recebeu o Selo de Direitos Humanos e Diversidade/SP. Aprendizado e análise crítica: A experiência demonstrou que a integração entre saúde humana e animal é essencial para o cuidado da PSR. A vacinação contribuiu para prevenir zoonoses, reduzir riscos e ampliar a segurança comunitária. Observou-se a importância do diálogo intersetorial, da mobilização comunitária e da continuidade das ações para garantir efetividade e sustentabilidade do projeto. **Conclusões e/ou recomendações:** O projeto evidenciou que a atenção à saúde de animais da PSR fortalece o cuidado integral, reduz riscos sanitários e melhora vínculos entre usuários e profissionais. Recomenda-se ampliar a iniciativa a outros territórios, consolidar parcerias intersetoriais e manter campanhas itinerantes, assegurando a prevenção de doenças e a promoção da saúde coletiva. O Consultório na Rua mantém o Projeto CãoSultório na Rua integrado as suas ações itinerantes.

Palavras-chave: População em situação de rua, Consultório na Rua, Saúde coletiva, Zoonoses, Vacinação antirrábica, Castração de animais, promoção de saúde.

TÍTULO: CHÁ DE BEBÊ: ENTRE O AFETO E A PREVENÇÃO ENCONTROS QUE MUDAM HISTÓRIAS ANTES MESMO DO NASCIMENTO

ID: 1244085

AUTORES: Marta Marques, ARLINDO FREDERICO JUNIOR, Renata Banax, Celia do Amaral, Maria Cristina Barboza Kawakami, Padre Pierre Castro, Cle-nilda Aparecida Rodrigues

RESUMO: O Consultório na Rua do centro Social Nossa Senhora do Bom Parto e SMS de São Paulo, fazendo a gestão de mais de 20 anos, desenvolve entre a atenção primária e alta complexidade com a pop rua , destaca-se a estratégia do projeto Chá de Bebê, iniciado em 2016 e desde então em encontros trimestrais com gestantes em situação de rua acompanhadas pelas equipes de CnaR. A proposta une promoção da saúde, fortalecimento de vínculos e prevenção de agravos, especialmente em contextos de rua e vulnerabilidade extrema. Os encontros, realizados em espaços culturais, SPA universitários, entre outros, utilizam dinâmicas sensíveis para abordar os desafios físicos e emocionais da gestação. O objetivo principal é garantir o cuidado e o pré-natal além da cidadania. As equipes busca trabalhar todos os obstáculos da mulher como moradia, alimentação, uso de substâncias psicoativas, a estratégia representa uma potente ferramenta de vínculo, aceitação do colhimento e reconstrução da autonomia para as gestantes que vive em situação de rua seus bebês. desde 2016, promove encontro trimestral com gestantes em situação de rua, com foco na prevenção de agravos como HIV, sífilis e outras doenças, fortalecimento de

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



vínculos e promoção do pré-natal. Essa Mulher que vive em um contexto marcado por violência, uso de substâncias, ausência de moradia e perda de identidade social, impulsionou os profissionais a buscar novas possibilidades através do desejo de ofertar o melhor para seu bebê, além de promover espaços que despertem os desejos de restaurar a dignidade e estimular a autonomia. As atividades ocorrem em ambientes preparados de forma lúdica e acolhedora, com rodas de conversa, dinâmicas e participação de equipe multiprofissional e parceiros da rede de saúde. Contamos com o estudantes de estética, fitoterapeutas, doulas entre outros que promovem momentos de cuidado, reflexão e autoestima. Também são realizados books fotográficos e entrega de enxovais, fortalecendo o vínculo mãe-bebê, a valorização da maternidade e o desejo por uma saída qualificada da situação de rua. Ao criar laços com as equipes e aproximar as mulheres das maternidades, a iniciativa transforma a gestação em uma poderosa ferramenta de mudança de vida. Com mais de três anos sem casos de transmissão vertical de HIV, o projeto revela que cuidar com afeto e integridade pode resgatar a esperança, proteger a vida e abrir caminhos reais para um futuro digno. Acolher as gestantes em situação de rua, fortalece vínculo e promove reflexões que possibilita e transforma vidas. Essa experiência pioneira em SP abre caminhos para a reintegração familiar, trabalho e saída qualificada da rua.

Palavras-chave: GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA

TÍTULO: COLAB POP RUA: NARRATIVAS SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES AO FORTALECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM MACEIÓ-AL.

ID: 1282241

AUTORES: Adriano Roberto Alves Da Silva, Welison de Lima Sousa, Diana Maria Justino de Souza, Carlos Alberto dos Santos Junior

RESUMO: Este relato reúne as experiências desenvolvidas pelo polo descentralizado de Maceió-AL do Colaboratório Nacional da População em Situação de Rua (COLAB POP RUA) no período de agosto de 2024 a agosto de 2025. Trata-se de uma breve sistematização da trajetória da equipe no território, destacando os efeitos das ações realizadas, os desafios enfrentados e as possibilidades de fortalecimento e implementação das políticas públicas destinadas à População em Situação de Rua (PSR) em Maceió.

As atividades buscaram compreender os sentidos produzidos pela atuação do COLAB POP RUA junto à PSR e aos profissionais que compõem os serviços da rede de atenção. Foram realizadas aproximações com pessoas em situação de rua na cidade, diálogos com representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Alagoas (MNPR-AL) e um mapeamento dos serviços que ofertam cuidados e garantias de direitos. Esse processo revelou demandas emergentes, fragilidades institucionais e estratégias de articulação voltadas à promoção da cidadania e da dignidade.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

Os resultados evidenciam a relevância do COLAB POP RUA como espaço de articulação e apoio na formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para ampliar o acesso a serviços essenciais, favorecer o protagonismo da PSR e aproximar a gestão das necessidades reais do território. A existência de um polo descentralizado em Maceió possibilitou maior aderência às especificidades locais, fortalecendo o diálogo entre população, profissionais e gestores.

A experiência aponta aprendizados importantes, sobre a relevância da articulação política e coletiva para promoção do cuidado à PSR, bem como a necessidade de articulação intersetorial, e uma análise interseccional para compreensão da PSR. Diante disso, também se apresentam alguns desafios, como os limites da rede de atenção no enfrentamento da fragmentação de políticas, a rotatividade de profissionais e da ausência de formação permanente. Nesse sentido, o COLAB revelou-se fundamental para tensionar práticas assistencialistas e propor caminhos de cuidado integral, baseados nos direitos humanos e na participação social ativa da PSR.

Conclui-se que a escuta qualificada, o mapeamento territorial e o diagnóstico situacional foram instrumentos potentes para repensar o papel dos atores e instituições no cuidado integral da população em situação de rua. Recomenda-se ampliar os espaços de diálogo, garantir formação continuada aos profissionais, fortalecer a transversalidade das políticas públicas e consolidar processos participativos como base para a construção de novas possibilidades de cidadania e efetivação de direitos.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Colaboratório Nacional da População em Situação de Rua; Políticas Públicas; Participação Social; Direitos Humanos.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: CONSULTÓRIO NA RUA CARTOGRAFIA DO TERRITÓRIO, VÍNCULO E AUTONOMIA: O DESENHO DO CUIDADO EM MOVIMENTO

ID: 1238975

AUTORES: Marta Marques, Marivaldo da Silva Santos, Clenilda Aparecida Rodrigues, Maria Cristina Barboza Kawakami, Maryluce Cassalvara, Marcelo Matias dos Santos, Angelica Aparecida Ferreira

RESUMO: O Município de São Paulo uma imensa cidade envolvida pelas paisagens urbanas, que retrata um lugar belo cheio de possibilidades e nos provoca a ver várias cidades e uma imensa heterogeneidade em uma única São Paulo, Este é o resultado das diferentes populações que temos entre elas as pessoas que vivem em situação de rua e vemos um resultado de diferentes cenários de pessoas que precisam ser olhadas de forma diferente, com propostas diferentes. O projeto tem como principal objetivo promover um cuidado contínuo, humanizado e integral à população em situação de rua na cidade de São Paulo. A experiência proporciona construir vínculos duradouros entre esta população e as equipes de saúde, reconhecendo o território urbano como um espaço vivo e simbólico. A proposta valoriza o sentimento de pertencimento e a singularidade de quem vive nas ruas, promovendo o acolhimento e a dignidade humana. A principal metodologia empregada é o Projeto Terapêutico Singular (PTS), que considera as características específicas de cada território e o perfil da população local. O trabalho é apoiado pela Cartografia Social, uma ferramenta central que permite o mapeamento colaborativo do território, envolvendo saúde,

assistência social e demais serviços da rede para mostrar as potencialidades do território e principalmente as suas fragilidades, possibilitando melhores resultados nas ações e estratégias de forma humanizada e compreensivas fortalecendo o cuidado compartilhado, promovendo estratégias personalizadas de intervenção e favorecendo a reconstrução de vidas de forma respeitosa, segura e qualificada. Esta estratégia acontece desde 2020 é utilizada como ferramenta fundamental nas equipes do consultório na rua . A sua atualização ocorre anualmente, podendo ser feita com maior frequência de acordo com as mudanças nos territórios, causadas por fatores como clima, ações governamentais, violência ou necessidade de recursos. Essa atualização é realizada em Grupos de Trabalho (GTs) semestrais, com participação das equipes e diretamente nas ruas, conforme a realidade dos usuários. A conclusão do trabalho reforça a importância de reconhecer a complexidade das necessidades das pessoas em situação de rua e responder de maneira integrada, humanizada e contínua. A proposta de cuidado longitudinal está centrada no princípio da equidade, oferecendo a cada pessoa aquilo de que realmente precisa, respeitando o seu tempo, suas habilidades e a realidade do território onde vive.

Palavras-chave: Cartografia Social

TÍTULO: CONSULTÓRIO NA RUA: O CUIDADO À MULHER GESTANTE EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1282765

AUTORES: Taís Santos de Oliveira

RESUMO: Taís santos de Oliveira. OLIVEIRA, S. T. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca ENSP/FIOCRUZ.

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa o cuidado à saúde de gestantes em situação de rua atendidas pelas equipes de Consultórios na Rua de Manguinhos e da Penha, no município do Rio de Janeiro. A pesquisa revela desigualdades de gênero, raça e classe, e aponta fragilidades e potências da Rede de Atenção à Saúde a partir da coordenação do cuidado realizada pelas equipes de Consultório na Rua.

OBJETIVOS

Analisar o cuidado em saúde oferecido a gestantes em situação de rua por duas equipes do Consultório na Rua no Rio de Janeiro, identificando quem são essas mulheres e como se articulam as práticas de cuidado com a rede de atenção à saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa, de abordagem qualitativa, buscou compreender a organização das equipes e práticas relacionadas ao cuidado de gestantes em situação de rua. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove profissionais das

equipes do Consultório na Rua da Área Programática 3.1, no Rio de Janeiro. Participaram profissionais de diferentes categorias com, no mínimo, um mês de atuação e experiência com gestantes em situação de rua. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por conteúdo temático (Bardin, 1977; Campos, 2004). O estudo respeitou os aspectos éticos, com aprovação dos Comitês de Ética da ENSP/Fiocruz e da SMS-Rio, garantindo sigilo, consentimento e voluntariedade.

RESULTADOS

O Consultório na Rua atua como coordenador do cuidado e principal porta de entrada da APS para a População em Situação de Rua. A interseccionalidade foi essencial ao analisar o cuidado de mulheres vivendo em situação de rua, que são em sua maioria pretas e pardas vivendo em condições de vulnerabilização e violências. O cuidado às gestantes em Situação de Rua é realizado com vínculo e intensa mobilização da rede de apoio, mas há fragilidade na articulação intrasetorial, com a centralização do cuidado no Consultório na Rua, havendo reduzida participação da Rede de Atenção Psicossocial, assim como limitada participação da rede intersetorial com atuação restrita da assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado às gestantes em situação de rua realizado pelas equipes de Consultório na Rua, é crucial, mas enfrenta limitações estruturais com demandas complexas em territórios extensos e vulnerabilizados, com frágil articulação entre a rede intrasetorial e intersetorial. Apesar do potencial das equipes, falta um cuidado em saúde que integre e implique os diferentes pontos de atenção

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



da rede visando o cuidado integral.

Palavras-chave: Consultório na Rua; cuidado; gestantes em situação de rua; pré-natal.

TÍTULO: Consultório Na Rua: Um Relato De Experiência Dos Benefícios Da Relação Entre As Pessoas Em Situação de Rua e Os Animais De Rua .

ID: 1283777

AUTORES: TAIS A DE L MATOS, Francisco Jefferson Soares do Monte, Vanderlane Venâncio Nascimento, Bruna Kelly Costa Matos, Gisele de Moura Nobre, Levi Lima Tibúrcio, Victor Matheus Macário Portto

RESUMO: Objeto da Experiência.

Os benefícios da relação entre as pessoas em situação de rua e os animais de rua.

OBJETIVOS

Geral: Descrever a relação entre animais em situação de rua e seus tutores

Específicos :1- Analisar a relação entre as pessoas em situação de rua.

2-Refletir sobre os benefícios da relação entre a população de rua e seus animais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As equipes de Consultório na Rua atuam de forma itinerantes, atendendo as pessoas em situação de rua, e vivenciamos muitas histórias da relação entre cachorros e pessoas. Foi assim que conhecemos Maria, uma cadelinha sem raça definida que convivia com 20 pessoas na Praça da Bandeira em Fortaleza, em

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

2024. Ela a cuidava das pessoas de tal forma que aprendeu a linguagem da rua. Quando chegava o “estouro” (doações de comida), ela latia chamando as pessoas em direção ao local.

RESULTADOS

A história de Maria é a demonstração de cuidado mutuo entre as pessoas em situação de rua e os animais em situação de rua. Vivemos em um país em que existem 30 milhões de animais em situação de rua. Portanto, é inevitável que essa relação e convivência exista. Num país que existem 308 mil pessoas em situação de rua segundo o cadastro único 2024, mostra-se necessário a criação de políticas públicas em conjunto para as pessoas e seus animais na rua.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A extrema vulnerabilidade faz com que haja uma aproximação entre as espécies, que buscam proteção e apoio, criando assim laços fraternos de amizade e conforto para enfrentar as dificuldades de viver nas ruas. É necessário e urgente que o Brasil crie políticas públicas para atender e dar suporte aos animais de Rua, por entender que eles também devem ter seus direitos assegurados. A quebra de vínculo familiar pode talvez explicar essa relação tão próxima de proteção da relação interespecies.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.

Para quem vive nas ruas a relação com os animais alento para superar as dificuldades, é um convívio de cooperação e respeito mútuo que nos leva a refletir sobre quem ajuda a quem. O animal. se torna um parceiro dos “corres” diários.

A relação é inevitável, o poder público não pode esquecer que ao pensar em políticas públicas para o povo da rua, não se deve esquecer de pensar nos seus companheiros peludos.

Palavras-chave: População em situação de rua, animais, animais de rua

TÍTULO: CONVIVÊNCIA, VÍNCULOS E TERRITÓRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TRABALHO COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO SCS

ID: 1282007

AUTORES: Lucas Schmaedecke de Almeida Martins-Costa

RESUMO: A população em situação de rua enfrenta desafios complexos que vão além da falta de moradia, incluindo exclusão social, vulnerabilidades e a construção de identidades marginalizadas. Intervenções psicossociais tradicionais são muitas vezes inadequadas, exigindo abordagens inovadoras que considerem a dinâmica territorial e as subjetividades desses indivíduos. Este estudo de caso analisa a atuação psicossocial em contextos extraclínicos, com base na experiência do pesquisador junto a pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul (SCS) de Brasília, utilizando como fontes primárias registros de atendimentos realizados entre 2024 e 2025 no SCS, bem como diário de campo e observação participante. Referenciando-se na cartografia (Deleuze & Guattari, 1995), na clínica peripatética (Lancetti, 2008) e aportes da psicologia social (Sawaia, 2009), o trabalho destaca os processos de desterritorialização e reconstrução de vínculos, explorando como as intervenções psicossociais dialogam com as dinâmicas de exclusão e resistência presentes no cotidiano da população em situação de rua. Os resultados evidenciam a importância de práticas clínicas itinerantes e contextualizadas, rompendo com modelos tradicionais e privilegiando a micropolítica do cotidiano.

Palavras-chave: Psicologia social, situação de rua, esquizoanálise, clínica peripatética, cartografia, vínculo

TÍTULO: CORPO-RUA

ID: 1275357

AUTORES: Nathan Brasil de Brasil, Fernanda Maiato Chagas

RESUMO: A escrita da presente pesquisa se dá com os pés de trabalhador-pesquisador na Assistência Social, como psicólogo em um Serviço de Atendimento Familiar (SAF) na cidade de Porto Alegre, experiência que venho realizando desde julho de 2025. Trabalhar junto a um território periférico na Zona Leste da capital gaúcha indica estar consciente de se articular com um mapa repleto de desertos, onde os equipamentos das políticas públicas não se instalam, e o direito à cidade se torna uma demanda central do nosso cotidiano de trabalho.

Em geral nas políticas públicas apresentam-se concepções territoriais como modos de operacionalizar os equipamentos de cada política, espera-se dos serviços um trabalho territorializado, pensado a partir das especificidades de cada território. Majoritariamente as populações que acessam o SAF são núcleos familiares com moradias, em situações precarizadas, mas com moradias. A estas populações muitas vezes vão se entender enquanto territorializadas, uma vez que compõem sua presença naquele território a partir do elemento “moradia”. Por esta perspectiva a população em situação de rua está desterritorializada, dado que desterritorializar se apresenta como um processo secundário da perda de vínculos simbólicos com o espaço.

Porém, em nosso cotidiano de trabalho, há uma torção que se apresenta. Vejamos território para além do elemento moradia, pensemos território enquanto espaço que se funda a partir da apropriação espacial. E por esta lógica, a

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

população em situação de rua demonstra significativos recursos de territorialização, pois é uma população que consegue transitar entre muitos espaços, e ainda assim realizar dobras e apropriações nestes mesmos espaços, sem que esta precise se estabelecer a partir de algum dispositivo como moradia. A relação posta entre a população em situação de rua e o direito à cidade é justamente uma ruptura do inconsciente colonial-capitalístico, na dimensão que sua insurgência está na sua ação de contrapor a racionalidade capitalista, onde territorializar passa-se pela noção de domiciliar, estreitamente ligada à noção de propriedade privada. Como hipótese, postula-se outro dispositivo que atua neste exercício, população em situação de rua, territorializa-se a partir do seu corpo-instrumento. Corpo que é assumido como meio de se relacionar com ele e a partir dele nas ruas, corpo que impera potência, corpo que produz novos deslocamentos. Corpo-rua agencia-se desprovido de fixações, é por si próprio estado de potencialidade bruta, uma espécie de devir. Corpo-rua torna-se dispositivo de territorialização, desta maneira, seu propósito é a ampliação das noções de território.

Palavras-chave: CORPO, RUA, TERRITÓRIO, ASSISTÊNCIA SOCIAL

TÍTULO: CORPOS QUE (RE) EXISTEM: UMA ETNOGRAFIA SOBRE PESSOAS LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE RUA NA BAIXADA CUIABANA.

ID: 1275992

AUTORES: Rodrigo da Silva Martins, MOISES ALESSANDRO DE SOUZA LOPES

Resumo: Apresentação/**Introdução:** Nos últimos anos é alarmante o número de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexuais e outros (LGBTQIA+) vivendo nas ruas e das ruas nas cidades brasileiras, resultante das discriminações, preconceitos e violação de seus direitos, intensificada pela interseccionalidade de gênero, raça, classe e orientações sexuais impactando negativamente a sua saúde. **OBJETIVOS:** etnografar as práticas de cuidado e autocuidado dos sujeitos LGBTQIA+ na baixada cuiabana que utilizam as ruas como espaço de sobrevivência e pensar como estas práticas levam a produção de sua saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo de abordagem etnográfica por meio de observação participante e entrevista semi-estruturadas realizadas no período agosto de 2024 a julho de 2025, nos treze municípios localizados geograficamente ao redor da capital Cuiabá. Buscando compreender: quais as práticas de cuidado e autocuidado dos sujeitos LGBTQIA+ em situação de rua que le-

vam a produção de saúde? O universo da pesquisa é constituído por maiores de 18 anos que se autodeclararam LGBTQIA+, que vivem nas ruas ou ocupando imóveis abandonados ou logradouros públicos para pernoitar ou que estiveram acolhidos nas unidades de acolhimento, através de convite sem a pretensão representatividade numérica.

RESULTADOS

A ausência de conhecimentos sobre seus direitos e da Rede de Atenção à Saúde, contribui para a perpetuação de práticas de cuidados descontextualizadas dessas realidades sociais e culturais. Suas trajetórias são marcadas por todos os tipos de violências, preconceitos, racismo, violação de direitos civis e humanos, assédios, exposição às condições climáticas, patologização de suas condições de identidade de gênero e orientação sexual, falta de locais salubres e privativos para higienização pessoal, rejeição familiar, intensificadas pela interseccionalidade de gênero, raça, classe e orientações sexuais, falta de acesso aos serviços de saúde aumentando a vulnerabilidade e risco de morte.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As percepções de cuidado e autocuidado precisam ser trabalhadas nestes contextos por se tratar de algo subjetivo, complexo, com diversos significados e sentidos. Compreender como eles (as) lidam com a saúde é essencial para melhorar sua qualidade de vida e para formulação de políticas públicas eficazes e sistemas de saúde mais justos, que atendam às necessidades específicas de cada grupo social.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Minorias sexuais e de gênero; Diversidade sexual; Produção de saúde; Baixada cuiabana.

TÍTULO: COSTURANDO NA RUA: ALINHAVANDO VIDAS E TECENDO HISTÓRIAS DE INDIVÍDUOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

ID: 1279409

AUTORES: Clenilda Aparecida Silva Rodrigues, Gisela Cardoso Ziliotto, Marta Regina Marques Akyiama, Emanuelle Mendes Quidute, Fabiana dos Santos Souza, Celso Evangelista

RESUMO: Objeto da experiência

Prática Integrativa e Complementar de Arteterapia por meio de Oficinas Terapêuticas com usuários em vulnerabilidade social e uso de substâncias psicoativas.

OBJETIVO

Relatar a experiência da equipe de Consultório na Rua na realização de Oficinas Terapêuticas de Arteterapia com pessoas em situação de vulnerabilidade e em uso de substâncias psicoativas em Centro de Acolhida.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esta experiência foi elaborada a partir do projeto Costurando na Rua, voltado para indivíduos em situação de vulnerabilidade social e uso de substâncias psicoativas, de um Centro de Acolhida no município de São Paulo. Participaram 10 pessoas adultas entre 20 e 72 anos, com vaga fixa, previamente atendidos pela equipe de Consultório na Rua. Foram excluídos da oficina aqueles usuários que se apresentavam em quadro de intoxicação pelo uso de substâncias no momento da oficina ou que estivessem de passagem pelo equipamento.

RESULTADOS

Durante as Oficinas Terapêuticas do Costurando na Rua, observou-se que a atividade de costura atuou como intervenção criativa e terapêutica, promovendo autoconhecimento, expressão de sentimentos e redução da ansiedade. Favoreceu autoestima, identidade, vínculos sociais e inclusão, além de estimular criatividade e resiliência. Para pessoas em vulnerabilidade e dependência química, possibilitou ressignificações e novas formas de enfrentamento e recuperação.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

O aprendizado com o Costurando na Rua mostrou que a arte pode ser potente recurso terapêutico na dependência química, promovendo autoconhecimento, autoestima e vínculos sociais. A análise crítica revela que, além de aliviar ansiedade e favorecer resiliência, a atividade ressignifica trajetórias marcadas pela vulnerabilidade. Contudo, destaca-se a necessidade de continuidade para consolidar seus efeitos na reinserção social.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o Costurando na Rua se mostrou uma prática terapêutica eficaz para pessoas em vulnerabilidade e dependência química, ao favorecer expressão emocional, autoestima, vínculos sociais e criatividade. A costura possibilitou ressignificações pessoais e fortalecimento da identidade, revelando-se um caminho de inclusão e recuperação que vai além do tratamento clínico tradicional.

Palavras-chave: Arteterapia, Oficinas Terapêuticas, Consultório na Rua, Vulnerabilidade Social, Substâncias Psicoativas, Inclusão Social, Ressignificação

TÍTULO: CUIDADO À GESTANTE EM SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

ID: 1282892

AUTORES: Antonio Wilson Fonseca de Matos

RESUMO: Período de realização

Segundo semestre de 2023, em comunidade de Niterói-RJ.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Acompanhamento territorial de gestante em situação de rua e usuária de drogas.

OBJETIVOS

Relatar a experiência de cuidado a gestante em situação de rua e uso abusivo de substâncias, destacando estratégias intersetoriais, de redução de danos e a atuação da APS na construção de vínculo e proteção da saúde materno-fetal.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A paciente, na quarta semana gestacional, recusava iniciar pré-natal na UBS do território por receio de exposição familiar. Foi referenciada para outra unidade, com apoio de transporte e horários protegidos. Comparecia de forma irregular, muitas vezes em abstinência, o que prejudicava consultas. A ESF adotou estratégias de escuta ativa, visitas locais e articulação com CAPS AD e Redução de Danos. O cuidado buscou respeitar a autonomia da usuária, garantir sigilo e construir confiança.



RESULTADOS

A aproximação foi gradual, priorizando vínculo e confidencialidade. Apesar da referência, a instabilidade da paciente dificultou adesão ao pré-natal. O uso contínuo de drogas resultou em aborto espontâneo. Após a perda, ela aceitou encaminhamento para cuidados clínicos e psicológicos, mantendo vínculo com a equipe. A atuação integrada entre ESF, CAPS AD e Redução de Danos foi fundamental para acolher o sofrimento e ofertar suporte pós-aborto, garantindo continuidade do cuidado.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A experiência evidenciou barreiras sociais, estruturais e subjetivas no acesso ao cuidado, bem como a necessidade de flexibilidade, sensibilidade e sigilo para respeitar as escolhas da usuária. Mostrou que a produção do cuidado em territórios vulneráveis exige reinvenção diária, articulação entre serviços e olhar ampliado para além do biológico, incluindo dimensões éticas e subjetivas.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O caso reforça que o cuidado a gestantes em situação de rua deve valorizar vínculo, escuta qualificada e estratégias intersetoriais. A APS, integrada a outros dispositivos, possui potência para enfrentar vulnerabilidades e desigualdades, desde que promova práticas éticas, flexíveis e adaptadas às realidades territoriais, reinventando o cuidado continuamente.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde, Situação de rua, Redução de danos, Gestação de Risco, Intersetorialidade.

TÍTULO: DA FARMÁCIA ATÉ A CALÇADA: O CAMINHO DOS MEDICAMENTOS ATÉ A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1275651

AUTORES: Lais Santos, Gabriela Gonçalves Carneiro, Priscila Alves da Luz, Gabriel Bajadares da Silva, Maureen de Alencar Filone, Vinicius Ramos Bezerra de Moraes, Michele Rose Muni de Melo, Talita Oliveira Dos Santos Silva

RESUMO: Outubro de 2023 – em andamento

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Fracionamento e dispensação de medicamentos para pessoas em situação de rua em São Paulo.

OBJETIVOS

Demonstrar como a articulação entre farmácia do Centro de Saúde Escola Geraldo Paula Souza e Consultório na Rua garantiu acesso e adesão da PSR a tratamentos, reduzindo perdas e extravios.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Reuniões entre farmácia e Consultório na Rua estruturaram fracionamento, unitarização, armazenamento e administração segura de medicamentos. Registros internos e controle de retirada garantiram rastreabilidade e continuidade de tratamentos.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



RESULTADOS

O fluxo permitiu tratamento contínuo de tuberculose, HIV, sífilis e transtornos mentais. Pacientes alcançaram adesão diária e supressão viral inédita. A assistência foi organizada e a comunicação entre equipes fortalecida.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A integração superou barreiras de acesso à PSR. Fracionamento e busca ativa diária foram eficazes, mas exigiram recursos e articulação constante, reforçando a importância de investimento institucional e colaboração das equipes.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

A articulação assegurou tratamentos contínuos e concluídos e reduziu agravos evitáveis. Recomenda-se expandir a prática a outros territórios, fortalecendo o direito à saúde e garantindo cuidado integral à população em situação de rua, denotando as possibilidades quando se pensa o cuidado em rede voltado a população em situação de rua.

Palavras-chave: Pessoa em situação de rua; Assistência farmacêutica; Continuidade do cuidado

TÍTULO: DA INVISIBILIDADE À CIDADANIA: A JORNADA DE UMA MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA EM ARARUAMA/RJ, O PAPEL DO SUAS E DEMAIS POLÍTICAS INTERSETORIAIS

ID: 1281023

AUTORES: MARCELO MACEDO ALCANTARA, Cintia de Souza Barros Soares, CAROLINA RODRIGUES MACEDO ANTUNES, Leticia Reis, Karolina Tibiri

RESUMO: Período de realização

Fevereiro de 2023 de fevereiro 2024 a usuária esteve em acompanhamento em um abrigo de Araruama/RJ.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Relato do acompanhamento de uma mulher em situação de rua com diversas violações de direitos até sua autonomia com apoio do Suas e rede intersetorial

OBJETIVOS

Relatar a experiência de acompanhamento intersetorial de uma usuária em situação de rua, destacando estratégias de acesso a direitos, desafios institucionais e avanços na construção da rede socioassistencial que colabore com a autonomia e cidadania.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Em 2023, foi inaugurado em Araruama um acolhimento e uma usuária que se

apelidava de “Índia” foi abrigada. No decurso do acompanhamento a equipe verificou que ela não possuía identificação civil, além de um discurso desconexo e delirante que dificultava sua real identificação. A partir do Plano Individual de Atendimento e integração com o CAPS, foi se formando um vínculo com a usuária. Com o apoio do Departamento de Identificação Civil e Polícia Federal realizou-se a identificação de “Índia”.

RESULTADOS

“Índia” era do estado de Rondônia e, devido ao sofrimento de violência doméstica, fugiu para o Rio de Janeiro. Com a documentação em mãos e diagnóstico fechado foi possível a sua inclusão no CadÚnico e reconhecimento do direito ao BPC. Através do acompanhamento, usuária conseguiu alugar uma casa e hoje vive de maneira independente. Frequenta o Caps e voltou a estudar, realiza suas tarefas com autonomia e dignidade.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

O caso nos trouxe que a partir de um acompanhamento e desenvolvimento de um instrumental técnico respeitoso dos limites e singularidades do usuário e com articulação das políticas intersetoriais se evidencia a superação da situação de rua. Fica claro os limites institucionais dos equipamentos que compõe o Suas e o quanto é necessário a integralidade do acesso nesse processo. A composição de uma rede comprometida reafirma a centralidade da autonomia e da dignidade humana no trabalho social.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Embora o Suas se configure como instrumento fundamental de proteção social, ele não pode ter um fim em si mesmo. As complexidades humanas estão para além do que está colocado em uma única política, por isso a relevância de integração da rede. Para concluir, ressaltamos o importante compromisso ético e político dos profissionais que garante a legitimidade do acesso e assegura o protagonismo do usuário, rejeitando práticas tutelares.

Palavras-chave: relato de experiência



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Desigualdade Racial no Acesso à Saúde de Pessoas em Situação de Rua Uma Análise Crítica.

ID: 1237509

AUTORES: Larissa Batista de Brito Machado, Nestor Gomes Mora Cortés, Thiago Cunha Nunes

RESUMO: Este estudo investiga a relação entre desigualdade racial e acesso à saúde de pessoas em situação de rua no Brasil, destacando como o racismo estrutural afeta as diferenças na saúde. A pesquisa analisa como as barreiras raciais e sociais influenciam não apenas o diagnóstico e o tratamento, mas também os resultados de saúde dessa população vulnerável.

Os dados coletados mostram que o racismo estrutural cria um ambiente hostil que dificulta o acesso a serviços de saúde essenciais. Muitas vezes, as pessoas em situação de rua enfrentam preconceitos que prejudicam a qualidade do atendimento, levando a diagnósticos tardios e tratamentos inadequados. Além disso, a falta de um endereço fixo e a escassez de documentos pessoais agravam ainda mais a exclusão desse grupo no sistema de saúde.

O estudo também destaca as experiências vividas por esses indivíduos, revelando como a combinação de raça e condição social torna suas dificuldades ainda maiores. As histórias coletadas mostram uma realidade de marginalização e estigmatização que impacta não só a saúde física, mas também a saúde mental, criando um ciclo de vulnerabilidade que é difícil de quebrar.

*É importante ressaltar a contribuição dos meus professores de Sociologia e **METODOLOGIA Científica**, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Seus ensinamentos me ajudaram a compreender as complexidades das relações sociais e a importância de uma abordagem crítica na análise das desigualdades. A metodologia que aprendi foi essencial para estruturar a pesquisa de forma rigorosa, permitindo uma análise mais profunda das questões levantadas.*

Com base nas evidências apresentadas, o estudo propõe uma reflexão sobre a necessidade de práticas mais inclusivas e justas na área da saúde. Sugere a criação de políticas públicas que considerem as particularidades raciais e sociais, além da capacitação de profissionais de saúde para atender essa população de forma sensível. Dessa maneira, busca-se contribuir para um sistema de saúde mais justo e acessível, que respeite a dignidade de todos os cidadãos.

Palavras-chave: Dignidade, acessibilidade, racismo, saúde, hostilidade.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: DIAGNÓSTICO E ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL NA PROTEÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPO GRANDE: DESAFIOS E PROPOSTAS

ID: 1261122

AUTORES: Erika Mattos, Fabiano Gomes Feitosa, Tereza Cristina Miglioli Bauermeister, Luiza Regina Campos Dalpiaz, Bruna Araújo Machado Avanci, Andreia Vilela da Silva, Camilia Nascimento de Oliveira

RESUMO: Objeto da experiência

Fortalecimento da articulação interna da Gerência de Proteção Social à População em Situação de Rua - GPOP, visando futura integração intersetorial.

OBJETIVOS

Aprimorar a proteção social intra e intersetorial; padronizar protocolos e fluxos; estruturar e implantar a central de vagas; capacitar servidores; integrar projetos sociais; ampliar o acesso e garantir direitos da população em situação de rua no município.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A atuação envolve visitas técnicas, reuniões intra e intersetoriais e alinhamentos de fluxos e protocolos entre Centro POP, SEAS, UAIFAS e ATENDA. Para garantir celeridade e transparência, está em elaboração a central de vagas, demandando sistemas informatizados de gestão e procedimentos operacio-

nais padrão. Parcerias com órgãos públicos e organizações sociais fortalecem o atendimento e a inclusão social, além da participação em projetos como “Inverno Acolhedor” e “Volta por Cima”.

RESULTADOS

A articulação interna da GPOP aprimorou a comunicação entre equipes, agilizou encaminhamentos e fortaleceu o alinhamento técnico. A elaboração de protocolos e o planejamento da central de vagas criaram bases para padronizar fluxos e garantir maior transparência e efetividade. As parcerias ampliaram a rede de apoio e a participação em projetos fortaleceu a inclusão social, estruturando condições para futura integração intersetorial.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

O processo evidenciou que a organização interna é base para futura articulação intersetorial, gerando maior eficiência e transparência no atendimento à população em situação de rua. A padronização e capacitação qualificaram práticas e ampliaram o acesso a direitos. Como inovação, destaca-se a central de vagas e o uso de fluxos unificados, com potencial de replicação e aplicabilidade em outros contextos.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se concluir a implantação da central de vagas, consolidar protocolos padronizados e ampliar recursos para sustentar a articulação interna. É importante manter capacitações periódicas, fortalecer parcerias e evoluir

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

para a integração intersetorial, garantindo atendimento contínuo, transparente e efetivo à população em situação de rua, com foco na inclusão e no acesso a direitos.

Palavras-chave: Articulação intra e intersetorial, População em situação de rua, Fluxos e protocolos, Central de vagas

TÍTULO: DIGNIDADE MENSTRUAL NAS RUAS DE MANAUS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO MENSTRUA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1244971

AUTORES: Jumara Souza Pimenta, JHENIFFER ESTEFANY DE ALCÂNTARA ROCHA, EVELINE PEREIRA LOPES

RESUMO: Título

Dignidade Menstrual nas ruas de Manaus: a experiência do Projeto menstRUA com pessoas em situação de rua

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

2021 a 2025

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Promoção a dignidade menstrual junto a meninas, mulheres e pessoas que menstruam e vivem em situação de rua em Manaus.

OBJETIVOS

- Ampliar o acesso de pessoas em situação de rua a insumos menstruais adequados.
- Oferecer espaços de escuta e acolhimento para compreender suas demandas.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

- Dar visibilidade à pobreza menstrual como questão de saúde pública e de direitos humanos.

Descrição da experiência

Desde 2021, o Projeto menstRUA atua em Manaus com ações voltadas à dignidade menstrual de meninas, mulheres e pessoas que menstruam e vivem em situação de rua. A iniciativa realiza a entrega de kits de gerenciamento menstrual, incluindo absorventes e itens de higiene, associada a momentos de escuta e acolhimento. O contato direto com as pessoas beneficiadas permite identificar necessidades, fortalecer vínculos e dar visibilidade à menstruação como questão de saúde e direitos humanos.

RESULTADOS

As ações já beneficiaram centenas de pessoas em situação de rua, oferecendo alívio imediato às dificuldades de manejo menstrual. O espaço de escuta possibilitou identificar demandas urgentes para além da falta de absorventes, como a ausência de banheiros e as barreiras de acesso à saúde, tornando visível a precariedade enfrentada. O projeto também mobilizou voluntários e apoiadores, ampliando a luta e o debate sobre dignidade menstrual no contexto da população em situação de rua.

Aprendizado e análise crítica

A vivência mostrou que a pobreza menstrual nas ruas é marcada pela invisibilidade e pela intersecção de desigualdades de gênero e classe. O contato direto revelou que a ausência de banheiros e locais seguros agrava a precariedade.

Percebemos que oferecer insumos é fundamental, mas insuficiente diante das múltiplas vulnerabilidades vividas. A escuta demonstrou ser um recurso essencial para compreender realidades diversas e orientar futuras ações e estratégias que ampliem o cuidado integral.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

A experiência do menstRUA aponta que iniciativas comunitárias podem impulsionar transformações, mas precisam do apoio institucional para garantir sustentabilidade e maior impacto. Recomenda-se a implementação de políticas públicas eficazes que assegurem itens de manejo menstrual, banheiros públicos e serviços de saúde acessíveis, levando em consideração o contexto e as dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua.

Palavras-chave: situação de rua, saúde menstrual, precariedade menstrual, saúde integral



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: DO LOCAL AO NACIONAL: A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1277976

AUTORES: Matheus Gonçalves Ferreira, Iasmin Oliveira Carneiro

RESUMO: Reunir contribuições de profissionais da saúde e gestores para a construção da Política Nacional de Saúde da População em Situação de Rua (PNAISPSR) e subsidiar a formulação da PNAISPSR a partir das vivências dos envolvidos, valorizando a escuta qualificada, às práticas locais e articulação intersetorial, fortalecendo o cuidado territorializado com equidade, integralidade e o respeito aos modos de vida da População em Situação de Rua (PSR).

A experiência foi conduzida pela Área Técnica de Saúde da PSR, vinculada ao Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS), a partir de formulário online enviado aos profissionais de saúde e gestores municipais dos diferentes níveis de gestão do RS. E foram apresentadas na Oficina Regional Sul, organizada pela coordenação responsável pela pauta no Ministério da Saúde e pelo Comitê Técnico Nacional de Saúde para PSR.

Foram coletadas 48 contribuições sobre atenção à saúde da PSR, desafios, avanços e propostas para subsidiar a construção da PNAISPSR. Destacam-se

avanços como a implantação de equipes de Consultório na Rua, uso de práticas integrativas e maior articulação intersetorial. Entre os desafios: dificuldades de articulação com a rede, barreiras de acesso e continuidade do cuidado (documentação, vínculos frágeis, estigma e discriminação) e ausência de governança compartilhada entre políticas.

A experiência evidenciou a força da escuta dos profissionais que trabalham com a pauta como estratégia para a construção de políticas públicas sensíveis às realidades locais. A valorização das práticas cotidianas reforça a importância de reconhecer a PSR como sujeito de direitos. As contribuições apontam para a urgência de uma política flexível e intersetorial, territorializada e centrada na dignidade humana, sustentada por compromisso político e investimento contínuo na qualificação do cuidado.

Recomenda-se o fortalecimento das eCR na garantia do cuidado integral à PSR, com investimentos em infraestrutura, recursos humanos e educação permanente. É necessário fluxos institucionais claros e intersetoriais para assegurar a continuidade do cuidado, fomentar a participação social e assegurar financiamento adequado, reconhecendo os direitos e modos de vida da PSR de forma inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua, Política de saúde, Proteção social, Colaboração intersetorial, Vulnerabilidade social.

TÍTULO: ECONOMIA SOLIDÁRIA: FERRAMENTA PARA INCLUSÃO PRODUTIVA E SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1273604

AUTORES: MELINA OLEINIK VEZU, ELISMARA BERNARDO CORREA, Leila Ribeiro Rubini, Viviane Aparecida Marcon da Silva, Gustavo Filipowski

RESUMO: Período de realização

A oficina de artesanato da UAI POPRUA iniciou em 2020; como ECOSOL em 2023. Continua em atividade.

Objeto da experiência

As atividades envolvem a produção de artesanatos para a comercialização em feiras de rua e eventos, visando a inclusão social e produtiva da PSR3.

OBJETIVOS

Promover a participação social e produtiva das pessoas em situação de rua, fortalecendo vínculos e redes de apoio que auxiliem na superação de tal condição, através da produção de artesanatos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Prezando pelos princípios da economia solidária, como a autogestão, realizou-se: a inserção dos acolhidos na oficina; a aquisição dos materiais com recursos próprios, doações ou fornecimento pela SEMAS4; a produção dos artesanatos,

personalizando canetas, chaveiros, caixas de MDF 5, de segunda a sexta-feira; a comercialização em feiras e eventos em geral; assembleias com plena participação para decisões conjuntas e divisão dos recursos advindos das vendas entre os participantes, mensalmente.

RESULTADOS

Observaram-se os seguintes resultados: articulação intersetorial entre os serviços públicos; participação ativa dos usuários no processo de tomada de decisões, fortalecendo sua; desenvolvimento de capacidades e potencialidades; fortalecimento dos vínculos sociais/comunitários; redução de estigmas e preconceitos contra a PSR; geração de renda; criação de um novo empreendimento solidário composto por pessoas que superaram a situação de rua.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

Pode-se observar que as atividades da oficina de artesanato e ECOSOL se tornam um meio de promover o protagonismo das pessoas em situação de rua na condução das próprias vidas e a construção de laços de solidariedade e fortalecimento dos vínculos comunitários. A condução da atividade é feita de modo democrático, respeitando às diversidades e contribuindo para estabelecimento de conexões entre si, fortalecendo a rede de suporte social e possível construção de projetos de saída das ruas.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Observa-se que a oficina de artesanato e ECOSOL se faz fundamental no processo de superação da situação de rua, proporcionando o aprendizado de

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

atividades manuais, o desenvolvimento de vínculos, a discussão de assuntos importantes para a superação de tal condição, a visibilidade às necessidades dessa população, o desenvolvimento de laços de solidariedade entre os acolhidos e com a comunidade, promovendo a redução do preconceito contra a PSR.

Palavras-chave: Economia Solidária; artesanato; população em situação de rua.

TÍTULO: EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1263238

AUTORES: Angélica Vitória Félix

RESUMO: Apresentação/**Introdução:** A Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009) busca garantir direitos por meio de políticas públicas integradas. Apesar da saúde ser prevista constitucionalmente como direito de todos, a PSR permaneceu à margem. Diante dos determinantes sociais da saúde, é essencial assegurar acesso a lazer, educação e estratégias que aprimorem o atendimento e a cidadania.

OBJETIVO

Analisar as políticas nacionais de saúde voltadas à população em situação de rua, com ênfase em sua efetividade na garantia de direitos.

METODOLOGIA

Foram analisados relatórios técnicos, artigos científicos e publicações institucionais dos últimos anos, com base em descritores como: “população em situação de rua”, “efetividade”, “saúde pública” e “SUS”. O levantamento incluiu documentos como avaliações do programa Consultório na Rua, boletins do Ministério da Saúde e publicações relacionadas ao programa Ruas Visíveis e ao Plano Operativo da PNPSR.

RESULTADOS

Embora sejam criadas ações voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades e à melhoria das condições da PSR, persistem lacunas no acesso à saúde, educação e lazer, como estratégias intersetoriais que atendam às demandas desse grupo. A efetividade dessas ações é dificultada, muitas vezes, pela ausência de logradouro fixo e dispersão geográfica da população, o que compromete a atuação dos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, é necessário fortalecer ações que garantam direitos e promovam a inclusão social e a cidadania, assim como aprimorar a formação de profissionais nos cursos de graduação, por meio de disciplinas, rodas de conversa, seminários e da ampliação da inserção de políticas públicas, com foco na humanização do atendimento e na promoção de equidade e acessibilidade aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Inclusão Social; Direitos Humanos; Saúde Coletiva

TÍTULO: Em todo lugar, a todo momento: A morte de pessoas em situação de rua na São Paulo pandêmica

ID: 1274507

AUTORES: Caio Moraes Reis

RESUMO: Qual é a relação entre morte e o morar nas ruas, sobretudo na cidade de São Paulo durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022)? Questiona-se o que as representações socialmente vigentes sobre o risco de morte de pessoas em situação de rua nesse contexto revelam e ocultam a respeito do relativo silêncio social em torno da morte de pessoas em situação de rua nos espaços públicos urbanos brasileiros. Interrogar a relação entre morte e o morar nas ruas. Especificamente, o que as representações socialmente vigentes sobre o risco de morte de pessoas em situação de rua, entre 2020 e 2022, revelam e ocultam sobre essa relação? A partir de 48 atas do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua), 50 notícias dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, e 223 relatos etnográficos, construo analiticamente cinco tipos de “informantes”: gestores públicos, ativistas, repórteres, trabalhadores da saúde e assistência social, e pessoas em situação de rua. As manifestações verbais de tais informantes, transcritas nos documentos, expressam representações acerca do risco de morte de pessoas em situação de rua nos espaços públicos paulistanos. Tais representações apontam para contradições do vivido de suas respectivas relações com a morte de pessoas em situação de rua. Há um desencontro nas temporalidades com que os informantes tematizam o risco de morte de pessoas em situação de rua. Os conhecimentos técnico-administrativo e jornalístico associam tais mortes a

temporalidades intermitentes, ligadas a fenômenos epidemiológicos e ao ciclo anual das estações. Em contraste, o conhecimento crítico de trabalhadores da saúde e assistência social e das próprias pessoas em situação de rua aponta a indissociabilidade entre morte e o morar nas ruas; o risco de morte seria ubíquo nos espaços públicos paulistanos. Tal desencontro ajuda a compreender o silêncio social tratado: o que é vivido como onipresente é representado social e institucionalmente como intermitente. A investigação contribui metodologicamente para o debate sobre iniquidades em saúde. Outrossim, reforça a relevância da mortalidade como parâmetro para o desenvolvimento social. Os desencontros nos modos como a relação entre morte e o morar ruas é social e institucionalmente vivida evidenciam bloqueios à inclusão social de pessoas em situação de rua. A ubiquidade da morte nos espaços públicos desafia a concretização do ODS 11 da Agenda 2030.

Palavras-chave: Morte, Situação de Rua, Pandemia, Representação, Sustentabilidade Urbana

TÍTULO: ENTRE CALÇADAS E AFETOS: o cuidado que caminha junto

ID: 1262326

AUTORES: Marilene Rivany Nunes, Luana Oliveira Freitas, Leila Aparecida Ferreira, JOHN LUCAS PEREIRA RODRIGUES DE LIMA, ANA CAROLINA MAGALHÃES CAIXETA, Erica Geralda Rodrigues Leal, ANA PAULA PEREIRA, Thays Cristiny Simão Melo, Jessica Laís de Oliveira Pimenta, Silvana Fonseca Freitas

RESUMO: Período de realização: A Equipe de Consultório na Rua (eCR) iniciou o cuidado a Pessoa em Situação de Rua (PSR), em maio de 2024, em Patos de Minas - MG. Objeto da experiência: Relatar a experiência de acolhimento da eCR, evidenciando estratégias de cuidado integral, fortalecimento do vínculo, e promoção de acesso aos serviços de saúde a PSR.

OBJETIVO

Implantar e qualificar o processo de trabalho da eCR; desenvolver o acolhimento, cuidado humanizado e criar e ampliar o vínculo afetivo com a PSR e realizar o diagnóstico do perfil demográfico e clínico da PSR. Descrição da experiência: A eCR evidenciou práticas que fortaleceram o acesso e a humanização do cuidado a PRS. A eCR é composta por enfermeiro, psicólogo, assistente social e técnico de enfermagem, que percorrer 6 pontos de concentração da PSR, com o uso da Van. Além acolher e ofertar atendimento clínico e ações de educação em saúde. As visitas regulares e o registro no e-SUS AB possibilitaram elencar o perfil da PSR, além, de auxiliar na superação dos obstáculos da criação do vínculo afetivo nas calçadas da vida. **Resultados:** Foi implantando uma agenda

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

de visita regulares nos pontos de concentração da PSR. O perfil diagnóstico de 247 PSR, 202 homens (73,7%) e 45 mulheres (26,3%), na faixa etária de 18 a 72 anos, a maioria entre 30 a 49 anos (163/ 65,99%), 192 relatam ser heterossexual, 9 bissexual, 5 homossexual e 2 transexual. Percebe-se que todos apresentaram condições de higiene insatisfatória, perda de vínculo familiar e baixo acesso aos serviços de saúde. Aprendizado e análise crítica: A presença constante da eCR no território, nas calçadas, favoreceu o vínculo e adesão ao atendimentos e ações. A abordagem respeitosa da eCR propiciou a criação de vínculos afetivos. A alta rotatividade e desconfiança inicial da PSR exigiram persistência, postura empática para garantir o cuidado. AVan propiciou o atendimento individualizado no local, bem como a identificação de demandas de saúde física, mental, social. Foram realizada Roda de conversa sobre prevenção de ISTs, saúde mental, direitos sociais, ofertado auriculoterapia, teste rápido para ISTs e atendimento odontológico.

CONCLUSÕES

Observou-se aumento da adesão aos tratamentos, ampliação do vínculo e maior procura espontânea da PSR a eCR. Recomenda-se manter a presença contínua da eCR nas calçadas, investir na formação da equipe e garantir recursos adequado das ações. As lições apreendidas: a presença contínua da eCR nas calçadas é fundamental para criar vínculo afetivo e superar a resistência do não querer se cuidar, e que o cuidado só é efetivo mediante a criação dos afetos.

Palavras-chave: Acolhimento e acesso, pessoa em situação de rua, promoção de saúde, vínculo afetivo, vulnerabilidade social.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: ENTRE O MEDO E O CUIDADO: VÍNCULO E VULNERABILIDADE NA GESTAÇÃO NA RUA

ID: 1236706

AUTORES: SARA ADRIANI DA SILVA VIANA

RESUMO: O cuidado integral em situação de rua exige persistência, ética e sensibilidade. É a partir dessa premissa que criei, dentro do Consultório na Rua de Volta Redonda, o projeto “Invisíveis: Saúde e Resistência”, voltado para ampliar o acesso à saúde de mulheres em situação de rua.

Nesse contexto, acompanhei uma adolescente negra, grávida, que usava substâncias e vivia sob forte controle e violência do parceiro. O acesso a ela era muito difícil, porque o parceiro não a deixava sair ou buscar ajuda. A porta de entrada foi uma oferta para realizar o exame preventivo, e com muita insistência consegui que ela fosse à Unidade Básica de Saúde, onde descobri que ela estava grávida.

Mesmo com medo do Conselho Tutelar e resistindo ao cuidado formal, consegui estabelecer um vínculo que permitiu garantir quatro atendimentos entre UBS, policlínica e hospital. Durante o acompanhamento, descobri que a morte fetal aconteceu devido a uma agressão física do parceiro — só conseguimos confirmar isso porque insisti para que ela fizesse a ultrassonografia que já estava agendada.

Essa experiência mostrou para mim que cuidar não é só fazer procedimentos:

é estar presente, escutar, respeitar o tempo e a dor da pessoa. O vínculo, mesmo que frágil, virou um instrumento de cuidado e resistência para essa adolescente.

O projeto “Invisíveis” é minha resposta para enfrentar as desigualdades que essas mulheres vivem todos os dias. O caminho é difícil, cheio de desafios, mas a persistência e o compromisso com a dignidade são o que mantém o cuidado vivo.

Palavras-chave: Adolescência; População em situação de rua; Gravidez; Saúde integral; Direitos humanos

TÍTULO: ENTRE RUAS E VÍNCULOS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE UMA GESTANTE EM SITUAÇÃO DE RUA QUE RECONSTRUIU SUA TRAJETÓRIA ATRAVÉS DO CUIDADO EM SAÚDE.

ID: 1281757

AUTORES: Bárbara Brilhante

RESUMO: Objeto da experiência:

Acompanhamento psicológico a uma gestante em situação de rua, no Consultório na Rua, articulado à rede de saúde.

OBJETIVOS

Refletir sobre a prática psicológica no cuidado integral de uma gestante em situação de rua, evidenciando a potência da escuta e do trabalho em rede como estratégias de promoção de saúde, autonomia e reconstrução de vínculos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência ocorreu no Consultório na Rua, no Rio de Janeiro, junto a uma gestante em situação de rua. O processo envolveu acolhimento psicológico, escuta empática e o pré-natal. A construção de vínculo e articulação com outros serviços de saúde, assistência social, MP, INSS e agência bancária, foi o que garantiu acesso a direitos e suporte integral, ampliando as possibilidades de cuidado.

RESULTADOS

A gestante fortaleceu sua autonomia, retomou o benefício social interrompido por violação de direitos da irmã curadora, manteve o acompanhamento em saúde, alugou uma casa e construiu rede de apoio. O vínculo terapêutico consolidou mudanças subjetivas e práticas, impactando positivamente sua trajetória e a relação com o bebê e o companheiro. O trabalho intersetorial e multiprofissional foi imprescindível, superando barreiras de acesso e garantindo direitos.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A experiência evidenciou os desafios do exercício da psicologia na equipe do Consultório na Rua, em contextos de vulnerabilidade extrema, exigindo ética, sensibilidade e criatividade. O vínculo autêntico promoveu mudanças significativas, ao mesmo tempo em que revelou fragilidades institucionais e burocracias que dificultam a garantia de direitos, ressaltando a importância do trabalho em rede para um cuidado efetivo e integral.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O caso reafirma a relevância da psicologia no Consultório na Rua como dispositivo de cuidado integral. Recomenda-se fortalecer políticas públicas que assegurem acolhimento humanizado, intersectorialidade e continuidade do cuidado, especialmente para gestantes em situação de rua. O profissional deve romper barreiras institucionais e burocráticas, dentro do Código de Ética, agindo com criatividade, sensibilidade, escuta qualificada e valorização da potência do sujeito.

Palavras-chave: Gestante em situação de rua, psicologia, cuidado integral, vínculo terapêutico, trabalho em rede, autonomia, garantia de direitos.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: EQUIPE ITINERANTE DE SAÚDE MENTAL: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O CUIDADO COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM TRANSTORNO MENTAL GRAVE EM SALVADOR-BA.

ID: 1277068

AUTORES: Fernando Meira de Britto Oliveira, Katarina de Lima Fernandes, Aline Vilas Boas França dos Santos

RESUMO: Período de realização: Esse relato apresenta as ações desenvolvidas entre outubro de 2023 até julho de 2025.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

A Equipe Itinerante de Saúde Mental (EISM) desenvolve ações de cuidado para pessoas em situação de rua (PSR) com transtorno mental grave (TMG).

OBJETIVOS

O objetivo deste relato é apresentar como a EISM vem ofertando cuidado às pessoas em situação de rua com transtorno mental grave em Salvador-BA, tendo como principais estratégias a Intensificação de Cuidados (IC) e a Redução de Danos (RD), em especial para aquelas que estão nas ruas.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A atuação da EISM consiste em ser uma ponte para aproximar esse público da RAPS. Para isso, realizamos visitas semanais nos territórios, na perspectiva da IC e RD, atenção à crise, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Promovemos apoio e matriciamento dos dispositivos da Rede para a construção de PTS em casos complexos; realizamos articulação intersetorial entre saúde, assistência social, moradia e justiça, assim como participamos de espaços de educação permanente em saúde.

RESULTADOS

Realizamos atendimentos às PSR, articulações de rede com dispositivos da saúde, assistência social, campo do direito e ONGs, promovendo maior integração dessas redes. Elaboramos planilha no excel elencando os procedimentos realizados. De janeiro de 24 a julho de 25 foram realizados 2227 procedimentos, sendo articulação com CAPS e Assistência Social e discussão de casos os mais registrados. Observamos que a EISM foi capaz de desenvolver ações interseccionais, favorecendo o cuidado integral da PSR.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

É notória a presença negra entre as PSR com TMG, herança escravocrata. Na esteira do racismo estrutural, temos CAPS sobrecarregados, e a (in)disponibilidade de carro sustenta o afastamento do território. Dificuldades no manejo de AD e à crise aprofundam esse afastamento. A articulação entre dispositivos de cuidado forma rede de apoio com alto potencial garantidor de direitos. O encontro genuíno entre trabalhadores e “loucos de rua” tem no SUS vias para superar opressões manicoloniais.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Experiências como a EISM podem ser reproduzidas com incentivo para construção de mini equipes vinculadas aos CAPS, sendo imprescindível a garantia do carro. Estruturar a RAPS ampliando os CAPS, com estímulo à formação de supervisores, fortalecimento da RD, aprimoramento da IC, implementação efetiva dos CECO's é fundamental para formação de redes de apoio. Moradia primeiro com suporte específico para TMG é estratégia potente para sair da rua.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua, Transtorno Mental Grave, Redes de apoio.

TÍTULO: Espaço de convivência: lugar onde o direito encontra o cuidado

ID: 1282364

AUTORES: Priscila Marques Niza de Oliveira, Elivanda Canuto, Thaís Andrade do Nascimento, Lilian Leonel, Paulo Ricardo Santos, Michael Santana, Maria Eduarda Gomes Carvalho, Rodrigo Pereira do Nascimento

RESUMO: Descrição da experiência

O Espaço Normal é o primeiro local de referência em redução de danos em favelas no Brasil. Surgiu, em 2018, após ações na cena de uso na Maré, atuando como espaço de convivência e cuidado. Oferece espaço para higiene pessoal, alimentação, atendimento psicossocial e acompanhamento em saúde, sem impor abstinência, valorizando vínculos, autonomia e articulação com redes públicas para garantir direitos a cerca de 130 pessoas por dia.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

O Espaço Normal é um espaço de convivência que utiliza o vínculo, a redução de danos e a coletividade para contribuir na reorganização da vida de pessoas em situação de rua.

OBJETIVOS

A convivência do Espaço Normal tem como objetivo fortalecer vínculos entre os frequentadores, equipe e as redes de apoio, estimulando autonomia e o acesso

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



a direitos por meio de práticas coletivas e participativas, que podem envolver novos sujeitos, familiares e serviços públicos.

RESULTADOS

O Espaço Normal promove rotinas, vínculos, autoestima e autonomia. Muitos frequentadores não acessavam serviços públicos ou faziam de forma precária. Com os vínculos e articulações criadas, o acesso melhorou, muitas vezes com apoio entre usuários. O espaço reduz danos com espaços para descanso, alimentação, oficinas, escuta, leitura e acesso a direitos, favorecendo a reorganização da vida por meio da convivência e do cuidado.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

Aprendemos que conviver é mais que estar junto, é cuidar do outro em suas diferenças, no dia a dia, fortalecendo sonhos e existências. Entretanto, a falta de reconhecimento da redução de danos como política pública e dos redutores como profissionais, impõe limites e dificulta a ampliação do cuidado, fortalecendo o estigma nos serviços públicos e fragilizando o cuidado de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Recomendamos a criação de novos espaços de convivência como política pública, articulando a saúde, assistência, educação e cultura, pois a intersetorialidade garante cuidado integral a quem está em extrema situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: convivência, redução de danos, protagonismo

TÍTULO: ESSA CARTA É PRA VOCÊ”: (DES)HUMANIZAÇÃO E ALTERIDADE NA RELAÇÃO COM A SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO

ID: 1281819

AUTORES: Larissa Montel, Ricardo Lopes Correia

RESUMO: A situação de rua é um fenômeno estrutural, multifatorial e heterogêneo. Para soluções concretas, além do planejamento intersetorial focado nas múltiplas vulnerabilizações que vivem, é necessário olhar para representações sociais sobre esse grupo. Os estereótipos misturam categorias de uso de drogas, criminoso em potencial e situação de rua, invisibilizando e desumanizando quem está nesta situação.

Compreender discursos, representações e práticas sobre pessoas em situação de rua no cotidiano da cidade, a partir da voz dos mesmos, em cartas escritas para os moradores e representantes públicos do Rio de Janeiro.

A pesquisa é qualitativa e documental, se baseia na elaboração de cartas em rodas de conversa entre a pop rua e os residentes do entorno, organizadas pelo Projeto RUAS nos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, nos meses de maio e agosto de 2019. As cartas buscam responder duas perguntas distintas: “o que você diria aos moradores daqui se eles parassem para ouvir?” e “qual a sua opinião sobre internação compulsória?”, pois o então prefeito tentou sancionar um decreto de internação compulsória na época, após um acontecimento trágico na cidade. O procedimento é pela análise de conteúdo das cartas, refletindo sobre como se relacionam com as percepções do poder público e da sociedade civil.

O tema recorrente das cartas é a humanidade. Quando são dirigidas ao poder público, falam sobre ser humano como sujeito de direitos. “Nós temos nossos direitos humanos de ir e vir”. Já com os moradores do entorno, reforçam que também são gente. “Por favor pare de nos ver como bichos, pois somos todos iguais”. Muitos utilizam a carta como testemunho de vida, mostrando uma trajetória de perdas e faltas para chegar até ali, e da importância de oportunidades para superar a situação de rua. Pedem por oportunidades de trabalho, melhores condições dos abrigos, o fim da violência nas ruas, sempre reforçando que quem está ali nas calçadas é um ser humano, que merece e precisa ser tratado como tal.

Nas cartas a principal demanda colocada é pelo direito de existir enquanto ser humano. Isto parte da percepção que tanto as políticas adotadas historicamente quanto as representações sociais construídas em torno da população em situação de rua refletem uma desumanização do sujeito. Se essa humanidade compartilhada não for resgatada, as possibilidades de superação da situação de rua se tornam limitadas a políticas assistencialistas e insuficientes.

Palavras-chave: humanidade; cartas; situação de rua

TÍTULO: Extensão Universitária e Promoção de Saúde Bucal: Caminhos para a Inclusão da População em Situação de Rua

ID: 1283150

AUTORES: NAJARA BARBOSA DA ROCHA, João Gabriel Nascimento Silva, GUSTAVO HENRIQUE SOUZA CORDEIRO, Samuel César Fagundes Rocha, Assir Gabriel de Sá Guimarães, Grazielle Bárbara Dos Santos, PAULO HENRIQUE CORREIA LIMA, GUSTAVO CORREIA BASTO DA SILVA, Andreia Maria Araújo Drummond, ROSANA LEAL DO PRADO

RESUMO: Período de realização: Março de 2024 a Julho de 2025.

OBJETIVO DA EXPERIÊNCIA

Desenvolver ações para a atenção à saúde bucal e sua melhoria, garantindo seu direito à Saúde bucal, aperfeiçoamento da assistência e promoção de saúde para a População em Situação de Rua (PSR).

OBJETIVO

Mostrar a relevância das ações do projeto para melhora da saúde bucal e qualidade de vida da PSR, por meio de atendimentos clínicos e ações de educação em saúde. Além de sua importância para uma formação interprofissional dos participantes e contribuição com a literatura científica. Descrição da experiência: O projeto atua com ações educativas de promoção de saúde, baseada na educação popular nos Centros de Referência da PSR (Centro POP) e parceiros

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

e atenção odontológica à PSR no Centro POP Lagoinha de menor complexidade e Faculdade de Odontologia de maior complexidade. Também avaliamos o perfil e qualidade de vida da PSR. Paralelamente, há oferta de disciplina com interface na extensão Educação Interprofissional para o Cuidado à saúde da PSR, que promove ações educativas interprofissionais.

RESULTADOS

A atenção odontológica foi realizada por estudantes, monitores, pós-graduados e docentes, com foco em procedimentos clínicos e ações educativas. Após a conquista de financiamento, houve aumento na oferta de procedimentos. As atividades incluíram levantamento de necessidades, distribuição de kits, rodas de conversa e produção científica, com apresentação em congressos e elaboração de manual, evidenciando sua relevância extensionista articulada ao ensino e à pesquisa. Além da oferta da disciplina interprofissional. Aprendizado e análise crítica: O trabalho com PSR apresenta desafios, sobretudo por se tratar de um grupo em condição de extrema vulnerabilidade. A construção de vínculos e atendimento humanizado são fundamentais para estabelecer confiança. A imprevisibilidade que marca o cotidiano dessas pessoas dificulta a continuidade dos tratamentos e escassez de recursos limita a ampliação dos atendimentos. Nesse contexto, o guia torna-se uma ferramenta essencial, auxiliando na tomada de decisões e compreensão de suas especificidades. **CONCLUSÃO** e/ou recomendações: Iniciativas como as desenvolvidas neste projeto são fundamentais para assegurar o direito à saúde bucal, promovendo recuperação da dignidade e fortalecimento da autoestima. Maior investimento financeiro é necessário, a fim de ampliar o cuidado. Embora a demanda por serviços ainda

seja elevada, o projeto já proporcionou um aumento expressivo no número de pessoas atendidas, contribuindo diretamente para melhoria da qualidade de vida desse público.

Palavras-chave: Pessoas mal alojadas, saúde bucal, assistência odontológica

TÍTULO: FATORES ASSOCIADOS À NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

ID: 1279838

AUTORES: Thiago Gomes Gontijo, Beatriz Do Carmo Veloso De Oliveira, Giovanna Martins e Soares, Bárbara Siqueira Campos Silva, Regina Tomie Ivata Bernal, Nádia Machado de Vasconcelos, Giselle Lima de Freitas, Deborah Carvalho Malta

RESUMO: INTRODUÇÃO: O aumento da população em situação de rua tem revelado graves desigualdades sociais no Brasil, com impactos na saúde e no bem-estar. Essa população enfrenta múltiplas formas de violência, como agressões físicas e psicológicas, estigma social, abordagens abusivas, negligência nos serviços e ausência de políticas públicas efetivas. **OBJETIVO:** Analisar as notificações das violências praticadas contra a pessoas em situação de rua e a associação entre as características da vítima, da agressão e dos agressores da violência. **Métodos:** Trata-se de uma análise exploratória das notificações de violências contra pessoas em situação de rua no Brasil, no período de 2015 a 2022, com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foi realizada a análise da série histórica por Unidades da Federação e, posteriormente, uma análise bivariada entre características demográficas e da violência, segundo o sexo. **Resultados:** Observou-se tendência de aumento anual das notificações de violência contra pessoas em situação de rua no período, com queda em 2020 e retomada em 2021. A violência física foi a mais comum, com predominância de vítimas negras. A análise de correspondência indicou asso-

ciação entre intervenção legal, uso de arma de fogo e agressão por policiais. Entre homens negros, destacou-se a violência física com objeto contundente, por agressores desconhecidos, em bares. Entre mulheres brancas, houve predominância de violência psicológica/moral, recorrente, por ameaça ou força corporal, com agressores conhecidos, parceiros íntimos ou familiares, em residência. **Conclusões:** A violência contra a população em situação de rua envolve distintos perfis, como mulheres agredidas por parceiros íntimos e homens negros vítimas de policiais e desconhecidos. Tais padrões revelam a urgência de políticas públicas sensíveis às múltiplas vulnerabilidades, diante de um contexto de extrema exclusão e negação de direitos fundamentais como moradia e dignidade.

Palavras-chave: Violência. Exposição à violência. Vulnerabilidade social. Fatores socioeconômicos. Pessoas mal-alojadas

TÍTULO: FÓRUM DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO LEOPOLDO: TECNOLOGIA SOCIAL DE MOBILIZAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS CONDUZIDA PELO CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE

ID: 1281564

AUTORES: Jean Carlo Pereira Cardoso

RESUMO: O presente trabalho apresenta a experiência do Fórum Municipal das Pessoas em Situação de Rua de São Leopoldo/RS, desenvolvida entre 2022 e 2025, com continuidade das ações de mobilização, participação social e incidência política. O Fórum tem como objetivo consolidar-se como espaço legítimo de representação da população em situação de rua, fortalecendo sua autonomia, voz e participação social, articulando demandas da rua com políticas públicas locais e nacionais, ampliando a cidadania e enfrentando a exclusão social e institucional.

Originado a partir do programa RuAção, do Círculo Operário Leopoldense, o Fórum reuniu pessoas em situação de rua, rede socioassistencial e coletivos autônomos. Por meio de assembleias e rodas de conversa, promoveu o fortalecimento de lideranças sociais e se consolidou como espaço democrático. Sua metodologia rompeu práticas assistencialistas, transformando vivências da rua em agendas de cidadania e incidência política.

Entre os resultados alcançados, destacam-se a conquista do protagonismo da população em situação de rua, com assentos em conselhos e conferências, a articulação para a criação do CIAMP-Rua e a defesa de serviços como o Centro POP e o Consultório na Rua. O Fórum também promoveu atos no Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, influenciou políticas sociais e tornou-se referência replicável, inspirando a adoção de metodologias semelhantes em outros municípios.

O processo evidenciou que a mobilização só se sustenta quando há protagonismo real da população de rua, cabendo ao Círculo Operário Leopoldense o papel de articulador, e não de substituto. Entre os principais desafios, estão a sustentabilidade técnica e financeira, o combate à invisibilidade e a adequação da linguagem para o diálogo direto com a rua. Ainda assim, o Fórum consolidou-se como tecnologia social replicável, fortalecida pela institucionalização via CIAMP-Rua.

Conclui-se que a experiência do Fórum de São Leopoldo evidencia que a rua pode ser espaço de cidadania, resistência e formulação de políticas. Recomenda-se estimular a criação de fóruns em outros municípios, garantir suporte financeiro e técnico, consolidar o CIAMP-Rua e preservar o protagonismo das pessoas em situação de rua. Dessa forma, comprova-se que a participação social gera transformação e efetivação de direitos.

Palavras-chave: Fórum Municipal das Pessoas em Situação de Rua de São Leopoldo; Círculo Operário Leopoldense; Mobilização Social; População em Situação de Rua



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: FÓRUM MATERNIDADE, DROGAS E CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE CUIDADO INTRA E INTERSETORIAL.

ID: 1282430

AUTORES: gizelly ilha candido

RESUMO: O Fórum maternidade, drogas e convivência familiar iniciou suas atividades em 2013 e se mantém em atividade até a submissão deste relato de experiência. O Fórum é um espaço multiprofissional e intersetorial em que são realizadas trocas e articulações, têm como objetivo a garantia aos direitos das mães e bebês, preservando assim a convivência com as famílias, sendo nucleares e/ou extensas.

As reuniões do Fórum se iniciam quando relatos de mulheres em situação de rua da região do central do Rio de Janeiro, usuárias de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, tiveram encaminhadas suas crianças para as unidades de acolhimento institucional no momento pós-parto ainda na maternidade que relatassem uso de substâncias psicoativas ilícitas e que estivessem sem documentação civil.

No primeiro momento, foi possível discutir sobre o uso de substâncias e a maternagem com as diferentes instituições da saúde, Assistência social, Justiça, possibilitando trocas de experiências, compartilhamento de perspectivas de cuidado com as equipes das unidades de cuidado e proteção.

Ao final do primeiro ano foi apresentado uma Minuta do Protocolo para atenção em rede na área programática de referência da região central do Rio de Janeiro (A.P 1.0), elaborada pelo grupo de trabalho formado por unidades da rede de serviços da área. O GT teve início em Julho de 2014 e encerrou seus trabalhos com a conclusão da Minuta do Protocolo na reunião ocorrida em abril de 2015. No final de abril a Minuta foi apresentada em reunião de gestores, convocada pelo Ministério Público e Promotoria da Infância e desdobrando em encaminhamentos referente a política de Saúde e Assistência Social no nível gestor.

Além da região central, foi possível a articulação de serviços e organização de fluxos de cuidado para as mulheres vulnerabilizadas em outras áreas da cidade do Rio de Janeiro mesmo que com outros percursos. O referido relato de experiência é fruto da coleta de dados da observação e participação do Fórum enquanto profissional da rede de saúde. Além do levantamento dos registros de diário de campo.

Palavras-chave: Palavra-chave: justiça reprodutiva, serviços públicos, drogas, mulheres usuárias de drogas

TÍTULO: GRUPO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL: POTENCIALIZANDO O DIÁLOGO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORMOSA-GO

ID: 1270586

AUTORES: Joyce Karen Rocha Alves Lima, laís brito moraes da silva

RESUMO: Objeto da experiência

Criação de um grupo de participação popular para pessoas em situação de rua no Centro Pop e Casa de Passagem de Formosa-GO.

OBJETIVOS

Garantir protagonismo da população em situação de rua nas decisões do Centro Pop; promover formação crítica baseada em Paulo Freire; ampliar a articulação com o MNPR; fortalecer vínculos com gestão pública e conselhos; consolidar práticas de controle social democrático e emancipatório.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Com horizonte na preparação para a 10ª Conferência Municipal de Assistência Social do município de Formosa, a experiência ocorreu em 8 encontros no Centro Pop de Formosa-GO. A experiência nasce da urgência de enfrentar a exclusão e invisibilidade da população em situação de rua. No Centro Pop de Formosa-GO, foram realizados encontros e oficinas de base com metodologias da educação popular, rodas de conversa e participação do MNPR. Inspirado

em Paulo Freire, buscou-se fortalecer consciência crítica, identidade coletiva e capacidade de intervenção social.

RESULTADOS

O grupo gerou engajamento dos usuários, que apresentaram propostas concretas para conferências, como cursos profissionalizantes, mapeamento da população de rua e criação de canal de ouvidoria, debatendo direitos, políticas públicas e estratégias de organização coletiva. Houve fortalecimento dos vínculos comunitários e da capacidade organizativa dos usuários. O diálogo com movimentos sociais ampliou o repertório crítico e fortaleceu a articulação com redes locais e nacionais.

Aprendizado e análise crítica

A experiência evidenciou que a organização coletiva rompe a lógica da invisibilidade. Mostrou a importância da formação política e da horizontalidade para romper barreiras de invisibilidade. Mostrou que, apesar de tensões entre técnicos e usuários, a condução horizontal possibilita protagonismo real. Inspirada em Freire e no MNPR, revelou que educação popular, afeto político e solidariedade são práticas fundamentais para democratizar políticas públicas.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Este trabalho mostrou-se uma estratégia potente de construção democrática junto à população em situação de rua. Mais que encontros, foi espaço de convivência, cultura e valorização das vozes do trecho. Recomenda-se sua continuidade, o fortalecimento com movimentos sociais e a criação de um fórum

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

permanente. A experiência inspira outros serviços a assumirem a participação popular como prática cotidiana.

Palavras-chave: participação popular, pessoa em situação de rua, educação popular

TÍTULO: Guia do Programa Habitação Primeiro: trajetória, práticas, resultados e desafios

ID: 1281127

AUTORES: Agatha França

RESUMO: Este Guia foi produzido em 2025, com base na recolha de informações sobre o programa Habitação Primeiro. O guia apresenta a trajetória e as práticas do Projeto Ruas na implementação da metodologia Housing First. Tem o objetivo de compartilhar a experiência do Habitação Primeiro de forma prática e objetiva, apoiando outras iniciativas e contribuindo para a construção de políticas públicas.

O Habitação Primeiro, fundado pela ONG Projeto Ruas em 2017, acompanha quatro participantes com histórico de situação crônica de rua. Baseia-se em oito princípios, entre eles a moradia como prioridade, o respeito à autonomia, a atuação em rede e a integração comunitária. Além da moradia, são custeadas despesas básicas, como alimentação e transporte, com apoio de equipe multidisciplinar para o acesso à saúde, à cidadania e à participação social.

O programa apresenta resultados consistentes, em linha com outras iniciativas baseadas na mesma metodologia. Atualmente, registra 100% de retenção da moradia, pois os atendidos permanecem na residência após dois anos. Além disso, promove avanços em escolaridade, formação profissional, acesso a direitos, cuidados de saúde e integração comunitária.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



A experiência do Habitação Primeiro funciona como um laboratório de políticas públicas, mostrando na prática a eficácia do modelo para superar a situação de rua, inclusive em casos complexos. O trabalho em rede, o acompanhamento próximo e o respeito à autonomia garantem resultados positivos, embora persistam desafios, como a limitação de recursos de uma ONG, a falta de avaliações longitudinais e de políticas integradas para a população em situação de rua.

O guia informativo do Programa Habitação Primeiro apresenta sua origem, trajetória e resultados, complementando de forma prática o Guia Nacional de Moradia Primeiro do Governo Federal. Apesar de suas limitações, o programa se consolidou como iniciativa consistente no Rio de Janeiro, reforçando a importância da aplicação do modelo Housing First como política pública integrada às áreas de habitação, assistência social e saúde.

Palavras-chave: Habitação Primeiro; Housing First; população em situação de rua; políticas públicas; inclusão social.

TÍTULO: Inovação e Inclusão: A utilização do Trailer Adaptado para Pessoas em Situação de Rua

ID: 1277397

AUTORES: Karym Rachel, ALINE TOPOROWICZ

RESUMO: TÍTULO: Inovação e Inclusão: A utilização do Trailer Adaptado para Pessoas em Situação de Rua

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Desde o mês de março de 2024 até a presente data sendo a ação todos os sábados do ano.

Objeto da experiência: O trailer é uma unidade projetada para fornecer banho quente, higiene pessoal e outros serviços de apoio, como roupas limpas e produtos de higiene.

OBJETIVOS

- Promover dignidade e bem-estar às pessoas em situação de rua, por meio do acesso a condições básicas de higiene;
- Garantir acesso à higiene pessoal;
- Reduzir riscos à saúde;
- Fortalecer a autoestima e o autocuidado;

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

- Ampliar o acesso a direitos
- Oferecer um espaço de acolhida temporária,

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O serviço consiste na disponibilização de um trailer adaptado, equipado com chuveiros, pias e estrutura de higienização, garantindo acesso gratuito a condições básicas de higiene pessoal. Além do banho, a iniciativa é acompanhada pela oferta de kits de higiene pessoal (sabonete, shampoo, creme dental, escova de dentes), reforçando o incentivo ao autocuidado. Em muitos casos, também são disponibilizados serviços complementares, como corte de cabelo, troca de roupas e orientações socioassistenciais.

RESULTADOS

- Acesso ampliado à higiene pessoal
- Fortalecimento da autoestima e dignidade
- Criação de vínculos com os serviços socioassistenciais
- Prevenção e promoção da saúde
- Integração comunitária e sensibilização social

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O projeto representa uma inovação significativa na busca por soluções eficazes

e humanizadas nas questões que permeiam a PSR, ao oferecer serviços básicos de higiene de forma móvel e acessível, além de promover a dignidade e o bem-estar dos usuários. A continuidade e expansão desses projetos, são essenciais para enfrentar os desafios e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos mais vulneráveis da nossa sociedade.

Palavras-chave: BANHO SOLIDÁRIO



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RECOMEÇO E DO CENTRO INTEGRADO EM NITERÓI-RJ

ID: 1281129

AUTORES: Elton Teixeira Rosa da Silva, Caio Cezar Peixoto de Rezende, Maria Julia Dias Rodrigues

RESUMO: INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RECOMEÇO E DO CENTRO INTEGRADO EM NITERÓI-RJ

Período de realização: De 2024 até o momento (implantação do Centro Integrado em agosto de 2025).

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Implantação do Programa Recomeço e do Centro Integrado para cuidado integral da população em situação de rua em Niterói.

OBJETIVOS

Promover cuidado integral e intersetorial à população em situação de rua, integrando assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e cultura, com gestão pública inovadora e participação social, assegurando direitos e fortale-

cendo políticas inclusivas em Niterói.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Programa Recomeço (2025–2028) estrutura a política municipal para população em situação de rua em Niterói. Seu principal eixo, Atendimento Humanizado, concretiza-se no Centro Integrado, que reúne cerca de 50 serviços: alimentação, lavanderia, banheiros, saúde, apoio psicossocial, EJA, CIPOP, cursos e oficinas culturais. Com base na PNPSR (2009) e na ADPF 976/2025, adota abordagem intersetorial e sistema informacional para monitoramento dos planos individualizados de cada usuário.

RESULTADOS

O Centro Integrado, inaugurado em 26 de agosto de 2025, registrou em apenas três dias mais de 500 atendimentos à população em situação de rua, ampliando o acesso à saúde, formalizando fluxos de encaminhamento e assegurando a emissão de documentos. A atuação intersetorial, envolvendo equipes multiprofissionais de diversas Secretarias e do Tribunal de Justiça, potencializou a resolutividade, fortaleceu a rede de proteção e consolidou referência inovadora com potencial de replicabilidade.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A experiência demonstra que integrar serviços em um mesmo equipamento aumenta a efetividade das políticas, garante de forma mais otimizada o acesso a direitos, mas traz desafios de gestão, financiamento e mudança cultural das equipes. A intersetorialidade exige pactuações constantes e formação conti-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

nuada. O aprendizado central foi que o cuidado integral só se sustenta com governança, compromisso político e participação social ativa.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O Programa Recomeço e o Centro Integrado mostram que é possível avançar no cuidado integral à população em situação de rua. Recomenda-se ampliar investimentos, consolidar a intersectorialidade e fortalecer a participação da sociedade civil. A experiência pode inspirar outros municípios a construir políticas públicas mais humanas, efetivas e sustentáveis.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Políticas Públicas, Intersectorialidade, Cuidado Integral

TÍTULO: INTERFACES INTERSETORIAIS ENTRE SUS E SUAS NA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE NA UAIFA I

ID: 1280464

AUTORES: Giany Da Conceição Costa, Akemy Albuquerque, Kelly Santos, João Paulo Ribeiro, MARIA CRISTINA SILVA LUCIANO

RESUMO: A UAIFA I, Casa de Passagem vinculada à Proteção Social Especial de Alta Complexidade da SAS/CG, atende pessoas em situação de rua e vulnerabilidade. A prática “Caminhos de Dignidade” surgiu da escuta qualificada dos usuários, que relataram dificuldades em acessar o mercado de trabalho por falta de formação. Em parceria com o SENAC, CAPS AD na UAIFA I ofertou cursos profissionalizantes (Logística, Limpeza e Operador de Caixa) nas dependências da unidade, facilitando o acesso. A metodologia incluiu levantamento de demandas, escuta ativa, mapeamento de habilidades e divulgação acessível dos cursos. Promover cuidados em interface com a rede de: qualificação profissional, cuidados em saúde mental, e empregabilidade estruturada e acessível na UAIFA I, fortalecendo autonomia, superação da situação de rua, inserção social e produtiva, dignidade, protagonismo e empregabilidade, com desenvolvimento de competências e acesso ampliado a redes de inclusão.

Dos 34 usuários que iniciaram cursos de logística, limpeza e operador de caixa, todos concluíram e foram certificados pelo SENAC. Após a formação, conseguiram inserção formal no mercado nas áreas de qualificação. Relataram ainda ganhos em autoestima, autoconfiança e valorização pessoal, aspectos es-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

senciais para superar a situação de rua e alinhados à literatura sobre inclusão produtiva.

A prática demonstrou resultados concretos e promissores, evidenciando que ações estruturadas de qualificação profissional, quando acessíveis e humanizadas, são eficazes para ampliar a autonomia, fortalecer a autoestima e promover a inclusão produtiva dos usuários. No entanto, desafios como a ausência de documentação civil, o uso abusivo de substâncias psicoativas e o sentimento de desvalorização pessoal persistem, comprometendo a adesão e o engajamento pleno da população em situação de rua.

A qualificação profissional na UAIFA I ampliou a empregabilidade e as chances de superar a situação de rua, reforçando o papel da assistência social. O ambulatório fixo integra SUS e SUAS, oferecendo cuidado integral com equipes multiprofissionais. Entre maio/24 e jul/25, o CAPS AD registrou melhora na adesão aos atendimentos, reflexo de ações intersetoriais e acolhimento na rede psicossocial.

Palavras-chave: UAIFA I, Pessoas em situação de rua, Intersetorialidade

TÍTULO: INTERSETORIALIDADE, VIVÊNCIAS E INTERVENÇÕES: UMA EXPERIÊNCIA DOS EXTENSIONISTAS DA PUC MINAS BETIM COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO

ID: 1283343

AUTORES: karoline vilete,Leonarda Alícia Ferreira Caminhas,Natália Priscila Mota De Abreu,Jacqueline Do Carmo Reis

RESUMO: Período de realização: Início em março de 2025, encerramento em 22/12/2025 e previsão de continuidade no ano de 2026. Objeto da experiência: Ações de extensão universitária em parceria com o Consultório na Rua e o Centro POP, para ampliar o acesso à saúde da população em situação de rua.

OBJETIVOS

Realizar um diagnóstico situacional para conhecer o perfil e as condições da população de rua em Betim e promover ações de sensibilização nas UBS's, com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso, fomentando a equidade nos serviços de saúde. Planejar ações intersetoriais a partir do diagnóstico. Descrição da experiência: O projeto de extensão da PUC Betim, em parceria com o Consultório na Rua e o Centro POP, inicialmente atua em duas frentes: diagnóstico situacional e sensibilização das equipes de saúde da Atenção Primária. Os extensionistas participaram de ações para observar a rotina e as demandas deste público. Essa imersão proporcionou a base para a construção de um instrumento de pesquisa para o diagnóstico e o planejamento das oficinas de sensibilização dos profissionais da Atenção Primária à Saúde.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



RESULTADOS

A vivência permitiu uma imersão dos extensionistas nas rotinas do serviço de assistência social e do consultório de rua, favorecendo uma compreensão das necessidades e desafios enfrentados pela população de rua. A participação ativa em eventos com essas pessoas reforçou o vínculo e a confiança. A observação direta dos atendimentos e das demandas possibilitou a construção do instrumento de diagnóstico e o planejamento da sensibilização, que serão realizados entre setembro e dezembro de 2025. Aprendizado e análise crítica: Evidenciou-se a relevância da presença e escuta ativa dos extensionistas para construir vínculos de confiança, reduzir preconceitos e barreiras direcionadas aos viventes de rua. Nas UBS's, é fato a necessidade de sensibilizar profissionais sobre equidade e humanização do cuidado prestado a essa população. A interação entre todos os atores foi essencial para a qualificação do instrumento de pesquisa, que após a análise dos resultados, direcionará ações de saúde e políticas públicas mais eficazes.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

A vivência dos extensionistas com a população em situação de rua foi essencial para propor ações conectadas às demandas reais desse público. A sistematização das informações, fruto da observação direta, orientou a elaboração do instrumento de pesquisa, favorecendo o planejamento futuro. Sensibilizar equipes de saúde para o cuidado e acolhimento humanizado fortalece a defesa do acesso e da equidade nos serviços.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Extensão Universitária, Saúde da População de Rua, Atenção Primária à Saúde, Intersetorialidade, Acesso à Saúde, Equidade, Acolhimento Humanizado, Diagnóstico Situacional

TÍTULO: INVERNO ACOLHEDOR – PONTO DE APOIO NO FRIO EM CAMPO GRANDE: ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL PARA A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1277825

AUTORES: Priscilla Justi, CLEBERSON DA SILVA ALVES, Dhyana Alves Mancilla, Cleberson da Silva Alves, Priscilla Carla dos Santos Justi, Erika Ferreira de Mattos Pessato, Luiza Regina Campos Dalpiaz, Thiago de Brito Ribeiro, Tereza Cristina Miglioli Bauermeister, Márcia de Camargo Gazula

RESUMO: OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Acolhimento emergencial à população de rua em Campo Grande/MS durante o frio intenso, com abrigo, alimentação e cuidados básicos em ação conjunta.

OBJETIVOS

Proteger a vida em períodos de baixas temperaturas; ampliar o acesso a alimentação, abrigo e cuidados; integrar assistência social, saúde, habitação e trabalho; fortalecer a articulação intersetorial e a mobilização comunitária em prol da população em situação de rua.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Inverno Acolhedor é uma ação emergencial da SAS em parceria com órgãos municipais e sociedade civil. A cada frente fria, um ponto de apoio no Parque

Ayrton Senna é ativado, oferecendo triagem, refeições quentes, agasalhos e pernoite seguro. Além do acolhimento imediato, a iniciativa articula políticas de assistência, saúde, trabalho e habitação, realizando encaminhamentos para a rede de serviços. Com apoio comunitário, o projeto busca fortalecer vínculos e promover a reinserção social.

RESULTADOS

O projeto Inverno Acolhedor resultou em centenas de atendimentos emergenciais, prevenindo riscos de hipotermia e morte. Houve um engajamento expressivo da sociedade civil e uma articulação reforçada entre diversos órgãos municipais.

A ação permitiu a ampliação de encaminhamentos para saúde, trabalho e habitação, indo além do atendimento emergencial, fortaleceu as redes de proteção social e deu maior visibilidade à pauta da população em situação de rua.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A experiência do Inverno Acolhedor mostrou a eficácia da resposta emergencial ao frio, reafirmando as diretrizes da Política Nacional e da ADPF 976, que são fortalecidas pela integração com políticas de saúde, habitação, assistência e trabalho. A colaboração entre setores enriquece os atendimentos, efetivando os fluxos de encaminhamento, evidenciando a oportunidade de aprimorar esta articulação como política contínua. Assim, o acolhimento emergencial se fortalece como o início de um processo focado na reinserção social.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O Inverno Acolhedor consolidou-se como protocolo municipal, garantindo acolhimento emergencial à população em situação de rua nos períodos de frio, reafirmando a importância da articulação intersetorial e da mobilização comunitária. Para ampliar o impacto, recomenda-se mais investimento e fortalecimento dos vínculos com saúde, assistência, habitação e trabalho, efetivando o programa como porta de acesso a direitos e inclusão social.

Palavras-chave: População em situação de rua, Direitos Humanos, Acolhimento emergencial, Intersectorialidade, Política pública municipal

TÍTULO: INVISIBILIDADE DA SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS DOCUMENTOS PÚBLICOS DA MESORREGIÃO DO AGRESTE DE ALAGOAS

ID: 1281658

AUTORES: Adriele Maria Adrião dos santos, Cristian Luan Dos Santos, RAYMILLY DO CARMO LIMA, Nathalia Dias Leal, Jarbas Ribeiro de Oliveira, Fernando de Araújo Bizerra, MEIRIELLY KELLYA HOLANDA DA SIVA

RESUMO: Trata-se de um relato de pesquisa, com o objetivo de analisar a proposição de ações voltadas à saúde da população em situação de rua nos documentos públicos oficiais de municípios da mesorregião de Alagoas. Compõem a amostra da pesquisa os 24 municípios que fazem parte da mesorregião do Agreste de Alagoas, composta por: Arapiraca, Belém, Cacimbinhas, Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maribondo, Mar Vermelho, Minador do Negrão, Olho d'Água Grande, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Quebrangulo, São Brás, São Sebastião, Tanque D'Arca, Taquarana e Traipu.

Os documentos que fizeram parte da amostra documental são: Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório Anual de Gestão (RAG), Relatório da Última Conferência Municipal de Saúde e Ata de composição dos conselhos municipais de saúde. Os três primeiros foram obtidos através da plataforma digital do Ministério da Saúde o "DigiSUS", já os

demais foram obtidos através do contato com as prefeituras municipais dos municípios que abrangem a pesquisa.

A análise foi feita de 30 de julho a 22 agosto de 2025 com cada um desses documentos utilizando ferramentas de busca, revelando que apenas Arapiraca, no PMS (2022-2025) e PAS (2024), apresentou ações voltadas à PSR: implantação do Consultório na Rua e abrigo destinado à esta população. Assim, além de demonstrar a invisibilidade dessa população na proposição de políticas públicas em 95,8% dos municípios analisados, destaca-se que as propostas identificadas são insuficientes para modificar efetivamente a situação de vulnerabilização, não contemplando a definição ampliada e integral de saúde.

Portanto, a análise das propostas voltadas à PSR revelou lacunas na equidade durante a proposição de políticas de saúde, mantendo a situação de vulnerabilização institucional em Alagoas. Aponta também para a invisibilidade dessa população e necessidade urgente de construção coletiva de políticas públicas que incluam a PSR nos espaços de escuta e controle social, garantindo o acesso à saúde e direitos básicos a esta população historicamente vulnerabilizada.

Palavras-chave: Saúde Pública; População em Situação de Rua; Documentos Oficiais como Assunto



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: KALOTANÁSIA NO CONSULTÓRIO NA RUA: A BOA MORTE NAS RUAS DE SÃO PAULO

ID: 1283188

AUTORES: Vinicius Ramos Bezerra de Moraes, Clenilda Aparecida Silva Rodrigues, Marta Marques, Maureen de Alencar Filone, Gabriel Bajadares Silva, Gabriela Gonçalves Carneiro, Lais Paz

RESUMO: Entre 2022 e 2024, a equipe do Consultório na Rua (CnR) de Pinheiros, do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, acompanhou pessoas em situação de rua em processo de terminalidade, construindo práticas de cuidado pautadas nos princípios dos cuidados paliativos. A experiência, denominada “Kalotanásia”, termo grego que remete à “boa morte”, evidencia a importância de estratégias que priorizem dignidade, vínculo e conforto, mesmo em contextos de extrema vulnerabilidade social.

Foram acompanhados quatro casos emblemáticos que ilustram a complexidade do cuidado no território: pessoas idosas, com doenças crônicas, câncer avançado ou condições clínicas graves, vivendo nas ruas sem suporte familiar ou institucional. As ações desenvolvidas incluíram visitas clínicas diárias, acompanhamento em consultas e exames, articulação com a rede SUS/SUAS, fornecimento de alimentação, medicamentos e itens básicos de conforto, além de apoio emocional. O vínculo estabelecido com a equipe permitiu um cuidado mais humanizado, que não se restringiu à dimensão biológica, mas também contemplou aspectos subjetivos e sociais, garantindo escuta qualificada e pre-

sença até o momento do óbito.

Os resultados apontam que, mesmo em cenários adversos, é possível ofertar cuidados paliativos com qualidade, promovendo dignidade no processo de morrer. A experiência também evidenciou barreiras importantes, como a ausência de fluxos específicos para a população em situação de rua nos serviços de saúde e assistência, dificuldade de adesão dos usuários às condutas propostas, carência de equipamentos especializados e invisibilidade desta população nas políticas públicas voltadas ao manejo de pacientes em terminalidade.

A análise crítica reforça que o cuidado paliativo no contexto de rua exige persistência, sensibilidade e articulação intersetorial contínua. É fundamental a existência de políticas públicas que garantam espaços adequados para o acompanhamento de pessoas em situação de rua em cuidados paliativos, integrando saúde, assistência social e sociedade civil. A longitudinalidade e a persistência no cuidado se mostraram elementos essenciais para assegurar não apenas assistência clínica, mas também dignidade, acolhimento e humanização no processo de morte dessas pessoas, ressaltando que, mesmo quando não há possibilidade de cura, sempre há algo a ser feito.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Limites da rede no atendimento de pessoa em situação de rua com deficiência em Belém do Pará.

ID: 1251607

AUTORES: Roseane das Neves

RESUMO: O presente relato visa apresentar a experiência no atendimento de pessoa em situação de rua e com deficiência em Belém do Pará nos anos de 2023 a 2025. Tais atendimentos ocorreram em hospital público terciário, havendo dificuldade para a desospitalização dos usuários, considerando a insuficiência da rede socioassistencial para acolhimento desses sujeitos. O objetivo é refletir, a partir da intervenção do Serviço Social, as violações de direitos que atingiram pessoa em situação de rua com deficiência que acessou instituição hospitalar nos anos de 2023 a 2025 em Belém-PA, relatando a fragilidade da rede de socioassistencial em Belém-PA no atendimento às pessoas em situação de rua com deficiência. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e documental, por meio dos registros efetuados pela profissional durante as intervenções. Identifica-se como a fragilidade na intersectorialidade produz impactos significativos no cuidado integral as pessoas em situação de rua, com o agravante de discriminação das pessoas com deficiência. A ausência de sucesso na articulação requisitou o acionamento do sistema de garantia de direitos, mas não impediu a evasão.

Palavras-chave: situação de rua, pessoa com deficiência, violação de direitos, Belém.

TÍTULO: LINHA DE CUIDADO DA PNEUMONIA ADQUIRIDA NA COMUNIDADE EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SAO PAULO PELAS EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA BOMPAR

ID: 1283475

AUTORES: Vinicius Ramos Bezerra de Moraes, Maureen de Alencar Filone, Gabriel Bajadares Silva, Marta Marques, Arlindo Frederico Junior, Clenilda Aparecida Silva Rodrigues, Lais Paz

RESUMO: Este trabalho é uma revisão narrativa com o objetivo de construir uma linha de cuidado de Pneumonia Adquirida na Comunidade (PAC) para pessoas em situação de rua (PSR), considerando os determinantes sociais do processo saúde-doença e também a práxis das equipes de Consultório na Rua (eCR). Foram analisadas as diretrizes de tratamento da PAC da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, da British Thoracic Society e da American Thoracic Society. A partir da leitura destes documentos e da prática in loco das equipes de Consultório na Rua, foi estruturada a linha de cuidado. A PAC é responsável por 10 a 13% das internações hospitalares no Brasil. Seus principais sintomas são febre, tosse, dor torácica, expectoração sanguinolenta, taquidispneia, taquicardia, mialgia e sudorese noturna. As eCR devem estar preparadas para diagnóstico, tratamento e seguimento da PAC. É importante considerar a tuberculose pulmonar como diagnóstico diferencial, por isso, recomenda-se a realização de radiografia de tórax em todos pacientes com suspeita de PAC. O Plano Municipal Pela Eliminação da Tuberculose em São Paulo, prevê que toda

tosse na PSR seja investigada com exame de escarro e também indica realização de teste rápido de HIV logo na suspeita da tuberculose, por isso, indica-se que na suspeita de PAC sejam realizados os exames complementares de radiografia de tórax, teste rápido de HIV e escarro. A estratificação de risco pode ser realizada in loco através do escore CRB-65 e os pacientes sem pontuação podem ser tratados ambulatorialmente devido baixa mortalidade. Os que tiverem pontuação são candidatos a avaliação em retaguarda de emergência para melhor estratificação de risco. O tratamento deve ser realizado com as medicações disponíveis na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME). É possível prescrição em monoterapia com amoxicilina, azitromicina ou claritromicina. Doxiciclina é desaconselhado devido ao alto índice de resistência do pneumococo a esta medicação em nosso meio. Pessoas com doença pulmonar obstrutiva crônica, insuficiência cardíaca, doença hepática crônica, doença renal, etilismo, neoplasia maligna ou asplenia tem maior possibilidade de resistência bacteriana, por isso a terapia de escolha deve ser combinada com beta-lactâmicos e macrolídeos. A prescrição de quinolona *não deve ser utilizada como primeira escolha na pessoa em situação de rua, pois ela pode negatizar baciloscopias de escarro e induzir resistência ao tratamento da tuberculose. Pacientes em tratamento ambulatorial devem ser buscados ativamente pela equipe em 48 a 72 horas após início do tratamento para avaliação de resposta terapêutica.*

Palavras-chave: Pneumonia, Pessoas em situacao de rua, Vulnerabilidade

TÍTULO: LOUCOS DE RUA: UMA REVISÃO DE ESCOPO SOBRE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM TRANSTORNOS MENTAIS GRAVES

ID: 1282787

AUTORES: Juliana Lugarinho Braga, Paulo Roberto Fagundes da Silva

RESUMO: INTRODUÇÃO Fatores como a pobreza e a fragilidade de vínculos levam as pessoas viver nas ruas. Loucos de rua são pessoas em situação de rua com transtornos mentais graves como a esquizofrenia. Subgrupo ainda mais vulnerável e submetido a estigmas. Observa-se não só a escassez de estudos sobre esse tema em países de média/baixa renda, mas também a falta de políticas voltadas para o cuidado dos loucos de rua.

OBJETIVOS

Conhecer como a literatura científica, nacional e internacional, têm abordado o tema dos loucos de rua com o intuito de aprofundar o conhecimento de quem são essas pessoas, suas especificidades, necessidades e vulnerabilidades.

METODOLOGIA

Revisão de escopo para discutir questões relacionadas aos loucos de rua a partir de literatura já existente no âmbito nacional e internacional, para produção de dissertação de mestrado apresentada em 2022. Foram realizadas buscas

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

nas bases Scielo, Pubmed e Scopus, possibilitando a seleção de 32 textos produzidos nos últimos 5 anos, em maioria publicados na América do Norte e Europa. Estudos que permitiram a análise de eixos como prevalência, questões de saúde e saúde mental, programas de assistência e habitação para os loucos de rua.

RESULTADOS

Todos os estudos relacionam o fenômeno da situação de rua a questões sociais, econômicas e de saúde pública. Dados de prevalência tem relação com o país onde o estudo foi realizado. Sobre os loucos de rua, emergiram na pesquisa temas como utilização dos serviços de saúde, atenção primária à saúde, adesão ao uso de medicação psiquiátrica, segurança alimentar, questões relacionadas a mulheres em situação de rua e estigma e discriminação. Experiências de habitação de moradia assistida no modelo housing first *são de baixa exigência e tendem a ser mais bem sucedidas. Foram identificadas experiências desse tipo no Canadá, Austrália e tentativa de implementação no Brasil.*

Conclusões

Toda análise deve considerar o contexto sócio-histórico, econômico e social do país onde o estudo foi realizado. A pluralidade de diagnósticos de transtornos mentais graves e de definições para situação de rua pode dificultar a generalização dos achados. Necessidade de se avaliar os resultados a longo prazo de experiências de housing first. Foram encontradas as seguintes lacunas: poucos textos com recorte de gênero, sexualidade e raça/cor; excesso de estudos sobre ofertas de habitação, porém, poucos aspectos investigados; a necessidade

de estudos sobre os impactos do housing first na reintegração social dos loucos de rua; ausência de pesquisas censitárias atualizadas.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua, saúde mental, transtornos mentais graves, habitação, intersectorialidade

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Mais que números: o cuidado humanizado e a luta por cidadania das mulheres trans profissionais do sexo

ID: 1251785

AUTORES: SARA ADRIANI DA SILVA VIANA

RESUMO: Este relato apresenta o cuidado desenvolvido com mulheres trans profissionais do sexo no projeto “Invisíveis: Saúde e Resistência”, idealizado e conduzido no Consultório na Rua, Município de Volta Redonda, RJ. O trabalho teve início no final de 2024 e foi consolidado ao longo de 2025, com o cadastro de oito mulheres trans, público marcado por vulnerabilidade social e exclusão.

Apesar do número ainda pequeno, o impacto tem sido significativo. Dentre as participantes, cinco convivem com diagnóstico de HIV, incluindo um caso detectado pela equipe, através do projeto, e cinco completaram o tratamento de sífilis, enquanto três estão em uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). A parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, por meio da assistente social Thamires Torres, tem sido fundamental para ampliar o acesso a direitos sociais, especialmente com a retificação documental que garante a afirmação da identidade de gênero, e com a inclusão no Cadastro Único para acesso a benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O processo de aproximação enfrentou barreiras significativas, sobretudo pela desconfiança das mulheres, que, como uma delas relatou, “ninguém nunca se preocupou de verdade com a gente, as pessoas só querem cumprir cota, so-

mar mais um número, não veem a gente como gente de verdade”. Foi necessário empenho em escuta qualificada, respeito e persistência para estabelecer vínculos que permitissem o avanço no cuidado.

Essa experiência evidencia que o cuidado integral vai muito além do tratamento clínico. É escutar, reconhecer, acolher e lutar junto para que essas mulheres tenham acesso à dignidade, saúde e cidadania, mesmo diante da exclusão e violência que marcam suas trajetórias. O relato reforça a importância de práticas humanizadas e intersetoriais para a promoção da equidade e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Mulheres trans; profissionais do sexo; vulnerabilidade social; cuidado integral; direitos humanos; saúde pública; inclusão social

TÍTULO: Marmitas Cidadania & Direitos: Um Relato de Experiência em Segurança Alimentar com a população em situação de rua

ID: 1276015

AUTORES: Rodrigo da Silva Martins, MOISES ALESSANDRO DE SOUZA LOPES

RESUMO: Período de realização: iniciou-se no ano de 2020 período da pandemia a julho de 2025.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

A presente experiência propõe descrever as dinâmicas de acesso à alimentação entre pessoas em situação de rua na região metropolitana de Cuiabá.

OBJETIVOS

Descrever, as trajetórias de acesso à alimentação de pessoas em situação de rua na região metropolitana de Cuiabá, enfocando a construção de direitos, redes de apoio, práticas de autonomia e participação cidadã, bem como o papel de atores públicos e da sociedade civil na garantia do alimento diário.

Descrição da experiência: foram realizadas distribuição de alimentação e água todos os dias ininterruptamente, através do programa Ser Família Solidário, criado pelo governo do Estado em dezessete pontos de maior concentração de pessoas em situação de rua. Persistindo quando os mesmos mudavam de localização. Possibilitando conhecer as demandas deste grupo e a partir daí foram realizadas várias ações/mutirões intersetoriais envolvendo ações de cidadania, saúde, educação, solidariedade e justiça social.

RESULTADOS

observou-se que a população em situação de rua tem pouco conhecimento sobre Direito Humano à Alimentação Adequada. Percebe-se que reconhecem as violações desse direito, tendo necessidade de pedir alimentos e passar por períodos de privação e fome. O acesso à alimentação era proveniente das doações de alimentos, realizadas por instituições governamentais, da sociedade civil e aquisições ao dispor de renda. E os sentimentos de medo e angústia pelo estigma social, agravados pela COVID-19.

Aprendizado e análise crítica: as pessoas que viviam nas ruas foram as primeiras e as mais impactadas pela pandemia da COVID-19. A insegurança alimentar trás com consequência o enfraquecimento do corpo, os prejuízos no desenvolvimento físico e mental e o aumento da probabilidade de doenças. A reprodução de preconceitos e estigmas sociais e a relação desses sujeitos ao uso de drogas, ao crime e à violência aumenta sua invisibilidade agravando ainda mais suas condições de vida levando à perda da dignidade e o sentimento de humilhação, além da exclusão do mercado de trabalho.

A insegurança alimentar dos sujeitos se agrava em situação de rua. Para superá-la são necessárias ações intersetoriais e estratégias mais eficazes do Estado, visando proteção e garantia de direitos sociais, incluindo alimentação adequada. Por meio de políticas públicas e ações voltadas à reinserção social, redução das desigualdades, discriminações e estigmas, com focadas no resgate do trabalho, da moradia, da segurança alimentar e da dignidade.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Segurança Alimentar; Direitos Humanos.

TÍTULO: Moradia Primeiro, Saúde Mental e uso prejudicial de álcool e outras drogas: um estudo da População em Situação de Rua na cidade de Belo Horizonte, MG

ID: 1282281

AUTORES: Maria Cecília Assis Araujo, Anelise Andrade de Souza, Helvecio Miranda, Izabelle Cristina Ferreira Dos Santos, Ana Carolina de Moraes Teixeira Vilela Dantas, Tuliola Almeida de Souza Lima, Rômulo Paes de Sousa

RESUMO: INTRODUÇÃO

O Moradia Primeiro (MP) é um modelo de habitação para a população em situação de rua que prevê o acompanhamento dos beneficiários para um suporte relacionado às suas necessidades. A atual pesquisa, tem como hipótese que o acesso à moradia pode melhorar a relação dos sujeitos com o uso prejudicial de álcool e outras drogas e promover maior cuidado e acesso aos serviços de saúde e assistência social.

OBJETIVOS

Analisar o acesso à moradia a partir do modelo do MP e a repercussão do programa na saúde mental e no uso prejudicial de álcool e outras drogas para a População em Situação de Rua no município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

METODOLOGIA

Foram realizadas 18 entrevistas com beneficiários do MP em Belo Horizonte a

partir de um roteiro semiestruturado. A análise dos dados foi realizada a partir do método proposto por Strauss e Corbin (1996) que parte do levantamento e denominação de categorias que emergem das narrativas seguido pela ordenação dos dados anteriores segundo categorias relativas a cada dimensão de análise. Em seguida, realizou-se o processo de seleção e integração das categorias-chave e procura de novos conceitos ou de conceitos mais adequados para os dados encontrados. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética, CAEE 86325025.0.0000.5091.

RESULTADOS

Os entrevistados relatam que há uma diferença significativa entre a experiência como beneficiários do MP e experiências anteriores em outros modelos de moradia. Essa diferença se dá principalmente pelo acompanhamento realizado pelo projeto que conta com uma equipe técnica que os auxilia na adaptação a uma nova rotina. O suporte oferecido pelo MP está relacionado à facilitação do acesso dos beneficiários aos serviços de saúde e da assistência social, auxílio na gestão da casa e em outros aspectos da vida de acordo com as suas necessidades específicas. A maior parte dos entrevistados relatou diminuição do uso de álcool e outras drogas e maior facilidade para acessar serviços de saúde.

CONCLUSÕES

Os entrevistados indicam que sua relação com o uso de álcool e outras drogas se tornou menos frequente e menos prejudicial após se tornarem beneficiários do MP. Nesse sentido, apontam que o acompanhamento de uma equipe técnica é essencial no período de transição entre a rua e uma moradia sem tutela do

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



estado, por facilitar o acesso aos serviços de saúde e auxiliá-los em relação ao autocuidado, incluindo gerenciamento de crises.

Palavras-chave: Moradia primeiro, redução de danos, população em situação de rua.

TÍTULO: Nas fronteiras do cuidado: as experiências dos redutores de danos no espaço da rua

ID: 1273564

AUTORES: Maria Cecilia Assis Araujo, Rômulo Paes de Sousa, Paloma Ferreira Coelho Silva

RESUMO: INTRODUÇÃO (400)

Essa pesquisa visa compreender as relações entre a experiência de vida nas ruas e o cuidado exercido pelos redutores de danos. Redutores de danos são definidos como trabalhadores que visam aproximar as equipes dos modos de vida da população em situação de rua (PSR). A pesquisa foi motivada pela urgência em se repensar o cuidado em saúde para a PSR, dada a sua maior vulnerabilidade ao adoecimento.

OBJETIVOS (250)

A atual pesquisa foi realizada a partir do seguinte objetivo geral: “Compreender as relações entre a experiência de vida nas ruas e o cuidado exercido pelos redutores de danos em Belo Horizonte”.

METODOLOGIA (700)

Trata-se de um estudo qualitativo realizado a partir do método trajetória de vida, que foca em um determinado percurso da história do sujeito, a partir do qual é possível analisar mudanças sociais. No que tange à presente pesquisa,

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

a mudança social analisada é a mudança de posição social dos redutores de danos que está relacionada diretamente com um período da vida desses trabalhadores, sendo esse período a experiência com o cuidado quando estavam em situação de rua e a experiência atual como trabalhadores do SUS. Foram entrevistadas seis pessoas que já trabalharam como redutoras de danos no Consultório na Rua de Belo Horizonte.

RESULTADOS (700)

Os entrevistados apontaram que a experiência de vida que contribui para a realização do trabalho está relacionada à vivência de situações de vulnerabilidade social e experiências com uso de álcool e outras drogas. O conhecimento das singularidades que conformam a vida nas ruas se torna cada vez mais relevante no contexto de aprimoramento de políticas públicas e de oferta de cuidados mais bem qualificados para esse público. Identificam que o uso de uma linguagem parecida permite que os usuários compartilhem informações que não compartilham com outros profissionais. Dessa forma, exercem uma função de “tradução” entre a linguagem das pessoas em situação de rua e a linguagem da equipe.

CONCLUSÕES (450)

A experiência de vida nas ruas tem uma relação importante com o trabalho dos redutores de danos. A partir dela é possível facilitar a vinculação dos usuários com os trabalhadores dos serviços por fazer com que as pessoas em situação de rua se identifiquem com esses trabalhadores. Os entrevistados indicam que a experiência de vida nas ruas alterou a própria concepção de cuidado, que

por vezes se diferem das concepções dos outros trabalhadores.

Palavras-chave: Redução de danos, Redutores de danos, Trabalho, Cuidado da população em situação de rua



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: O CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE E SEUS DESDOBRAMENTOS POLÍTICO E CIENTÍFICOS

ID: 1280984

AUTORES: Otávio Augusto Alves dos Santos, Raquel de ARAGAO Uchoa FERNANDES

RESUMO: Apresentação/**Introdução**

Este relato de pesquisa objetiva apresentar a experiência de pesquisa censitária desenvolvida entre os anos 2022/23 em Recife/PE, desenvolvida em parceria entre a Prefeitura do Recife e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, no arco de uma série de importantes avanços políticos locais, cujos desdobramentos políticos e científicos ainda podem estar vistos.

OBJETIVOS

Recensear e analisar o perfil sociodemográfico da população em situação de rua da cidade do Recife, bem como sua inserção nas políticas públicas municipais, no intuito de fornecer informações importantes à promoção de sua cidadania.

METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se na pesquisa-ação, sendo realizada em duas grandes etapas: uma primeira, subdividida em mais duas, na qual se buscou construir uma cartografia social dos “pontos de concentração” da população em situação de rua na cidade, seguida de sua contagem total (recenseamento); na segunda grande etapa foi desenvolvida uma pesquisa amostral, cujo

escopo foi o de revelar o perfil sociodemográfico da população em situação de rua na cidade. Todas as etapas foram desenvolvidas de forma solidária, com a participação dos trabalhadores da assistência social e da saúde, bem como do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

RESULTADOS

Além dos já conhecidos e sempre diversos contextos de desvinculações comunitária e familiar, bem como o uso abusivo e prejudicial de drogas, o Censo Pop Rua Recife também apontou mais algumas condições importantes: os baixos índices de escolaridade e de profissionalização, que não permitem uma melhor inserção no mundo do trabalho; as incipientes e sempre muito precárias oportunidades laborais no âmbito das quais essa população constrói seu sustento; e, amarrando todas elas, o não-lugar e a relativa imobilidade dessas pessoas na cidade, que os obrigam a territorializar descontinuamente as calçadas, praças e marquises como lugar para reprodução de suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inexistência de perspectivas educacionais, de trabalho, e de acesso à cidade são constituintes da exclusão que marca a vida vivida nas ruas. Assim, acredita-se que a superação dessa situação no Recife requer o enfrentamento desses problemas de forma articulada e no longo prazo. Para além disso, o Censo Pop Rua Recife demonstrou que é possível contruir uma pesquisa demográfica de forma participativa e tendo por princípio a mobilização social.

Palavras-chave: Censo, População em situação de rua, Recife, Cidadania

TÍTULO: O CUIDADO INTEGRADO E INTERSETORIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O CASO DO PROGRAMA SEGUIR EM FRENTE

ID: 1281906

AUTORES: Avner Goldblum

RESUMO: Em dezembro de 2023, o município do RJ criou por meio de Decreto 53.816, o Programa Seguir em Frente, voltado para o cuidado de pessoas em situação de rua. O objetivo Programa é “a saída qualificada da situação de rua, através da reinserção produtiva para a população em situação de rua, conforme nível de autonomia de cada indivíduo, mediante ações articuladas com o objetivo de desenvolver geração de renda própria, reinserção no mercado de trabalho formal e autonomia ocupacional”. Implementou-se na cidade, novas UAA (Unidades de Acolhimento Adulto) que ofertam um cuidado transitório e participam do processo de cuidado para a saída da rua de modo organizado. As UAA estão vinculadas ao CAPS AD do território e trabalham articuladas com demais equipamentos da saúde, principalmente o CnaR, promovendo os cuidados primários. Como destaque do programa, a intersectorialidade favorece o cuidado integrado em rede, articulando, sobretudo, saúde – assistência social – trabalho e renda.

O objetivo do trabalho foi analisar potencialidades e desafios para o cuidado intra e intersectorial proposto pelo programa seguir em frente no município do rio de janeiro.

O programa vem atuando para promover ações de redução de danos e o cuidado integrado e intersectorial entre diferentes atores e políticas que cuidam de PSR. Atualmente, as UAA se articulam com demais equipamentos de cuidado na rede territorial do sujeito acolhido, sobretudo CAPS, Clínica da Família e CREAS. Os CAPS são os responsáveis por acompanhar de modo continuado esse sujeito e construir um projeto terapêutico singular para ele seguir em frente. Destaca-se as bolsas de estágio de trabalho e as parcerias com a secretaria de trabalho e renda na reinserção no mercado formal de trabalho.

O programa da visibilidade a pessoas consideradas como invisíveis sociais, pois historicamente ficam a margem das políticas sociais. Mesmo sendo um programa criado para ser intersectorial, esse cuidado em rede apresenta desafios de articulação e comunicação entre diferentes atores, apontando para uma necessidade de ampliação de espaços e ações que promovam uma maior aproximação entre os atores de cuidado da saúde, assistência social, trabalho e renda e demais políticas.

Recomenda-se ampliar essa experiência, através de outras UAA pelos territórios do município, de modo a abranger toda a cidade. A qualificação dos profissionais faz-se necessário e já está em andamento através de parceria com o Colaboratório Pop Rua – Fiocruz e Grupos e Trabalho interno que são compostos por profissionais da gestão e da ponta.

Palavras-chave: pessoa em situação de rua, saúde pública, equidade, intersectorialidade

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: OFICINA AGENTES POPULARES POR DIREITOS: EDUCAÇÃO POPULAR, SAÚDE MENTAL E LUTAS POR DIREITOS NO CAPS AD III DONA IVONE LARA

ID: 1239189

AUTORES: Isabela Arezzo Meireles, Sarah Pereira da Fonseca Rocha Hobaik, Marcela Aparecida De Fátima Martins, Vanessa Balduino, EDSON FOTOGRAFO

RESUMO: Período de realização

Junho de 2025 – em andamento, com encontros semanais no CAPS AD III Dona Ivone Lara

Objeto da experiência

Formação de usuários do CAPS AD como Agentes Populares por Direitos, articulando saúde mental e educação popular.

OBJETIVOS

Fortalecer pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos, estimulando autonomia, protagonismo, vínculos territoriais e acesso às políticas públicas, por meio da educação popular e do cuidado integral.

Descrição da experiência

Seis encontros formativos com usuários do CAPS AD, baseados na educação popular e na solidariedade ativa. Temas: direitos, território, moradia, saúde,

violências e mobilização. A proposta valoriza escuta, partilha de saberes e construção coletiva. O ciclo se encerra com um Mutirão por Direitos e a formatura dos participantes.

RESULTADOS

A oficina fortalece vínculos entre usuários e serviço, estimula protagonismo e organiza ações concretas de acesso a direitos e cuidado em rede. Promove ampliação da escuta, consciência política e valorização das experiências dos participantes como saber legítimo e potência de transformação social.

Aprendizado e análise crítica

A experiência mostra que a educação popular é essencial no cuidado em liberdade. O engajamento ativo dos usuários promove transformação subjetiva e coletiva. O desafio é institucionalizar práticas críticas e intersetoriais nos CAPS. A solidariedade ativa se destaca como enfrentamento às violências estruturais e desigualdades.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

A formação de agentes populares é estratégica para fortalecer cuidado em liberdade e protagonismo nos serviços de saúde mental. Recomenda-se consolidar ações educativas, culturais e políticas que envolvam usuários como sujeitos históricos, com apoio institucional e articulação em rede.

Palavras-chave: Direitos, Educação Popular

TÍTULO: OS USOS E OS SENTIDOS DA RUA: ENTRE A PRIVAÇÃO E A LIBERDADE, A RECUSA

ID: 1280008

AUTORES: Fernanda Maiato Chagas, Nathan Brasil de Brasil

RESUMO: Este resumo aborda reflexões experienciais, sobretudo, no período de maio a agosto de 2025, quando a autora principal do resumo ingressou como técnica social no Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua (SEAS) e o coautor, como psicólogo social num Serviço de Atendimento Familiar (SAF), ambos equipamentos da Assistência Social de Porto Alegre (RS). As diferenças entre um SEAS e um SAF não restringem-se ao público atendido, pessoas em situação de rua e pessoas/famílias domiciliadas respectivamente. Contudo, para fins de elaboração deste resumo, vamos abordar principalmente o que concerne à situação de rua em detrimento à (precária e vulnerável) condição de domiciliado.

Enquanto profissionais de Psicologia, a autoria deste texto sente-se constantemente convocada em sua práxis a pensar articulações possíveis entre o saber da Psicologia, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o direito à cidade, à vida digna e à escolha. O objetivo é colocar a reflexão a serviço de intervenções de cuidado mais eficazes no que tange ao acompanhamento das pessoas em seu território, especialmente quando o território, ele mesmo, apresenta-se como lar.

No SAF, embora a condição do domicílio seja critério para o atendimento, (1) a precariedade, a insalubridade e a vulnerabilização das moradias caracteriza de maneira contundente a vida da população atendida. As famílias são atravessadas por (2) questões transgeracionais, muitas vezes relacionadas à violência, violação de direitos, negligência por parte do Estado e riscos diversos.

Por seu turno, através do trabalho no SEAS, percebe-se que há parte significativa da população atendida que, em dado momento, recusa a moradia. Com isso, mesmo que não consigam fugir dos atravessamentos citados acima (2), recusa-se o aprisionamento das condições de moradia (1). Adota-se uma forma de vida onde o território e suas possibilidades e impossibilidades lhe permitem algum trânsito entre a privação e a liberdade de acessos.

Em tempo, destaca-se que o cuidado para com as pessoas em situação de rua precisa escutá-las no seu dado tempo-espço, sem sobrepor concepções morais, acadêmicas, punitivistas ou preconceituosas. Do contrário, o cuidado vira controle. Com o exponencial aumento da população em situação de rua e as questões contemporâneas, a pergunta que fica é: os sentidos de ocupar a rua são, também, os de recusar determinadas condições de precarização da vida? Como escutar esses usos e sentidos desde os sujeitos que os vivem?

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; assistência social; vulnerabilidade.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Persistir é cuidar: quando o vínculo rompe o ciclo do abandono institucional

ID: 1239373

AUTORES: SARA ADRIANI DA SILVA VIANA

RESUMO: Este relato de experiência apresenta a trajetória do cuidado que prestei a uma mulher em situação de rua, acompanhada pelo Consultório na Rua de Volta Redonda desde maio de 2024, diagnosticada com um tumor cerebral agressivo. Desde os primeiros atendimentos, ela manifestava queixas recorrentes de dores intensas de cabeça, confusão mental e alterações de humor. Seu comportamento era inicialmente agressivo, impulsivo e oscilante, e ela apresentava uma forte resistência ao vínculo e à continuidade do cuidado. Ainda assim, buscava ajuda com frequência, revelando aos poucos sua dor, vergonha e medo em relação ao próprio quadro de saúde.

Durante o período em que entrei de férias, por cerca de 15 dias, a usuária passou mal, foi internada e recebeu o diagnóstico formal do tumor. Apesar da gravidade, ela teve alta hospitalar sem qualquer articulação da rede para garantir continuidade do cuidado ou acesso imediato à cirurgia — o que evidencia a negligência institucional com pessoas em situação de rua. Quando retornei, fui informada de que a cirurgia estava marcada, mas ela não foi localizada no território.

A virada de chave aconteceu quando a própria usuária, diante do risco de perder a cirurgia e sem apoio da rede, conseguiu encontrar uma forma de me

localizar, pedindo pessoalmente minha ajuda. Esse gesto confirmou para mim que, apesar de todas as rupturas anteriores, o vínculo que construí ao longo do tempo havia se consolidado como um espaço seguro e confiável para ela. A partir desse reencontro, assumi a linha de frente em uma mobilização intensa junto ao hospital, enfrentando sucessivas remarcações de cirurgia, resistências institucionais e uma rede despreparada para lidar com a complexidade da vida em situação de rua.

A cirurgia só foi realizada após minha presença ativa, insistência e escuta contínua. Mesmo assim, no pós-operatório, surgiram novas barreiras: a usuária, internada e recém-operada, recebeu a proposta de acesso ao aluguel social com a exigência de buscar, sozinha, um imóvel em 48 horas — uma condição incompatível com sua situação clínica e social.

Essa experiência me evidenciou que, diante da omissão institucional, é o vínculo que sustenta o cuidado. Mais do que procedimentos, o que salvou a vida dessa mulher foi a minha presença ética e afetiva, recusando aceitar o abandono como resposta. Persistir, para mim, foi garantir o direito de viver a quem o sistema já havia desistido de enxergar.

Palavras-chave: Situação de rua; Vínculo terapêutico; Abandono institucional; Cuidado em saúde; Tumor cerebral.

TÍTULO: Plano de Mapeamento e Sistematização das Ações de Saúde de Enfrentamento à Problemática das Cenas Abertas de Uso de Drogas, com ênfase na Atenção Primária à Saúde

ID: 1233737

AUTORES: Mirna Teixeira, Patricia *Pássaro da Silva* Toledo, Stella Gomes Alves dos Santos, Leticia Vieira Lourenço, Bianca “Kianda” Campos, Sophia Santiago Teixeira Pierucetti, Kethlen Dandara Paiva Coatio, Marcelo Pedra, Alessandra Mattos

RESUMO: INTRODUÇÃO: Esse projeto de pesquisa visa o enfrentamento à problemática das Cenas de Uso de Drogas com ênfase na Atenção Primária à Saúde (APS), visando mapear e sistematizar as ações de saúde nesses locais no Brasil. Esta iniciativa surge em um contexto de aumento da População em Situação de Rua que frequentemente se entrelaça com o uso de substâncias psicoativas em espaços públicos.

OBJETIVO

Mapear e sistematizar a literatura científica nacional e internacional de diferentes práticas de gestão e atenção em saúde, que visem o enfrentamento à problemática das cenas de uso de drogas (cracolândias).

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, num estudo descritivo de analítico. O delineamento principal envolveu inicialmente a realização de uma re-

visão sistemática da literatura nas buscas das bases de dados Scielo, BVS e PubMed. Utilizou-se a estratégia BeHEMoTH para a formulação da pergunta: “Quais são as ações de APS para enfrentamento da drogadição em população em situação de rua nas Cenas Abertas de Uso de Drogas (Cracolândia). Após esse processo, planeja-se a realização de oficinas com gestores e trabalhadores das equipes de Consultório na Rua e da RAPS, utilizando a técnica de grupos focais e a publicação da síntese de evidências dos dados coletados.

RESULTADOS

Como resultados parciais foi realizada a revisão sistemática onde foram coletados 1.497 artigos nas bases para a revisão sistemática. Em seguida, 76 artigos foram selecionados para leitura na íntegra por pares, sendo excluídos 14 artigos após a leitura na íntegra restando o total com 62 artigos para análise a partir de sete categorias formuladas: Modelo de cuidado/Redução de Danos; Práticas de saúde nas cenas de uso; Práticas intersetoriais nas cenas de uso/ Intersetorialidade; Território como potência de cuidado; definição e caracterização de cenas de uso de drogas; equipe interprofissional/interprofissionalidade e Educação Permanente/matriciamento.

CONCLUSÕES

Até o momento ainda está sendo feita a análise dos artigos selecionados para a revisão sistemática, mas no momento do seminário o resultado já terá sido consolidado. Esse projeto busca ir além da simples constatação do problema, propondo a identificação de áreas mais afetadas e a organização padronizada das intervenções de saúde. Dessa forma, visa fomentar práticas de saúde

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

pública na APS visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas pelo uso de drogas.

Palavras-chave: cenas de uso; redução de danos; população em situação de rua; consultório na rua

TÍTULO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ID: 1276026

AUTORES: Gisele Fernanda De Carvalho, Rafaela Domingos da Cunha

RESUMO: O presente relato de experiência refere-se a vivências ocorridas no primeiro semestre de 2025.

Objeto da experiência foi o cuidado em saúde direcionado à população de rua do Distrito Sanitário II do Município de Recife - PE.

O objetivo do artigo consiste em relatar a experiência da residente em Saúde Coletiva da SESAU- Pernambuco na vivência junto à população de rua, na busca por compreender os desafios vivenciados pela população em situação de rua no acesso à Atenção à Saúde.

Este é um relato crítico que surge a partir de uma inquietação das pesquisadoras sobre a desigualdade no acesso aos serviços de saúde. Descreve as experiências das pesquisadoras na atividade de pesquisa/extensão, a partir de observações pessoais e registros em diário de campo durante visitas técnicas e inserções no território, em que é evidenciado os entraves vivenciados pela população em situação de rua e as fragilidades na implementação e ampliação do cuidado integral a essa população.

Observou-se que a população adscrita não buscava os serviços da Atenção

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

Básica, priorizando atendimentos de urgência e emergência para demandas simples, devido ao desconhecimento de funcionamento da rede de atenção à saúde, ausência de vínculo e preconceitos vividos. Os profissionais relataram dificuldade em acompanhar esse grupo pela alta mobilidade e reconheceram ineficiência das estratégias utilizadas para o fortalecimento do vínculo e ampliação do acesso aos serviços de saúde.

Conclui-se que a ausência de vínculos e preconceitos enfrentados comprometem o acesso e a qualidade do cuidado oferecido a essa população. É fundamental que os profissionais de saúde reconheçam esses obstáculos e adotem estratégias de educação continuada e permanente, empatia e humanização da atenção, além de implementar ações de fortalecimento do vínculo e desenvolvimento de políticas que garantam cuidado integral, inclusão e livre de discriminação.

Palavras-chave: Saúde, Pessoa em Situação de Rua, Preconceitos, Acesso

TÍTULO: PROJETO RECONSTRUA: implementação de estratégia de prevenção da exploração através do trabalho para a população em situação de rua

ID: 1276265

AUTORES: DEBORA MARQUES ALVES, Camila Saraiva Nogueira, Juliana Lugarinho Braga, Vanessa Luize Machado Ceccatto

RESUMO: PROJETO RECONSTRUA: IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DA EXPLORAÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Débora Alves, Camila Saraiva, Juliana Lugarinho e Vanessa Ceccatto

Início em agosto de 2024 com assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre TRT-RJ e Cáritas-RJ.

Homens adultos em situação de rua acolhidos em Unidade de Reinserção Social pública no município de Rio de Janeiro.

Atuar junto aos trabalhadores como facilitador da inserção no mercado de trabalho formal, estabelecendo parcerias com empresas, acompanhando os acolhidos e a URS, buscando garantir uma experiência de acolhimento, desenvolvimento de autonomia, e prevenir a exploração através do trabalho.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

O Reconstrua é uma parceria da Cáritas-RJ, Justiça do Trabalho e de políticas públicas. O projeto visa a prevenção do trabalho escravo contemporâneo e inserção em contextos de exploração do trabalho de homens em situação de rua acolhidos em uma URS. O projeto, em fase de implementação, busca parcerias com empresas para auxiliar os trabalhadores a traçar uma trajetória de cidadania através do encaminhamento e acompanhamento no mercado formal de trabalho a partir da metodologia do Emprego Apoiado.

O Reconstrua propõe estratégias para a superação das barreiras impostas pela lógica do mercado de trabalho formal em relação às pessoas em situação de rua. A implementação do projeto tem se dado de forma gradativa a partir da sensibilização das empresas e fortalecimento do nosso vínculo com os trabalhadores e a URS. A oferta de rodas de conversa temáticas proporcionam maior conhecimento sobre direitos trabalhistas e possibilidades de trabalho.

A população em situação de rua é acometida por vulnerabilidades e violações. Encontra barreiras no acesso a direitos básicos como o trabalho, interferindo no exercício pleno da cidadania. É comum a oferta de vagas precarizadas que facilitam a exploração da força de trabalho. Neste sentido, a oferta de oportunidades de inserção no mercado formal é uma via de construção de trajetória de saída da situação de rua que se propõe a garantir autonomia e equidade.

A implementação de um Projeto de Empregabilidade eficiente envolve a formação de parcerias sólidas com URS e empresas, e de vínculo com o trabalhador. Os agentes atuando em conjunto em prol da trajetória de saída da situação de rua. O Emprego Apoiado, associado a estratégia de Suporte de Pares se apre-

sentam como metodologias que possibilitam a elaboração de um Projeto que tanto se adequa às necessidades dos trabalhadores, como das empresas.

Palavras-chave: população em situação de rua, trabalho, empregabilidade, emprego apoiado



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: PROMESSAS VAZIAS: DESAFIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DESCONECTADA DA REALIDADE DO USO DE DROGAS

ID: 1283349

AUTORES: Sabrina Barbosa de Santana, Clenilda Aparecida Silva Rodrigues, Maryelle Peres da Silva Santos, Marta Marques, Lais Paz

RESUMO: O uso abusivo de álcool e outras drogas é um fenômeno complexo, associado a múltiplos determinantes sociais e de saúde. Em São Paulo, apesar da existência de políticas voltadas à prevenção, tratamento e reabilitação, observa-se que as ações implementadas têm resultado em efeitos adversos, como internações recorrentes, muitas vezes compulsórias, criminalização, marginalização e maior exposição à violência, evidenciando fragilidades estruturais das estratégias em vigor.

O objetivo deste estudo é analisar criticamente os programas municipais de enfrentamento ao uso de álcool e drogas, identificando suas ineficiências e propondo diretrizes para políticas mais efetivas, integradas e humanizadas.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão documental de leis, diretrizes e relatórios oficiais da Prefeitura de São Paulo, da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool (COMUDA). Foram também analisadas produções científicas nacionais e internacionais sobre políticas de drogas, complementadas por entrevistas com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), gestores públicos e

representantes de organizações da sociedade civil.

Os resultados evidenciam que as abordagens predominam como fragmentadas, com forte viés repressivo ou assistencialista, sem integração entre acolhimento, tratamento e estratégias de redução de danos. A priorização de internações compulsórias, a escassez de serviços comunitários acessíveis e a insuficiente capacitação das equipes impactam negativamente a qualidade do cuidado. A ausência de mecanismos de monitoramento e transparência limita a avaliação da efetividade das ações, enquanto a descontinuidade político-administrativa desestrutura os serviços e desmobiliza profissionais. A invisibilidade das populações mais vulneráveis, como pessoas em situação de rua, aprofunda barreiras de acesso e dificulta a construção de percursos de cuidado contínuos e integrados.

Conclui-se que as políticas municipais de drogas em São Paulo apresentam limitações significativas frente à complexidade do fenômeno. É urgente investir em práticas baseadas em evidências, estratégias de redução de danos, integração intersetorial, intersecretarial e participação ativa da sociedade civil, visando promover cuidado qualificado, cidadania e garantia de direitos para pessoas em uso problemático de substâncias.

Palavras-chave: Redução de danos

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: RECOMEÇO EM MOVIMENTO: EXPERIÊNCIAS NA PROMOÇÃO DE DIREITOS E CIDADANIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA PÓS-CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

ID: 1275780

AUTORES: Yohanne Victória Lima Ornelas, Larissa Rodrigues, Ana Cláudia Clemente Bastos, Grazielle Frota Monte Coelho, Márcio Barbosa Maia

RESUMO: Período de realização:

Foi iniciado em março de 2025 e segue em realização.

Objeto da experiência

Promover autonomia à luz dos princípios da Justiça Restaurativa para que os assistidos construam sua reintegração social com dignidade e protagonismo.

OBJETIVOS

O fluxo estrutura um acolhimento com base em vínculo e confiança, identificando demandas, encaminhando à rede de serviços, contatando familiares, acompanhando o benefício concedido no contexto do evento Mutirão PopRuaJud (Res. 425/CNJ) e garantindo que o assistido compreenda seus direitos e prazos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Projeto Recomeço em Movimento atua na pós-concessão de benefícios con-

cedidos no Mutirão, tem como ferramenta a articulação entre Justiça e parceiros institucionais, promovendo integralidade de acesso aos serviços, sem sobrepô-los. O projeto se alinha aos princípios da Justiça Restaurativa, como a voluntariedade, escuta ativa e fortalecimento de vínculos, promovendo dignidade, autoestima e habilidades para resolução não violenta de conflitos.

RESULTADOS

A atuação do programa possibilitou avanços no percurso de reintegração social dos assistidos. Nos principais resultados observados, destacam-se o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, e a reativação de laços anteriormente fragilizados ou rompidos. Vinculação com a Justiça, sentindo segurança para retornar em outros momentos. Ampliação do acesso à rede de serviços, com maior entendimento dos próprios direitos e dos recursos disponíveis, favorecendo escolhas mais conscientes.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

O termo “situação de rua” vai além da falta de moradia, expressa exclusão social, estigmatização e criminalização, marcada sobretudo pelo racismo estrutural, pois parte expressiva dessa população é negra. A pandemia de Covid-19 e o desmonte de políticas públicas ampliaram esse cenário já marcado pela cultura neoliberal, na qual o Estado atua em defesa do capital. A Justiça Restaurativa, embora relevante, não basta sem políticas públicas articuladas em rede de serviços no cenário atual.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Por fim, o enfrentamento a inúmeras vulnerabilidades relacionadas à situa-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

ção de rua exigem ações integradas. Iniciativas como o Projeto Recomeço em Movimento demonstram que a articulação entre órgãos de Justiça, parceiros institucionais e princípios da Justiça Restaurativa podem ser ferramentas fundamentais para promover dignidade, fortalecer vínculos e ampliar o acesso a direitos de forma efetiva.

Palavras-chave: PopruaJud; População de rua; Concessão de benefícios; Autonomia; Cidadania; Justiça Restaurativa; Reintegração social

TÍTULO: Reconstruindo o cuidado: parcerias intersetoriais e a humanização hospitalar em foco na população em situação de rua

ID: 1283266

AUTORES: Bruna Aimée Matoso da Costa, Cristina Camões Sampaio Neves

RESUMO: TÍTULO: Reconstruindo o cuidado: parcerias intersetoriais e a humanização hospitalar em foco na população em situação de rua

Período de realização: A experiência teve início em maio de 2025 e encontra-se em andamento.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Criação de uma Campanha de Agasalhos e Cobertores, com apoio da rede socioassistencial municipal, para assistência às pessoas em situação de rua.

OBJETIVOS

Descrever a atuação da instituição ao consolidar parcerias intersetoriais com a rede municipal de assistência a pessoas em situação de rua. A iniciativa busca ampliar o papel social da instituição, não apenas como espaço de assistência biomédica, mas como um dispositivo de cuidado integral e de promoção da cidadania.

Descrição da experiência

A proposta foi construída a partir de discussões na Comissão de Humanização do hospital e posterior articulação com a Secretaria de Assistência Social. Para viabilizar a ação, foram disponibilizados cestos de coleta em pontos estratégicos da unidade, acompanhados de informações, além da sensibilização e mobilização dos trabalhadores. Assim, a instituição consolidou-se como ponto de referência para a recepção das doações, possibilitando o engajamento de profissionais e da comunidade.

RESULTADOS

O engajamento de trabalhadores e da comunidade culminou em duas remessas significativas de insumos, entregues presencialmente aos usuários no Centro POP e abrigos municipais. O hospital se consolidou como ponto de referência intersetorial, fortalecendo a construção de redes colaborativas. A experiência contribui para uma nova cultura hospitalar baseada no reconhecimento dos determinantes sociais como fatores fundamentais no processo saúde-doença, promovendo a humanização da atenção.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

experiência revela os desafios de transformar a cultura institucional em ambientes de alta complexidade. A mobilização trouxe conquistas importantes, mas coexiste com dificuldades como a alta demanda e sobrecarga de trabalho. A mudança não se limita a um protocolo, exigindo um processo contínuo de sensibilização da equipe e da comunidade. O cuidado integral precisa con-

siderar os desafios dos profissionais, que são os agentes fundamentais nessa transformação.

CONCLUSÕES

A experiência evidencia o potencial do hospital como espaço de atuação intersetorial, promovendo práticas fundamentadas nos direitos humanos. A articulação com campanhas de doações valida a aplicação prática da Clínica Ampliada, reconhecendo a influência dos determinantes sociais no processo saúde-doença. Isso reforça a necessidade de práticas de cuidado integral, capazes de considerar fatores que transcendam a lógica biomédica.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Clínica Ampliada, Intersetorialidade, Humanização da Saúde

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Rede de Resistência: Fórum maternidade, drogas e convivência familiar

ID: 1297181

AUTORES: Alisia da Cruz Santos Lopes; Elyne Engstrom

RESUMO: O Fórum maternidade, drogas e convivência familiar surgiu em 2013 a partir da mobilização de assistentes sociais de maternidades cariocas, em resposta a decisões judiciais compulsórias de afastamento de mães e filhos. Desde então, reúne mensalmente profissionais de diferentes setores em um espaço voluntário de diálogo e construção coletiva de estratégias. A iniciativa ganhou relevância com a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância em 2016, consolidando-se como um espaço de resistência.

Entre 2013 e 2023, o Fórum se consolidou como um espaço intersetorial de diálogo no Rio de Janeiro, reunindo profissionais de saúde, assistência social e justiça para discutir maternidade, uso de drogas e convivência familiar, além de enfrentar decisões judiciais que afastavam mães em situação de rua de seus filhos. Ao longo de sua atuação, contribuiu para ampliar a sensibilidade dos profissionais diante de situações complexas, promovendo análises individualizadas e fortalecendo a articulação entre a rede intersetorial e movimentos sociais. Essa atuação resultou em importantes conquistas jurídicas, como a anulação, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2023, de portarias que legitimavam a separação compulsória de mães e bebês em algumas varas de infância, juventude e idoso do Rio de Janeiro.

A experiência evidenciou que a judicialização automática dos casos reforça desigualdades e viola direitos constitucionais. Contudo, o enfrentamento de tais violações exige uma rede articulada, escuta qualificada e o reconhecimento da maternidade para além de estigmas sociais. Persistem, desafios estruturais significativos, como a insuficiência de unidades de acolhimento para mães e crianças em situação de rua.

O Fórum demonstra a potência de espaços coletivos e intersetoriais na defesa de direitos, evidenciando que a construção de estratégias compartilhadas fortalece a proteção da infância e da maternidade. Cabe ressaltar que é premente ampliar os equipamentos de acolhimento familiar e fortalecer políticas públicas que assegurem a convivência comunitária, evidenciando a importância de superar práticas discriminatórias e substituir o paradigma punitivo por uma abordagem centrada na proteção integral e no respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: mulher; situação de rua; intersectorialidade

TÍTULO: REDUÇÃO DE DANOS: GARANTINDO DIREITOS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1248836

AUTORES: Edilson Gomes da Silva

RESUMO: O presente trabalho é desenvolvido pela Associação Brasileira de Redução de Danos – ABORDA Ceará, que desde 2023 realiza ações de redução de danos voltadas para a população em situação de rua na região do Cariri cearense. O objetivo é respeitar a dignidade dos usuários de drogas, compreender as substâncias e seus efeitos, refletir sobre os usos e promover o cuidado, o acolhimento, a autonomia e os direitos humanos dessa população, combatendo o estigma e o preconceito.

A ABORDA tem como prioridade a promoção humana, com foco em medidas preventivas de saúde pública e cidadania, especialmente frente ao uso problemático de álcool e outras drogas. Atua na defesa dos direitos dos usuários, com vínculos, acolhimento e estratégias de abordagem que promovem a integração social. As ações contribuem para uma nova compreensão e tratamento dos usuários de substâncias psicoativas.

A Redução de Danos surgiu como estratégia de enfrentamento à transmissão das hepatites virais e, posteriormente, do HIV. Atualmente, diante de uma nova realidade no Brasil, torna-se necessário avaliar o percurso já trilhado, refletir so-

bre a política de drogas nacional e planejar futuras ações. Nota-se o crescimento da população usuária de drogas em risco social, especialmente entre pessoas em situação de rua e marginalizadas, oriundas de comunidades empobrecidas e sem acesso aos sistemas de proteção social. Frente a essa realidade, propõe-se a ampliação de ações de integração e apoio a essas populações.

Através de abordagens processuais nas ruas do Cariri, a ABORDA realiza distribuição de preservativos internos e externos, orientação sobre os riscos do uso de substâncias durante o sexo, prevenção das ISTs/HIV/AIDS e reflexões sobre o uso de álcool e outras drogas. Sem julgamentos, são oferecidos planos alternativos, orientações sobre saúde mental e respeito à interseccionalidade – gênero, raça, deficiência, classe social, orientação sexual e identidade de gênero. Com escuta ativa e individualizada, são construídos projetos terapêuticos que fortalecem a liberdade, autonomia e corresponsabilidade de cada pessoa. O principal avanço observado é a mudança de comportamento decorrente dessas ações, com base nos direitos humanos e na não adoção de políticas proibicionistas.

Palavras-chave: Redução de danos, população em situação de rua, saúde pública, direitos humanos, drogas

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Reflexão e acolhimento às pessoas imigrantes em situação de rua no município do Rio de Janeiro.

ID: 1246780

AUTORES: RAYANNE ELISABETE DA SILVA DIOGO

RESUMO: O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do Rio de Janeiro é um equipamento público que atende e acolhe pessoas imigrantes, apátridas e refugiadas que residem e ocupam o município do Rio, oferta atendimento multilíngue especializado nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Jurídico e Inclusão Digital. Localizado na região central do município, historicamente ocupada por pessoas em situação de rua, recebemos diversas demandas deste segmento, considerando a subjetividade do processo migratório.

Diante da atuação do Serviço Social, podemos constatar e refletir acerca dos determinantes, trajetórias e impasses dessa população. Durante os atendimentos comumente observamos a necessidade destes sujeitos em se sentirem ouvidos e acolhidos, ainda que recusem quaisquer encaminhamentos para a rede de assistência social ou saúde. A identificação imediata se dá através da língua, ao serem atendidos por pessoas que os compreendem e conseguem se comunicar em suas respectivas línguas maternas (espanhol, inglês, francês etc), os assistidos se sentem parte da dinâmica deste novo território e seguros em expor seus sentimentos, dúvidas e necessidades. Este “ponto de partida” é fundamental para a criação de vínculos e um atendimento de qualidade.

A partir disso, o imigrante compreende que existe um lugar para além das ruas. Muitos assistidos, neste momento inicial, contam suas trajetórias até a chegada ao Brasil, enfatizando o não envolvimento com tráfico de drogas e outras práticas ilícitas. É frequente a preocupação com o julgamento moral e possíveis ações punitivas, além disso, a ideia de ilegalidade atrelada aos movimentos migratórios contribui para o medo e incerteza de como percorrer e acessar os espaços públicos.

A busca por uma nova vida, emprego e oportunidades de estudo é a principal motivação para vir ao Brasil. Muitos contam ter acessado vagas de trabalho chamativas, além de relatos positivos sobre o país. Porém, a entrada ao Brasil se traduz em um cenário diferente: emprego escasso, dificuldade de se comunicar, falta de rede de apoio e o desconhecimento sobre os seus direitos. É esta conjuntura que faz com que os imigrantes ocupem e façam da rua sua moradia.

É unânime o desconforto em ter que viver e dormir nas ruas, todos os imigrantes atendidos pelo Serviço Social ressaltam o desejo de abandonar esta dinâmica, pois se sentem vulneráveis às violências e xenofobia. Ainda que não aceitem ser encaminhados para casas de passagens, abrigos e outros, estão em busca de oportunidade de estudo ou emprego, para que assim tenham acesso a renda e possam deixar as ruas.

Palavras-chave: Imigrante, CRAI Rio, Serviço Social, acolhimento, língua, Brasil

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO E REALIZAÇÃO: UM ESTUDO COM PESSOAS LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ

ID: 1260451

AUTORES: Ricardo William Guimarães Machado

RESUMO: As pessoas LGBT em situação de Rua (PSR+) se configuram como um grupo complexo, elegível de reflexão dada os altos índices de vulnerabilidade e risco social a que estão expostos. São corpos negros, abjetos, invisibilizados, ameaçados de extermínio, que encontram nas ruas um movimento antagônico: a liberdade em meio a processos violentos de desumanização, opressão e desproteção social. Dessa forma, essa pesquisa buscou compreender as nuances dos modos de vida e de viver das PSR+ frente aos processos de violência que se estruturam no Brasil atual. A pesquisa qualitativa e exploratória utilizou de entrevistas semiestruturadas com oito PSR+ na região da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Os dados coletados foram analisados pela técnica Núcleo de Significações, a partir da perspectiva histórico-crítica que se preocupa com a análise dos sentidos e significados das narrativas de maneira dialética para constituição de conhecimento em sua totalidade, sem se distanciar do discurso do indivíduo. A missão de se contextualizar a PSR+ no Brasil, levando em consideração as relações sociais complexas e contraditórias que perpassam os sistemas vigentes de opressão, exploração e injustiças como o racismo estrutural e machismo, se comporta como grande desafio na atualidade para a comunidade científica e sociedade em geral. Ao se imbricar este segmento com a análise dos

marcadores sociais da diferença, revelam-se uma gama de problemáticas urgentes para sua sociabilidade e proteção social. apreendemos a realização como um processo estrutural e um fenômeno próprio da constituição sócio-histórica, política e econômica do Brasil, que ao incidir na vida de pessoas LGBT, intensifica o processo subversivo e desumanizador instituído pelas violências combinadas de racismo, aporofobia e LGBTfobia nos cotidianos de sobrevivência e resistência desse segmento. Há características comuns que igualam ou identificam formas de ser e viver de quem está nas ruas. São vários os fatores que levam as pessoas a viverem nestes espaços, mas é fato que são sujeitas de direitos, partícipes da riqueza socialmente produzida. Que o preconceito e o lugar da subalternidade, do trabalho precário, terceirizado, sem garantias de direitos e com baixa remuneração, não seja a alternativa.

Palavras-chave: Realização; Pessoas LGBT; Violência; Sociedade Brasileira.



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: REGISTRO ÚNICO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA ARGENTINA. CONSTRUÇÃO E RESULTADOS DE UMA FERRAMENTA DE VISIBILIZAÇÃO E CUIDADOS.

ID: 1279564

AUTORES: Florencia Pelagagge, Jorgelina Di Iorio, Milena Sapey, Lucía Armentano, Milagros Falzone, MARIA LUCIA MAGALHAES BOSI

RESUMO: INTRODUÇÃO

Desde o grupo “Sociabilidade pelos margens” da Universidade de Buenos Aires e da Assembleia pelos Direitos das Pessoas em Situação de Rua (PSC), denunciamos desde 2019 o aumento da violência institucional e os ataques de contra as PSC. Assim, em 2021, criamos o Registro Unificado de Violências (RUV) contra PSC, uma ferramenta coletiva para registrar, sistematizar e visibilizar a situação.

OBJETIVOS

Este resumo reflete a metodologia de construção e o impacto desta ferramenta. Além disso, são apresentados os resultados acumulados dos quatro registros e relatórios elaborados entre 2022 e 2025.

METODOLOGIA

A unidade de análise são as agressões físicas e simbólicas contra PSC no espaço público e em instituições de assistência, incluindo mortes por abandono ou

indigência. O período abrange de 16/08/2021 a 15/08/2025, com uma janela de um mês para recuperar os eventos. As fontes são meios de comunicação digitais nacionais, organizações que acompanham as PSC e pedidos de acesso à informação pública, alertando para o subregistro. Foram utilizadas uma planilha de sistematização de notícias, um formulário de Google ad hoc e solicitações oficiais. Foram levantadas variáveis sobre localização, características da pessoa, tipo de evento, atores envolvidos, formas de violência e informações da notícia.

RESULTADOS

Considerando que a cada ano novas fontes são incorporadas e os critérios de cobertura podem variar, as informações não constituem uma série homogênea nem comparável. Os dados devem ser lidos como fotografias contextuais de cada período e não como uma série histórica uniforme. Os resultados oferecem uma aproximação à magnitude e características das violências registradas.

Ao todo, foram registrados 1.033 eventos de violência em todo o país, envolvendo pelo menos 1.262 pessoas. São apresentadas cifras absolutas de eventos acumulados, pessoas afetadas e percentuais, bem como taxas brutas acumuladas que permitem observar possíveis tendências e sua relação com variáveis como gênero e mortes.

CONCLUSÕES

O RUV não é um canal alternativo para o recebimento de denúncias, mas um registro de situações de violências que constituem evidências para a exigibilida-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

de de direitos. É uma ferramenta de cuidado, que promove que as PSC possam falar sobre as violências. É, fundamentalmente, uma forma de expressar que essas vidas importam e merecem ser contadas. Visibilizar é a primeira ação para reduzir a violência.

Palavras-chave: VIOLÊNCIAS, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, CUIDADOS

TÍTULO: RELATO DE EXPERIÊNCIA: A HUMANIZAÇÃO COMO PRINCÍPIO DO SUS EM UM ACOLHIMENTO À GESTANTE EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1283326

AUTORES: Luana Camacho de Oliveira, Viviane da Silva Soares

RESUMO: O presente trabalho foi realizado no período de junho a julho de 2025. O objeto consiste na negligência sofrida por uma mulher em situação de rua e usuária de substâncias psicoativas. O objetivo é compartilhar a vivência de uma equipe do Consultório na Rua (CNAR) localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro no acompanhamento de gestantes em situação de rua, e analisar os principais desafios no acesso aos cuidados ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de um relato de experiência do compartilhamento intersetorial do cuidado às mulheres gestantes em situação de rua, destacando os desafios enfrentados no acesso aos serviços de saúde e o cuidado ofertado, refletindo sobre a importância dos princípios do SUS, sobretudo, da humanização como princípio estruturante, especialmente após sua inclusão na Lei Orgânica de Saúde. Os resultados, evidenciam barreiras estruturais e práticas discriminatórias no acesso de gestantes em situação de rua aos cuidados ofertados pelo SUS, revelando falhas éticas e técnicas que afrontam seus princípios fundamentais, além de perpetuar iniquidades sociais e raciais. Frequentemente, essas mulheres são invisibilizadas e desassistidas, e existe uma persistência do racismo estrutural e institucional que atravessam essas vidas. Como aprendizado e análise crítica, destaca-se a necessidade de uma formação ética, crítica e continuada

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

para os profissionais de saúde, capaz de promover a escuta qualificada, o cuidado integral e o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais, sobretudo nos contextos de maior vulnerabilidade. Conclui-se que é necessário que a prática dos profissionais da saúde seja efetivamente norteada pelos princípios do SUS e suas regulamentações. Conceitos como transdisciplinaridade, transversalidade, intersectorialidade e interseccionalidade, são fundamentais para a política do SUS na prática da saúde.

Palavras-chave: Humanização, Consultório na Rua, Gestantes.

TÍTULO: RELATO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO POP VIDA NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP

ID: 1270746

AUTORES: PAULA GRAZIELA BELAVENUTE, LIDIANE APARECIDA REIS PINHEIRO, Rosemary Ferreira dos Santos Pinton, Tais Cristina Prestes, ANDREA SILVEIRA MACHADO PIERINE

RESUMO: Período de realização: O Centro POP VIDA foi inaugurado em 02 de junho de 2025.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Implantação de um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) em Botucatu/SP.

OBJETIVOS

Promover a proteção, a autonomia e a dignidade da população em situação de rua, por meio de ações que respeitem suas escolhas, assegurem a redução de violações de direitos e favoreçam a construção de novos projetos de vida, reinserção familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos sociais.

Descrição da experiência: Em Botucatu, a população em situação de rua e em trânsito era atendida pelo Espaço Acolhedor, da Alta Complexidade do SUAS. Diante da necessidade de ampliar a rede, foi inaugurado o Centro POP, destinado a famílias e indivíduos em vulnerabilidade ou violação de direitos, ofere-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

cendo convívio, fortalecimento de vínculos e estímulo à autonomia, solidariedade, afetividade e respeito.

RESULTADOS

O trabalho potencializou a redução da vulnerabilidade social, a reintegração familiar, a inclusão social, a defesa dos direitos humanos e a diminuição do tempo em situação de rua. O serviço oferta acolhimento, orientação e encaminhamentos, além de oficinas, atividades culturais, esportivas e de qualificação, fortalecendo vínculos e promovendo autonomia.

Aprendizado e análise crítica: A experiência evidencia que as especificidades da população em situação de rua configuram riscos sociais intensificados por marcadores como raça, gênero, deficiência e sexualidade. A abordagem interseccional é essencial para compreender barreiras no acesso a direitos. O Centro POP atua como referência, criando vínculos, garantindo acolhimento digno, proteção e inclusão em políticas públicas.

Conclusões/Recomendações: A política de assistência social, por meio do Centro POP, assegura proteção integral às pessoas em situação de rua, reconhecendo vulnerabilidades e especificidades. O serviço amplia a rede de atendimento, fortalece vínculos e promove autonomia. Ressalta-se a necessidade de atuação interseccional, ética e humanizada, garantindo dignidade, diversidade e inclusão em políticas públicas.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua, Centro Pop, Proteção Social

TÍTULO: RELATO DE PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E RACISMO

ID: 1270765

AUTORES: Charles Coppola Da Silva, Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta

RESUMO: O fenômeno da População em Situação de Rua (PSR) resulta da condição predatória do modo de produção capitalista, que em suas crises impõe dolosamente a exclusão e discriminação no SUS. O racismo expressa a violação de direitos e compromete o cuidado integral. A saúde da PSR e o racismo no SUS direciona a imbricamentos decorrentes da violação de direitos e do comprometimento do cuidado em saúde.

O objetivo é investigar o fenômeno da PSR no capitalismo e como o racismo tem sido enfrentado no SUS para o cuidado integral e compreender como tem sido construída as ações e práticas nos territórios ocupados por esses sujeitos.

A metodologia adota a abordagem qualitativa, o estudo bibliográfico e análise documental, orientado pelo método histórico-dialético. Esse caminho permite a análise sobre a realidade do fenômeno da PSR e das contradições do capitalismo. A participação no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISSS) e no Fórum Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a PSR (CIAMP-Rua) em Franca/SP, contribuíram para análises e reflexões da pesquisa e deste relato

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa.

Os resultados, até o momento, mostram que, a partir da análise histórica da PSR e a confluência do modo de produção capitalista e o racismo, existem barreiras no atendimento à PSR no SUS. Barreiras protocolares: negação ao atendimento justificadas por fluxos, horários e cadastros. Barreiras discriminatórias com a recusa ou atendimentos que não oferecem o tratamento necessário; e, simbólicas, que atingem de forma transversal e afluem com o racismo e aporofobia, gerando desconfiança, afastamento, e desistência da PSR nos serviços de saúde. O Fórum do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a PSR (CIAMP-Rua) em Franca - SP, essas barreiras são relatadas.

A pesquisa sobre a PSR e o enfrentamento do racismo institucional no SUS, é desafiador. É vital romper as barreiras discriminatórias, simbólicas e protocolares existentes por meio da educação permanente dos profissionais de saúde e a articulação intersetorial é estratégia essencial para qualificar o cuidado e garantir o acesso integral e não discriminatório aos serviços de saúde. Assim, e necessário romper com a lógica mercadológica na saúde.

Palavras-chave: População em situação de rua(PSR); Racismo; SUS

TÍTULO: Roda de conversa na praça: construção coletiva do espaço de convivência do Centro POP – Ponta Grossa/PR

ID: 1282415

AUTORES: ALINE TOPOROWICZ, Karym Rachel Mami Voigt Collesel

RESUMO:

Objeto da experiência: Utilização do espaço público para substituir temporariamente o espaço de convivência do Centro POP de Ponta Grossa/PR

OBJETIVOS

- Promover protagonismo social;
- Promover o pertencimento social e o acesso à cidade;
- Promover a construção e fortalecer vínculos interpessoais da população em situação de rua;
- Fortalecer a autoestima;
- Levantar temas pertinentes a quem usa as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Centro POP suspendeu as atividades em grupo e de convivência. O efeito

desta suspensão pode ser observado no espaço público, com a maior ocupação das praças como local de sociabilidade da PSR, além do aumento de conflitos nos demais serviços voltados à PSR, como estratégia, a equipe técnica organizou semanalmente rodas de conversas na praça de maior circulação da população em situação de rua da cidade com objetivo de discutir questões pertinentes e retomar o trabalho sobre convivência coletiva de forma a construir alternativas para conflitos interpessoais e institucionais.

RESULTADOS

- Participação de algumas pessoas em situação de rua em espaços de discussões e reuniões como CIAMP Rua
- Construção de um grupo de controle e participação social como sequência das rodas de conversas;
- Criação do sistema de assembleia para a construção do regimento interno do Centro POP;
- Melhor manejo de conflitos entre usuários do equipamento e entre usuários e funcionários;
- Melhora da autoestima e reconhecimento da população em situação de rua como sujeitos de direitos.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A experiência relatada resulta de, inicialmente, da falta de estrutura física do Centro POP e das consequências imediatas desta falta, a primeira questão levantada no espaço de discussão foi o efeito de não ter um espaço de referência e pertencimento e a impossibilidade de ocupar qualquer outro espaço público dignamente, em sequência temas como preconceito, violências, família, uso de substâncias psicoativas, regras e convivência nos espaços coletivos. Desta dificuldade ressalta-se o aprendizado em promover e insistir em espaços de construção coletiva.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES:

A experiência relatada a priori confirma a importância de considerar a população em situação de rua protagonista da sua própria história, que a psicologia social pode ser uma ferramenta de promoção de autonomia e valorização das subjetividades que constituem o grupo populacional denominado “população em valorização situação de rua”.

Palavras-chave: Roda de conversa, protagonismo, participação social

TÍTULO: RUA NA REDE: UM DISPOSITIVO PARA CUIDADO NO ÂMBITO DO CONSULTÓRIO NA RUA

ID: 1253805

AUTORES: Sarah Brito Saminêz, Iacã Machado Macerata, Livia Maria Fontana

RESUMO: O presente relato descreve uma experiência de estágio obrigatório do curso de Psicologia, realizada no Consultório na Rua (CnaR) de Florianópolis-SC, no ano de 2023, com duração de nove meses. A vivência ocorreu no âmbito de um dispositivo de cuidado denominado Rua na Rede, criado pelo CnaR com o objetivo de garantir a integralidade do cuidado, articulando-se com a rede intersetorial e atuando como rede de apoio às Pessoas em Situação de Rua (PSR) internadas nos hospitais da região.

Antes do início das visitas hospitalares, era realizado um levantamento das PSR internadas, a partir das notificações enviadas pelos hospitais ao CnaR. Ao chegar ao hospital, a equipe visitava o serviço social para verificar a existência de outras internações não notificadas previamente. Com base nessas informações, eram organizadas visitas semanais aos leitos. Esses encontros tinham como finalidade, além do apoio emocional, a resolução de demandas práticas, como emissão de documentos extraviados, solicitação de benefícios sociais, contato com familiares (quando era desejo da pessoa atendida), pensar/planejar o cuidado pós alta e acionamento de outros pontos da rede, tais como Centros Pop, Casas de Acolhimento e demais serviços pertinentes.

A prática era orientada pela política de Redução de Danos, o que possibilitava a efetivação do princípio da integralidade do cuidado por meio da articulação entre atenção primária, atenção terciária e outros pontos da rede de atenção à saúde e à assistência social. O trabalho também visava fortalecer vínculos com as PSR hospitalizadas, promover trocas afetivas e oferecer uma referência de apoio em um momento de fragilidade da saúde. Tal atuação se mostrava especialmente relevante diante do fato de que, em sua maioria, essas pessoas apresentavam laços familiares rompidos, contavam com pouca ou nenhuma rede de apoio além dos serviços de saúde, e frequentemente eram alvo de violência, preconceito e discriminação, inclusive em espaços institucionalmente destinados ao cuidado, como os hospitais.

Além da escuta e do apoio direto, o CnaR desempenhava um papel fundamental na reivindicação e defesa dos direitos das PSR no contexto hospitalar, considerando que tais direitos eram, por vezes, negligenciados. Assim, o dispositivo Rua na Rede evidencia-se como uma potente ferramenta de cuidado, capaz de mobilizar a rede intersetorial de saúde e assistência social, orientada pelo paradigma da Redução de Danos, fundamentada no respeito à autonomia dos sujeitos e sustentada pelo afeto como elemento central da prática profissional.

Palavras-chave: Dispositivo; Consultório na Rua; Integralidade; Cuidado; Redução de danos



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRÁTICAS INTERSETORIAIS NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1283075

AUTORES: Caroline dos Santos Pereira

RESUMO: INTRODUÇÃO: A presença da população em situação de rua nos grandes centros urbanos é persistente. Isso evidencia diante a complexidade de suas demandas e da exclusão social, as fragilidades do sistema de proteção social e a necessidade de ações intersetoriais que articulem diferentes políticas públicas. Entre 2021 e 2025, desenvolveu-se uma tese de doutorado que buscou compreender como se constroem ações intersetoriais entre os serviços de saúde e assistência social. Esse resumo de igual modo, busca apresentar os resultados da tese.

OBJETIVO

Analisar as práticas de cuidado voltadas à população em situação de rua, com ênfase nas relações intersetoriais entre saúde e assistência social.

METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa, que incluiu análise documental, entrevistas com trabalhadores de uma equipe de Consultório na Rua e de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, além de observação de campo no centro do Rio de Janeiro realizada entre 2021 e 2024. O material

empírico foi examinado à luz do referencial dos burocratas de nível de rua e dos preceitos da intersetorialidade, buscando evidenciar como políticas e práticas se materializam no cotidiano.

RESULTADOS

O cuidado mostrou-se atravessado por tensões entre acolhimento e controle, assim como por diferentes formas de institucionalização da exclusão social. Embora prevista em documentos oficiais, a intersetorialidade revelou-se frágil diante da fragmentação dos serviços e da precarização do trabalho. Em contrapartida, destacaram-se experiências de vínculo e práticas inventivas que produziram espaços de acolhimento e reconhecimento de direitos. Cabe destacar o papel dos trabalhadores no processo de implementação das políticas e o quanto as condições de trabalho e de vida influenciam nas condutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o cuidado à população em situação de rua demanda mais do que respostas pontuais: requer políticas públicas capazes de superar a lógica higienista e promover inclusão social. A pesquisa contribui para o debate sobre intersetorialidade porque busca ao olhar tais práticas reconhecer a dignidade e a cidadania dessa população e dos trabalhadores.

Palavras-chave: População em situação de rua; Interseccionalidade; Saúde coletiva; Assistência social



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: SEM CONSULTÓRIO NA RUA E SEM CENTRO POP: ARRANJOS E DESENCONTROS DA INTERSETORIALIDADE NO ACESSO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO SERTÃO PERNAMBUCANO

ID: 1282120

AUTORES: Renata de Oliveira Cartaxo, Iara Coelho Zito Guerriero

RESUMO: INTRODUÇÃO: Embora a População em Situação de Rua (PSR) se concentre nos centros urbanos, ela também cresce em cidades de diferentes portes. A Política Nacional para a População em Situação de Rua criou Consultório na Rua e Centro Pop, mas cidades de porte médio dificilmente conseguem esses equipamentos devido à dificuldade de cadastrar o quantitativo da PSR que permita justificar sua implantação.

OBJETIVOS

Compreender os mecanismos e estratégias cotidianas usadas frente à população em situação de rua em um município de porte médio, identificando possíveis barreiras e facilitadores de acesso à saúde e ao cuidado.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo realizado no município de Arcoverde, Pernambuco. Conduziram-se entrevistas em profundidade com participantes que lidam a PSR na filantropia, na Atenção Primária à Saúde e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a partir de uma amostragem em bola de

neve. As entrevistas em profundidade foram gravadas, transcritas integralmente e revisadas. O corpus foi organizado, normalizado e submetido à Classificação Hierárquica Descendente com apoio do IRAMUTEQ, complementada por leitura analítica compreensiva e interpretativa. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UPE, parecer 4.161.334.

RESULTADOS

Emergiram três categorias: 1) “Filantropia e família”: a caridade que supre lacunas e vínculos familiares atravessam trajetórias; 2) “Intersetorialidade da atenção, entraves e possibilidades”: exigências de documentação e regulação dificultam fluxos e geram atrasos ou pagamento privado de exames, ao passo que discussões de caso e arranjos locais funcionam como atalhos, e; 3) “Todos os caminhos levam ao CREAS”: centralidade e sobrecarga do equipamento, que acumula funções e tenta articular a Saúde em cenário sem Consultório na Rua e sem Centro Pop, com rede autorreferenciada e vínculos instáveis. **Conclusões:** A atenção à saúde destinada à PSR no município estudado ocorre sem fluxo e rede específicos, ainda permeada por burocracia e inespecificidade na abordagem. Assistência Social e filantropia buscam construir caminhos para a Saúde, mas o único facilitador destacado foi o período pandêmico, quando o abrigo temporário favoreceu o acesso. A rede socioassistencial e de saúde deve ser orientada a fim de diminuir barreiras de continuidade de cuidado.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua, Ação Intersetorial, Acesso aos Serviços de Saúde

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: SER PARA SOBREVIVER: HISTÓRIA DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE RUA

ID: 1237627

AUTORES: Vinicius Vieira da Silva, Leides Barroso Azevedo Moura

RESUMO: A vivência em situação de rua tem se tornado cada vez mais comum, resultado de fatores como desemprego, alcoolismo e uso de drogas. Esses elementos contribuem significativamente para a permanência de indivíduos nessa condição ao longo dos anos, o que leva ao envelhecimento nas ruas processo marcado por fragilidade, invisibilidade e dupla vulnerabilidade: ser idoso e estar em situação de rua. Este estudo teve como objetivo analisar o cenário da população idosa em situação de rua no Brasil e, especialmente, no Distrito Federal. Para isso, buscou-se na literatura científica nacional, em documentos oficiais e em relatos orais, compreender a realidade dessas pessoas. A metodologia foi dividida em três etapas. A primeira consistiu em uma revisão de escopo baseada no protocolo do Instituto Joanna Briggs, com o objetivo de identificar produções acadêmicas e científicas sobre o tema. A segunda etapa envolveu a análise documental de políticas públicas, como a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Estatuto da Pessoa Idosa e outras normas legais, visando verificar se contemplam a situação das pessoas idosas em condição de rua. A terceira etapa compreendeu entrevistas em profundidade com base na metodologia da história oral, segundo Bosi e Magalhães, possibilitando captar memórias e narrativas marcadas por vivências diversas. A revisão identificou apenas oito trabalhos relevantes: seis artigos (predomi-

nantemente qualitativos), uma dissertação de mestrado e uma monografia. A escassez de estudos foi complementada com entrevistas de campo realizadas com nove pessoas idosas em situação de rua no Distrito Federal. Essas conversas enriqueceram a análise, permitindo contrastar e expandir os poucos achados teóricos com relatos reais. Os entrevistados foram localizados em pontos centrais previamente mapeados pelo pesquisador. Os resultados revelam que fatores sociais e individuais impulsionam a ida e a permanência de pessoas idosas nas ruas, agravando sua condição de vida e expondo-as à violência, fome, discriminação e negação de direitos. Esse cenário evidencia um envelhecimento marcado pela precariedade, ainda pouco estudado e negligenciado pelas políticas públicas. A invisibilidade dessa população é reforçada pela ausência de ações efetivas voltadas a ela. No entanto, mesmo em meio a tantas adversidades, os relatos mostraram que essas pessoas mantêm sonhos e esperanças de dias melhores. O estudo reforça a urgência de considerar a diversidade de velhices e de incluir essa população em políticas públicas específicas, além de destacar a importância de pesquisas futuras que deem voz a esses indivíduos.

Palavras-chave: PESSOA IDOSA, ENVELHECIMENTO, HISTÓRIA ORAL



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Ser sujeito na rua: a mulher em situação de rua e usuária de álcool e outras drogas na sua escolha pela maternidade e os impasses das políticas públicas

ID: 1267091

AUTORES: Joyce Guilherme

RESUMO: Período de realização: De dezembro de 2018 a agosto de 2024. Objeto da experiência: Minha prática como psicóloga no CAPS ad III Antônio Carlos Mussum, na zona norte do Rio de Janeiro.

OBJETIVOS

O trabalho se desdobra no tratamento voltado para pessoas em sofrimento psíquico grave e que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Os objetivos são promover autonomia dos sujeitos, acesso às políticas públicas, conexão com o trabalho e renda, educação, laço familiar e comunitário, etc. Descrição da experiência: Atuando como psicóloga na equipe de um CAPS ad III, me deparo com o sofrimento de mulheres em situação de rua, ou não, que têm seus filhos retirados pela justiça por viverem nas ruas e/ou usarem drogas. Foi preciso ampliar o trabalho em rede, para pensar ações que incorporassem o trabalho ao território. É oportuno dizer que a clínica possibilitou reflexões de outros modos de subjetivação dessas mulheres para enfrentar essa violência de terem seus filhos retirados delas sem a devida oitiva.

RESULTADOS

Ao longo dessa prática, venho me ocupando de pensar essas questões e de como a clínica psicanalítica, em alguma medida, pode furar essa estrutura, a fim de desestigmatizar e proporcionar cuidados confiáveis a mulheres e gestantes que vivem em situação de rua. É preciso uma prática clínica que vá na contramão de disciplinar os corpos dessas mulheres e de controlar diversas formas da sua subjetividade, mas que leve em consideração o mal-estar que se apresenta em cada sujeito de forma diferente. Aprendizado e análise crítica: O trabalho despertou-me o desejo de refletir sobre a violência, subjetiva e no real da vida, que essas mulheres, por vezes negras, em situação de rua e/ou usuárias de drogas sofrem ao terem seus filhos retirados pela justiça, sem ao menos poder escolher se querem ou não exercer a maternidade, sem poder falar do desejo de ficarem com seus filhos. O que destaco aqui é que essas mulheres que não são escutadas e que são muitas vezes silenciadas *silenciadas têm cor. Nomeamos isso de racismo.* **Considerações finais:** *Pensar a clínica articulada à política não é tarefa fácil. Entretanto, se não propusermos tal possibilidade, essa articulação ficará à mercê de posturas caridosas, que, por vezes, costumam confundir política pública e acesso universal aos serviços públicos com práticas voluntárias e sem embasamento teórico-clínico.*

Palavras-chave: Mulher, maternidade, políticas públicas, situação de rua



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL (SEAS): AÇÃO INTERSETORIAL PARA A GARANTIA DE DIREITOS E ACESSO À MORADIA DIGNA EM CAMPO GRANDE - MS.

ID: 1277379

AUTORES: Thiago de Brito Ribeiro, Edymila Lima Moraes, Amanda Gonçalves Torres, Eduardo Vaz Oliveira, Patrícia Ariane da Costa Silvestre, Tereza Cristina Miglioli Bauermeister, Camilia Nascimento de Oliveira, Erika Ferreira de Mattos Pessato

RESUMO: O período da ação ocorreu entre março e junho de 2025 entre o SEAS, o CADÚnico e EMHA. A experiência relaciona-se a ação intersetorial a famílias em estado de ocupação de imóvel particular no centro do município de Campo Grande/MS. Visa-se a exposição de atividades e ações voltadas aos serviços socioassistenciais à população em situação de rua, a partir da operacionalização das políticas públicas em relação a mobilizações intersetoriais realizadas; garantia de direitos sociais; enfrentamento a situações de vulnerabilidades. A partir de demanda judicial para desocupação de 05 famílias venezuelanas de uma propriedade particular na região central, o SEAS realizou diversas abordagens sociais e orientações psicossociais e, para atendimento à solicitação, a equipe técnica realizou uma ação intersetorial com setores de habitação e Proteção Social Básica para o cadastro único das famílias, a fim de receberem o benefício do aluguel social e serem conduzidos para um local digno, promovendo acesso e garantia de seus direitos. Diante da extrema vulnerabilidade social das famílias, o SEAS propôs um trabalho intersetorial com

a Gerência de Proteção Social Básica/CADÚnico e a EMHA, o que possibilitou o cadastro social das famílias e no Programa Recomeçar Moradia-Emergencial, Lei n. 6.797/2022, de Campo Grande/MS, que concede um subsídio mensal para habitação. Após avaliação, todas as famílias foram beneficiadas. Com isso, houve a desocupação do imóvel ocupado e o aluguel de casas em diferentes regiões da cidade. A ação intersetorial evidenciou que, embora o acolhimento institucional seja ofertado, muitas famílias optam por recusá-lo, apontando dificuldades relacionadas à privacidade, segurança e condições dos espaços. O aprendizado central foi a importância de propor alternativas que respeitem a autonomia e a dignidade dos usuários, como o aluguel social, apontando a necessidade crítica de qualificar os serviços de acolhimento para torná-los de fato protetivos. Com o acompanhamento dos casos, notou-se que as famílias estavam em imóvel ocupado pela falta de moradia fixa e baixa renda, estando em vulnerabilidade e com direitos violados, situação agravada pelo contexto migratório. As abordagens sociais foram importantes para a identificação das necessidades e a atuação em rede foi fundamental visando melhores condições de sobrevivência e moradia às famílias, com segurança e dignidade a todos os membros.

Palavras-chave: Serviço Especializado em Abordagem Social, População em Situação de Rua, Garantia de direitos, Ação intersetorial, Aluguel social.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO POP TAGUATINGA

ID: 1283808

AUTORES: Lais Tavares Drumond

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise crítica da minha experiência no estágio supervisionado em Serviço Social, da Universidade de Brasília, realizado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Taguatinga/DF, no período de outubro de 2024 a julho de 2025. O estudo tem como objetivo central refletir sobre os limites e possibilidades do trabalho profissional do Centro POP, elucidando os instrumentais técnico-operativos utilizados, e a experiência com o meu projeto de intervenção que envolveu a promoção da cidadania através da capoeira. A metodologia baseia-se na experiência prática direta, supervisionada por assistentes sociais no campo e na academia, e na análise de um conjunto de ações e do projeto de intervenção implementado. Os resultados demonstram a complexidade do trabalho social nesse campo, destacando a importância do uso de ferramentas como entrevistas, visitas e abordagens individuais e grupais. Conclui-se que, apesar dos limites estruturais e conjunturais, o serviço apresenta significativas possibilidades de promoção de autonomia e acesso a direitos, reafirmando o papel fundamental do Assistente Social na mediação entre a população atendida e as políticas públicas.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Serviço Social, População em Situação de Rua, Centro Pop, Intervenção Profissional.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: Tarde das mulheres - Protagonizando sua própria história

ID: 1276236

AUTORES: Emelly Aline de Jesus Maia, Marlucy Cunha Ferreira do Nascimento, Erick Correia Pinto Soares, Antônia Eloiza de Souza, MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA HORATO

RESUMO: TÍTULO: Tarde das mulheres - Protagonizando sua própria história

Período de realização: Sempre a última quarta-feira do mês do ano de 2024. De março a novembro.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Mulheres em situação de rua, atendidas pelos serviços de abordagem social, centro pop e consultório na rua mas que não chegaram ao abrigo.

OBJETIVOS

Proporcionar momentos de reflexão sobre assuntos específicos de mulheres que estão em situação de rua;

Proporcionar momentos de lazer e autocuidado;

Incentiva-las ao acolhimento institucional no abrigo Municipal Seu Nadim também como uma forma de proteção social.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A equipe do abrigo municipal preparava uma sala com cantinhos como: unha, trança, maquiagem, designer de sobrancelhas, massagem, lanchinhos, atividades de relaxamento. Profissionais da assistência e de outras unidades atendiam estas mulheres no mesmo momento que elas estavam sendo cuidadas. Ao final, era feita uma breve avaliação do evento e juntas pensávamos qual tema para o próximo e quais seriam as “atrações”. E quem desejasse ser acolhida naquele momento, poderia.

RESULTADOS

Esse evento trouxe luz as demandas específicas das mulheres em situação de rua. O número de usuárias em acolhimento institucional aumentou 80% e outras secretarias mudaram sua visão deste público e adquiriram uma postura mais humanizada no atendimento. O Centro Especializado de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica faz uma escuta qualificada com as mulheres antes mesmo da denúncia, o Centro Pop criou um grupo semanal só de mulheres.

Aprendizado e análise crítica: Entendemos o quanto o sistema é falho e faltam políticas públicas para população em situação de rua e principalmente para as mulheres que é um público mais vulnerável a outras violências como: sexual, física, financeira e psicológica. Aprendemos que toda e qualquer atenção para as mulheres ainda não será o suficiente, porém é necessário uma iniciativa para mostrar para a rede e sociedade que elas precisam de um cuidado diferente.

Analisando o cenário da rua, os trabalhadores deverão realizar algumas ações como iniciativa para uma determinada parcela da sociedade seja vista, mulheres, crianças, pessoa com deficiência e tantas outras minorias. Para isso é ne-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR



cessária uma equipe multi, com ideias coerente, com pessoas que tenhas suas condutas baseadas nos princípios éticos e que sensibilize seus gestores a serem parceiros na caminhada da viabilização dos direitos.

Palavras-chave: mulher, acolhimento, rua, humanizado, proteção,

TÍTULO: TRANÇANDO A RUA: EDUCAÇÃO POPULAR ANTIRRACISTA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM UM CENTRO POP

ID: 1279581

AUTORES: Rosangela Ferreira de Mesquita, Thomas Joaz Gonçalves Cabral, Ruana Estefanny Freitas do Nascimento, Renata Shirley De Santana Barbosa

RESUMO: Título: Trançando a rua: Educação popular antirracista com pessoas em situação de rua em um CENTRO POP do Recife. Período de realização: A vivência iniciou no mês de Maio de 2025 e atualmente está em andamento no 4º ciclo formativo. Objeto da experiência: Construção de uma educação popular antirracista a partir do resgate das vivências das pessoas em situação de rua.

OBJETIVOS

O grupo busca fortalecer a autoestima, a identidade racial e cultural, resgata os saberes ancestrais do povo negro para fortalecer o enfrentamento à estrutura racista da sociedade, revisita as vivências coletivas trazendo para a reflexão e apreensão crítica da realidade social. Descrição da experiência: A metodologia é baseada em encontros semanais nas tardes de quarta-feira no Centro Pop Glória e conta com a parceria do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS). Reúne profissionais, usuários do serviço e convidados para troca de saberes com viés da Educação Popular e conta com diversos momentos: a experiência do trançado de cabelos, o resgate da ancestralidade, o reconheci-

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

mento de potências negras, o debate sobre situações cotidianas atravessadas pelo racismo bem como formas de combate.

RESULTADOS

O grupo vem se mostrando como elo das pessoas em situação de rua com sua identidade racial, bem como um motivador do fortalecimento do vínculo dos participantes com o serviço. Também facilita a apropriação dos conhecimentos adquiridos e trocados como ferramenta de luta por direitos, seja identificando situações de opressão e racismo, seja fortalecendo espaços de força e resistência. Além disso, nota-se a fomentação de um espaço de convivência crítico e reflexivo. Aprendizado e análise crítica: Identificou-se que os encontros tiveram impactos importantes no cotidiano das pessoas em situação de rua, trouxeram o fortalecimento da autoestima, a identidade cultural e consciência crítica dos participantes. O ciclo formativo com os trabalhadores possui momentos de debate e reflexões sobre questões raciais, que possibilita perceber entre os participantes posicionamentos e visões antirracistas. Esses momentos promovem análises sobre o racismo estrutural e sua relação com a exclusão social.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

As reflexões e práticas geradas através de ações antirracistas e da Educação Popular, são fundamentais para enfrentar as múltiplas opressões que atravessam a vida dos usuários. Os encontros mostram que a transformação das relações no cotidiano institucional só é possível quando há envolvimento coletivo, compromisso ético-político dos trabalhadores e engajamento dos usuários,

demonstrando a importância de momentos formativos contínuos.

Palavras-chave: Educação Popular, Identidade Racial, Pessoas em situação de rua, Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

TÍTULO: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL: VIVÊNCIA COM EX-PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA E SEU IMPACTO NA COMUNIDADE.

ID: 1274249

AUTORES: Ana Carolina Monteiro Campos, Elisângela da Silva Lima, Karla Bianca Da Silva E Silva, Kelly Kristina Dias Durães, Maria Isabela Braz Silva, Mariana Vitória Guimarães Rodrigues, Vânia de Freitas Lima, Yuri Rodrigues

RESUMO: Objeto da experiência

Contato acadêmico com uma pessoa que vivenciou situação de rua, compartilhando sua trajetória de vida e dificuldades para cuidar da saúde.

OBJETIVOS

Refletir sobre vulnerabilidades sociais, compreender obstáculos no acesso à saúde e estimular a empatia de futuros profissionais, por meio de vivência direta com a realidade narrada pelo entrevistado.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O grupo teve a oportunidade de dialogar com um homem, de cerca de 45 anos, que vivenciou situação de rua e hoje lidera um projeto na Estrutural que apoia pessoas em vulnerabilidade, atuando também no Setor Comercial Sul. Ele compartilhou sua trajetória de superação, destacando barreiras no SUS e o preconceito social. Durante a conversa, registramos em vídeo as perguntas realizadas,

ampliando nossa compreensão sobre realidades sociais e políticas inclusivas.

RESULTADOS

A experiência evidenciou barreiras, como a estigmatização e a falta de acolhimento, enfrentados pela população em situação de rua. Durante o relato, revelaram-se fragilidades na atuação do SUS, como a falta do acolhimento humanizado, e destacou-se o papel das ONGs na reabilitação social. A vivência proporcionou ao grupo uma maior sensibilidade e consciência crítica, reforçando a importância do cuidado humanizado e do papel ético do profissional de saúde diante das vulnerabilidades sociais.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

Constatamos que a escuta ativa e o respeito à história de vida são essenciais no cuidado. Entretanto, o preconceito institucional ainda persiste e impede o acesso universal previsto no SUS. O contato direto ampliou nossa visão social, destacando a necessidade de capacitação contínua, empatia profissional e políticas intersetoriais para garantir equidade e dignidade. A aproximação com a realidade social reforça o papel dos futuros profissionais de saúde.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O envolvimento evidenciou o potencial transformador do contato direto com realidades sociais. Recomenda-se ampliar ações educativas, fortalecer parcerias com ONGs e implementar práticas humanizadas que assegurem o direito à saúde, combatam a discriminação institucional e promovam a inclusão social.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

Essa abordagem contribui para a formação de profissionais mais conscientes e socialmente responsáveis.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social, cuidado humanizado, inclusão social.

TÍTULO: TUBERCULOSE NA POPULAÇÃO DE RUA EM SERGIPE: ANÁLISE DOS DESFECHOS E FATORES ASSOCIADOS.

ID: 1280245

AUTORES: Lais De Fátima Silva Menezes, Shirley Verônica Melo Almeida Lima, Thialla Andrade Carvalho, Kaique Maximo De Oliveira Carvalho, Ana Beatriz de Lira Souza, Rodrigo do Nascimento Lopes, ELLINE ALVES DANTAS, Karla Melo Santos, Marco Aurélio de Oliveira Góes

Resumo:

INTRODUÇÃO

A tuberculose (TB) é uma doença fortemente influenciada pelos determinantes sociais da saúde, como condições de moradia, renda, alimentação e acesso a serviços. Entre pessoas em situação de rua (PSR), a vulnerabilidade é ampliada, resultando em maiores dificuldades de adesão terapêutica e queda nas taxas de cura.

OBJETIVO

Descrever a TB na PSR em Sergipe, assim como, avaliar a evolução dos casos, identificando fatores que possam estar associados aos diferentes desfechos do tratamento nessa população.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo. Foram utilizados dados secundários, públicos, extraídos da notificação de casos de TB no Sistema nacional de agravos de notificação (SINAN), dos casos correspondentes ao período de 2016 a 2024. A obtenção dos dados foi realizada por meio do Tabnet/DATASUS e do painel disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

RESULTADOS

Foram diagnosticados no período 305 casos de TB na PSR em Sergipe, sendo 167 casos novos (CN), correspondendo a 2,25% dos CN de TB, predominando indivíduos do sexo masculino e em idade economicamente ativa. O diagnóstico foi hospitalar em 42%. A prevalência de coinfeção foi de 16%, enquanto na população geral foi de 7%. A cura foi de 33%, o abandono de 31% e o óbito ocorreu em 16,7%. A cura foi menor entre as PVHA (13%) e nas PSR com doença mental (27%). Os CNTB na PSR que realizaram o tratamento diretamente observado alcançaram cura de 49,2%, enquanto os demais apenas 24%.

CONCLUSÃO

A tuberculose na população em situação de rua em Sergipe demonstra desfechos desfavoráveis, com taxas de cura significativamente baixas e elevado abandono. Fatores como a coinfeção por HIV e a presença de transtornos mentais agravam essa realidade. No entanto, o tratamento diretamente observado mostrou-se eficaz, duplicando as chances de cura. Os achados reforçam

a necessidade de estratégias de saúde pública adaptadas, que considerem as vulnerabilidades sociais específicas dessa população para romper o ciclo de iniquidade.

Palavras-chave: Tuberculose, Vulnerabilidade, População em Situação de Rua, diferença social

TÍTULO: TUBERCULOSE NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM ALAGOAS: ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E SÉRIE TEMPORAL DE 2014 À 2024

ID: 1283310

AUTORES: João Elymário de Oliveira Santos, Adriele Maria Adrião Dos Santos, Marllon Nascimento da Silva, Isaque Lima de Brito, Maria Aparecida Ramos Dos Santos, Joelma Alves da Silva Araújo, MEIRIELLY KELLYA HOLANDA DA SIVA

RESUMO: APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO: A Tuberculose (TB), agravo infectocontagioso, continua a ter alta prevalência, principalmente em populações vulnerabilizadas, como a população em situação de rua (PSR), que, por fatores sociais, econômicos e familiares não possuem moradia fixa e recorrem a espaços públicos para se abrigarem, estando assim mais susceptíveis, considerando os Determinantes Sociais da Saúde (DSS). **OBJETIVO GERAL:** Analisar o perfil epidemiológico da Tuberculose na população em situação de rua em Alagoas e a série temporal no período de 2014 a 2024. **METODOLOGIA:** Estudo transversal, quantitativo, com dados obtidos no DataSUS, junto às informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) referente aos casos de Tuberculose registrados entre 2014 a 2024 no estado de Alagoas (AL), extraíndo as variáveis demográficas e epidemiológicas dos registros de pessoas em situação de rua. A análise foi realizada em agosto/2025, com dados extraídos e categorizados em planilhas específicas para posterior análise descritiva. **RESULTADOS:** Foram notificados 442 casos de TB em PSR, correspondendo a 3,3% do total de 13.530 casos confirmados em AL no período. Houve predomi-

minância de TB em pessoas pardas (71,7%), homens (69,5%), na faixa etária de 20-39 anos (54,5%), com manifestação da forma pulmonar (93,7%). Quanto ao encerramento, 21,7% tiveram cura, 31% abandono, 22,6% transferências, 6,6% abandono primário, 5,2% óbito por TB, 4,8% óbitos por outras causas, enquanto 7% tiveram a informação ignorada/branco. Em relação à série temporal, observou-se pequena variação, com reduções nos na pandemia COVID-19 e tendência crescente (2014-10; 2015-26; 2016-32; 2017-36; 2018-45; 2019-58; 2020-36; 2021-37; 2022-40; 2023-64; 2024-58). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O perfil da TB na PSR em AL assemelha-se ao perfil dessa população no Brasil. Baixo número de curas, alto número de abandonos/óbitos e o não preenchimento completo das notificações evidenciam fragilidade na assistência primária.. Além da possibilidade de subnotificação durante a pandemia, há aumento dos casos de TB, seguindo crescimento populacional da PSR, constatando a insuficiência das políticas sociais/saúde em atender esta população.

Palavras-chave: População em situação de rua. Tuberculose. Vulnerabilidade em saúde.

TÍTULO: UNIVERSIDADE, MOVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARCOVERDE: ARTICULAÇÕES PARA O CUIDADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO SERTÃO DO MOXOTÓ

ID: 1282340

AUTORES: Renata de Oliveira Cartaxo, Mirtes Iasmim Alves De Gois, Yasmim Vittoria De Barros Carneiro, Yasmily Vitória Bezerra de Lima, Lillya Feitosa Torres

RESUMO:

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Articulação entre universidade, movimento social e assistência para organizar cuidado e acesso em saúde da população em situação de rua em Arcoverde.

OBJETIVOS: Relatar como a Universidade de Pernambuco, Campus Arcoverde, integrou o Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Pernambuco com atores locais e estudantes de Odontologia, favorecendo escuta, orientação em direitos, ações de saúde bucal e encaminhamentos. Descrição da experiência: Em 2022 houve a primeira ida do Movimento Nacional da População em Situação de Rua a Arcoverde, com agenda junto ao CREAS; ao C.AMOR, equipamento filantrópico e; à UPE proporcionando debates com gestão, trabalhadores, estudantes e PopRua sobre direitos, moradia primeiro/aluguel social e aula aberta. Desde então, semestralmente ocorrem ações de saúde bucal nas Cozinhas Comunitárias (orientação, exames, kits), articuladas à rede municipal de saúde e de assistência social. **Resultados:** Geraram-se vín-

culos e visibilidade da população em situação de rua, com agenda intersectorial ativa. As ações semestrais consolidaram as Cozinhas Comunitárias como porta de aproximação com a saúde bucal; abriu-se uma segunda unidade. Aumentaram encaminhamentos para exames/procedimentos na universidade, orientação sobre documentação/benefícios e parcerias com C.AMOR/Fundação Terra. Emergiram lideranças (e-Multi) e a gestão avançou na habilitação do Centro Pop e na melhoria dos fluxos SUS-SUAS. Aprendizado e análise crítica: A presença do movimento social catalisou consciência de direitos e aproximação entre setores. Aula aberta e roda favoreceram aprendizagem dialógica e reduziram estigma. Cozinhas Comunitárias e C.AMOR mostraram potência, porém a ausência de Consultório na Rua e Centro Pop, sobrecarga do CREAS e barreiras burocráticas limitaram fluxos. O acesso exige busca ativa, pactos claros e apoio. Municípios médios podem avançar com arranjos regulares, governança intersectorial e suporte da universidade. **Conclusões e/ou recomendações:** A articulação entre universidade, assistência e movimento social ampliou vínculos, encaminhamentos e educação em saúde, mas sua sustentabilidade exige institucionalização. Recomenda-se regionalizar e implantar Consultório na Rua, avançar na habilitação do Centro Pop, pactuar protocolo SUS-SUAS com matriciamento e porta de entrada, simplificar documentação, fortalecer Cozinhas Comunitárias e manter ações formativas universitárias.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua, Ação Intersectorial, Saúde Bucal



◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: USO DE TECNOLOGIA LEVE PARA POSSIBILITAR CUIDADO DE CASO COMPLEXO INVISIBILIZADO NA SAÚDE DE UMA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA.

ID: 1280292

AUTORES: Kaiane Toldo

RESUMO: O objeto da experiência é a relação de cuidado em saúde estabelecida à partir do interesse humano e profissional a um frequentador de feira livre.

OBJETIVOS deste relato são demonstrar que cuidados complexos se iniciam a partir de um pequeno contato, sensibilizar profissionais à perceberem situações de vulnerabilidade em saúde, ampliar o cuidado além de tecnologias ligadas ao núcleo de atuação, aumentar atuação médica no cuidado da PSR.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Como médica, costumo esperar que os pacientes cheguem ao serviço. Mas em uma feira uma pessoa ocupava minha atenção. Sentado no chão solicitando ajuda financeira, portando uma sonda urinária. Um dia perguntei seu nome, ele me deu o nome todo, como quem está habituado a só responder em abordagens oficiais, me apresentei, perguntei sobre a sonda, evasivamente respondeu que cuidava no PS. Passei a cumprimentá-lo, conversar com ele, aos poucos nos aproximamos, ele, eu, sua saúde, depois o SUS.

RESULTADOS

Ele se apropriou do CAPS como espaço de cuidado, após 1 ano sentado quase na frente sem nunca ter entrado, apoiado por figuras de referência, principalmente após aproximação da equipe de território, que ampliou estratégias em saúde, como acesso à UBS, serviço que não sabia dele, mesmo vivendo no bairro há 9 anos. Atualmente conta com apoio da UAA, na retomada de projeto de vida. Este contato possibilitou que esse indivíduo fosse, pela primeira vez, cuidado pela atenção básica do seu município.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A aproximação cuidadosa, demonstrando interesse pelo indivíduo é uma excelente ferramenta de cuidado, especialmente para pessoas em situação de rua, que apresentam maiores riscos em saúde, invisibilidade social e vulnerabilidade, sendo uma tecnologia leve, eficaz e necessária para cuidar daqueles que já não acreditam ser merecedores de cuidado social e atenção em saúde.

CONCLUSÕES

A regularidade da presença de médicos no território que atendem, com atuação social e profissional na avaliação dos pacientes, criando estratégias junto da equipe e pacientes para redução do abismo formado pela rigidez profissional entre o saber médico e o saber do indivíduo alvo de cuidado, proporciona à ambos uma experiência mais leve e respeitosa, com maior adesão e consequentemente mais eficaz no cuidado integral do sujeito.

Palavras-chave: pessoa em situação de rua, médico, invisibilidade social, território, tecnologia leve

TÍTULO: VIDA NOVA EMPREGABILIDADE: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA REINTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA

ID: 1274677

AUTORES: Antônio Jose da Cruz Júnior Magalhaes, Ivana Ramos Souza, Carolina Ribeiro Soares Carvalho, Verônica de Freitas Silva Almeida

RESUMO:

• Período de realização:

O programa teve início em janeiro do ano de 2024 e mantém-se em curso.

OBJETO DA EXPERIÊNCIA

Programa Vida Nova oferece 50 vagas de emprego a pessoas em situação de rua, promovendo inclusão, renda, autonomia e dignidade.

OBJETIVOS

- Selecionar, qualificar e acompanhar as pessoas em situação de rua para o mercado de trabalho;
- Oferecer apoio psicossocial, incentivo educacional e profissionalizante;

- Articular parcerias que favoreçam a reinserção laboral, o fortalecimento socioemocional, a autonomia e inclusão social.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Programa Vida Nova Empregabilidade promove inclusão social e econômica da população em situação de rua por meio da oferta de vagas de trabalho em serviços da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer. Conta com equipe de acompanhamento para fortalecer autonomia, autoestima e ressignificação de trajetórias de vida, articulando diferentes políticas públicas e favorecendo geração de renda.

RESULTADO

O Programa Vida Nova Empregabilidade inseriu 50 beneficiários em postos formais, garantindo renda e direitos; 84% permanecem ativos e 16% foram desligados por abandono das atividades laborais, retorna à cidade de origem e solicitação de desligamento por interesse próprio. Destacam-se avanços: 27% retomaram estudos via EJA, 17% cursam nível técnico/superior e 56% estão em qualificação profissional ampliando suas possibilidades de autonomia, reinserção social e fortalecimento da cidadania.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

O Programa Vida Nova Empregabilidade, implementado em Salvador, possibilita refletir sobre a importância do trabalho formal e seus impactos na reconstrução da identidade, autonomia e cidadania das pessoas em situação de

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

rua. A iniciativa evidencia que o cuidado integral exige esforço contínuo e representa um avanço ao adotar uma abordagem intersetorial, que vai além da oferta de vagas, incluindo saúde, moradia, educação, alimentação e acompanhamento psicossocial.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

O Programa Vida Nova Empregabilidade está se consolidando como ferramenta de reintegração social, articulando trabalho, educação e assistência. Gera autonomia e cidadania a pessoas em situação de rua, com apoio psicossocial e integração intersetorial. Enfrenta desafios como adaptação ao trabalho formal, baixa escolaridade e dependência do setor público. Requer ampliar beneficiários, envolver setor privado e garantir acompanhamento contínuo para fortalecer dignidade e justiça social.

Palavras-chave: acompanhamento técnico, intersetorialidade, mercado formal, reinserção social.

TÍTULO: VIDAS INVISÍVEIS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL SÃO JOSÉ

ID: 1251456

AUTORES: Luzilene Moreira Nogueira

RESUMO: Objeto da experiência: A Política Nacional para a População em Situação de Rua foi um avanço para superar a invisibilidade social. A política caracteriza essa população como um grupo heterogêneo, que possui os laços familiares interrompidos ou fragilizados, em situação de pobreza extrema e se utilizam dos espaços públicos como moradia. A pessoa em situação de rua que vive com HIV/Aids, carrega uma vivência mais estigmatizada, agravando as vulnerabilidades vivenciadas. Essa realidade desafia a prática dos profissionais de saúde, trazendo demandas complexas no cuidado hospitalar. São muitas as barreiras para o cuidado das pessoas em situação de rua, permeadas por estereótipos e preconceitos. Nesse relato, apresentaremos as ações do Serviço social durante a permanência do paciente em situação de rua na emergência.

OBJETIVO

Relatar a experiência do Serviço Social junto às pessoas em situação de rua que vivem com HIV/Aids na emergência do Hospital São José. Descrição da experiência: Quando o paciente em situação de rua chega à emergência, o Serviço Social realiza acolhimento e busca conhecer a história social desse sujeito, sua trajetória de vida, através de uma escuta qualificada e se inicia as intervenções

nas questões sociais que são necessárias, como: viabilização de documentos pessoais, resgate da cidadania; o acesso aos benefícios sociais e o resgate de vínculos familiares; mediação entre a tensão das normas hospitalares e a liberdade da vivência nas ruas; e o grande dilema do “ pra onde ir”. Vivenciamos políticas públicas insuficientes, pouca interface entre saúde e assistência e um processo solitário do Serviço Social e do paciente na busca pelo próximo destino. Apesar desses entraves, conseguimos inserir em acolhimentos, que contribuem para um melhor seguimento. E se o próximo destino for a rua, fica o respeito à sua decisão, buscando garantir um suporte psicossocial nesses espaços. Aprendizado e análise crítica: O atendimento dessa população numa emergência hospitalar é pautado pela invisibilidade dos corpos. Assim, os cenários de cuidados devem ser repensados para promover a formação dos profissionais de saúde para uma prática mais acolhedora e de produção de vínculos com as pessoas em situação de rua.

CONCLUSÃO

Um importante desafio na atenção hospitalar é a constituição de redes, exigindo uma maior articulação entre assistência social e saúde, como potencializadores na adesão ao tratamento HIV/Aids.

Palavras-chave: Situação de Rua, Vulnerabilidade, Serviço Social, Aids

TÍTULO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS, POLÍTICA PÚBLICA E POP RUA

ID: 1273123

AUTORES: PRISCILLA FRANCA MIRANDA

RESUMO:

TÍTULO: Violação de Direitos, política pública e pop rua.

Período de realização: de fevereiro de 2022 até a presente data.

Objeto da experiência

Reordenamento dos serviços de atendimento para a população em situação de rua no município de grande porte do interior paulista.

OBJETIVOS

- Identificar dificuldades em promover direitos para a população em situação de rua;
- Promover reflexões sobre a rede de atendimento socioassistencial;
- Repensar práticas profissionais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Em 2021, começa um movimento junto a gestão municipal de garantir serviços, fluxos e atendimentos mais condizentes com as normativas da Política de

Assistência Social. Iniciando com a mudança do Centro pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua em região mais centralizada da cidade. Em julho de 2023, ocorre a descentralização das unidades de acolhimento em modalidade Casa de Passagem, saindo de bairro próximo a saída da cidade e deixando de conglomerado.

RESULTADOS

Esse processo de mudança territorial suscitou uma série de reivindicações e repúdios das populações residentes nestes bairros, que desejavam que esses serviços voltassem aos locais periféricos da cidade, como eram desde o ano de 2015. Ele não se deu de forma pacífica, houve acionamento de vereadores, passeatas, reportagens, reuniões com os equipamentos e com a Secretaria de Assistência Social, graves ameaças e coerção da equipe de trabalho local e com os acolhidos ocorreram agressões físicas e perseguições apenas por frequentarem espaços públicos de lazer.

APRENDIZADO E ANÁLISE CRÍTICA

A dificuldade de reordenamento dos serviços apresenta diversas vertente, a resistência da população, a dificuldade de pauta na agenda política, a resistência dos trabalhadores dos serviços em rever suas práticas de atendimento, a falta de estrutura tão presentes nos serviços da assistência social, a dificuldade de uso de ferramentas informacionais, inclusão de outras atividades, na já tão sobrecarregada atividade profissional ou ainda em não querer rever práticas ancoradas em preconceitos e resistências junto ao entendimento de garantia de direitos da pop rua.

CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

Garantir uma das dimensões mais importantes da política de visibilidade e acesso e a perspectiva socioterritorial, de dar visibilidade àqueles que são tidos como invisíveis aos olhos da sociedade, das políticas públicas e apresentam a necessidade de fortalecimento do território ao considerarmos o número expressivo de pessoas que passaram a acessar os serviços, se tornando importantes mecanismos de proteção social e de composição da rede de atendimento.

Palavras-chave: Política pública, Assistência Social, População em situação de rua.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR

TÍTULO: VOZES QUE VÊM DA RUA: PRODUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO SEBASTIÃO, DISTRITO FEDERAL

ID: 1282846

AUTORES: Antonio Wilson Fonseca de Matos, Maria do Socorro de Souza

RESUMO: INTRODUÇÃO: A presença cada vez mais visível da PSR em São Sebastião-DF e as barreiras no acesso à saúde evidenciam a urgência de compreender como se dá o cuidado nesse território. A pesquisa parte da escuta das vozes da rua, analisando os obstáculos no acesso à Atenção Primária a Saúde (APS) e estratégias de enfrentamento construídas a partir do cotidiano, consideradas aqui como as práticas de cuidado adotadas por esses sujeitos, sobretudo onde há pouca cobertura da equipe itinerante.

OBJETIVOS

Compreender, a partir das percepções da PSR, como se dá o acesso aos serviços de saúde no território de São Sebastião-DF, identificando possíveis barreiras e propondo estratégias de cuidado no âmbito da APS.

METODOLOGIA

Estudo de abordagem qualitativa, com grupo focal formado por cinco PSR representativos de diferentes gêneros, raças, idades e orientação sexual, vivendo no território de São Sebastião-DF. A coleta será guiada por roteiro semiestruturado e ocorrerá em espaço público. A proposta da análise de conteúdo dos da-

dos, seguirá em três etapas: pré-análise, exploração e interpretação. Complementarmente, será utilizada a análise temática, permitindo a identificação de padrões de sentido nas narrativas, com vistas à compreensão das experiências de cuidado e acesso à APS.

RESULTADOS ESPERADOS

Busca-se identificar barreiras no acesso à APS encontradas pela PSR, bem como estratégias de enfrentamento construídas no cotidiano por esses mesmos sujeitos de pesquisa. As análises permitirão revelar percepções sobre acolhimento, vínculos e práticas de cuidado no território. Pretende-se ainda, propor ações que fortaleçam a escuta qualificada, o reconhecimento das singularidades da rua e a ampliação do acesso às UBSs, contribuindo para um modelo de cuidado mais equitativo e sensível à realidade da PSR. Espera-se que os achados contribuam para orientar ações locais, qualificar o cuidado em saúde e fortalecer práticas sensíveis às necessidades da PSR no contexto da APS em São Sebastião-DF, promovendo acesso e equidade.

Palavras-chave: Pessoa em Situação de Rua, Atenção Primária à Saúde, Equidade, Cuidado em saúde, Acesso aos serviços.

◀ VOLTAR AO MENU

NAVEGAR





ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CUIDADO INTEGRAL E DIREITOS JÁ!

EVENTO REALIZADO EM 22 E 23 DE OUTUBRO DE 2025, BRASÍLIA (DF)

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

FIOCRUZ

SUS 35
ANOS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



trilhasdecuidadonasruas.ensp.fiocruz.br



trilhasdecuidadonasruas@gmail.com



[@trilhasdecuidadonasruas](https://www.instagram.com/trilhasdecuidadonasruas)

Wiki Favelas • https://wikifavelas.com.br/index.php/Trilhas_de_Cuidado_nas_Ruas